



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Entre o Estado e a Sociedade,
uma avaliação ex-post da ITCP/COPPE/UFRJ

Catarina Mauritti Granjo

Mestrado em,
Estudos de Desenvolvimento

Orientador(a):

Dra. Helena Belchior Rocha, professora auxiliar,
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientador(a):

Dra. Eliane Ribeiro Pereira, professora titular,
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Outubro, 2023



CIÊNCIAS SOCIAIS
E HUMANAS

Departamento de Economia Política

Entre o Estado e a Sociedade,
uma avaliação ex-post da ITCP/COPPE/UFRJ

Catarina Mauritti Granjo

Mestrado em,
Estudos de Desenvolvimento

Orientador(a):
Dra. Helena Belchior Rocha, professora auxiliar,
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientador(a):
Dra. Eliane Ribeiro Pereira, professora titular,
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Outubro, 2023

Agradecimentos

Gostaria de expressar minha gratidão a algumas pessoas que foram fundamentais para a conclusão desta dissertação.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à minha orientadora, Helena, por todo o apoio que me deu durante o meu percurso no Iscte. Além de me orientar na dissertação de mestrado, foi também uma mentora incrível, que me ajudou a crescer como profissional e como pessoa.

Gostaria igualmente de agradecer à minha coorientadora, Eliane, por todo o apoio e dedicação que me ofereceu durante a fase de pesquisa de terreno no Brasil. Não só me ajudou a encontrar pessoas incríveis durante a investigação, como o Márcio, que foi uma pessoa inestimável durante o processo de entrevistas, como me abriu as portas para a sua casa e me deu a conhecer a sua família.

Por último, mas não menos importante, gostaria de agradecer à minha mãe, que esteve sempre presente durante todo o meu percurso académico e pessoal, apoiando-me nos momentos bons e nos mais difíceis. Sem ela, nada disto seria possível.

Obrigada a todas por fazerem parte desta jornada comigo!

Resumo

Esta dissertação propõe realizar uma avaliação ex-post do projeto de extensão universitária de Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), com os objetivos de identificar as dimensões de transformação social em que a ITCP está inserida, entender a universidade como motor de transformação social no âmbito das atividades de extensão e apresentar oportunidades e desafios para a continuidade da incubadora. Optou-se por um estudo de caso, com uma metodologia mista, através de uma avaliação ex-post apoiada na Teoria da Mudança (TdM), pesquisa documental, entrevistas semi-estruturadas a *stakeholders* e recolha de dados através de inquérito. A análise realizada demonstra que a ITCP desempenha um papel importante na capacitação de grupos-vulneráveis e nas lideranças femininas. No entanto, os desafios de sustentabilidade que o projeto enfrenta permanecem um obstáculo para a sua continuidade, o que justifica futura investigação no tema.

Palavras-chave: Transformação Social, Desenvolvimento Sustentável, Economia Solidária, Cooperativas de catadores, ITCP

Abstract

This dissertation proposes an ex-post evaluation of the university extension project Technology Business Incubator for Community Cooperatives (ITCP) in order to identify the dimensions of social transformation within which ITCP is integrated, to investigate the university's extension programme as a generator of social transformation and to address the opportunities and challenges to the continuation of the incubator. A mixed method approach was chosen for this case study, including an ex-post evaluation based on the Theory of Change (ToC), documentary research, semi-structured interviews with stakeholders and data collection through surveys. This analysis demonstrates that ITCP plays an important role towards the empowerment of vulnerable groups and women leaders. Nevertheless, the sustainability of the project faces obstacles which warrant further investigation.

Keywords: Social Transformation, Sustainable Development, Solidarity Economy, Cooperatives of Waste Pickers, ITCP

Índice

Agradecimentos.....	i
Resumo	ii
Abstract	iii
Índice de quadros e figuras	vii
Glossário de Siglas	viii
Introdução	1
Parte I – Quadro Teórico	4
Capítulo 1. Transformação Social para um Desenvolvimento Sustentável.....	4
1.1 Breve introdução ao desenvolvimento sustentável	4
1.2 Transformação Social e Desenvolvimento Sustentável.....	9
1.3 Medir e monitorizar a transformação social para o desenvolvimento sustentável.....	12
Capítulo 2. Economia Solidária, cooperativismo e empreendimentos solidários.....	15
Capítulo 3. Extensão Universitária e Transformação Social	22
Parte II – Pesquisa de terreno: Estudo de Caso.....	29
Capítulo 4. Metodologia	29
4.1 Desenho da pesquisa.....	30
4.2 Universo e amostra.....	33
4.3 Tratamento e organização de informação recolhida	35
4.4 Limitações do estudo.....	36
Capítulo 5. Descrição do campo empírico	38
5.1 Descrição do Rio de Janeiro / Baixada Fluminense	38
5.2 Catadores e cooperativas de catadores de materiais recicláveis.....	39
5.2.1 Enquadramento legal das cooperativas de catadores	42
5.3 O papel da ITCP.....	43
Parte III – Análise e discussão dos resultados	45

Capítulo 6. Síntese de Resultados	45
6.1 O fim dos lixões e início dos aterros sanitários	47
6.2 Impacto ambiental.....	48
6.3 Transformação Social	48
6.3.1: Recursos de Contexto: o que mais preocupa os entrevistados	48
6.3.2 Recursos Categóricos: a falta de (e luta pelo) reconhecimento e representatividade	52
6.3.3 Recursos Distributivos: o poder da educação e a necessidade de um rendimento sustentável.....	55
6.4 Desenvolvimento Sustentável	56
6.4.1 Desenvolvimento social: trabalhar para a inclusão social e melhoria de qualidade de vida das comunidades	56
6.4.2 Desenvolvimento económico: a sustentabilidade financeira e empreendimentos precários	57
6.4.3 Desenvolvimento ambiental: os catadores no centro da mudança.....	58
6.5 ITCP	59
6.5.1 Esfera de controlo.....	59
6.5.2 esfera de influência	64
6.5.3 Esfera de interesse: existe impacto?	66
6.6 Cooperativas de Catadores.....	67
6.6.1 Participação	67
6.6.2 Interação com a comunidade	68
6.6.3 Rede / Parcerias.....	69
6.6.4 Educação, formação e informação	70
6.6.5 Autonomia vs. Dependência.....	72
Capítulo 7. Análise SWOT	73
7.1 Forças (Strength)	73
7.2 Fraquezas (Weaknesses)	74

7.3 Oportunidades (Opportunities)	76
7.4 Ameaças (Threats)	77
Conclusão.....	79
Referências Bibliográficas.....	81
Anexo A – 43 assassinatos de atores políticos na Baixada Fluminense	93
Anexo B – Renda familiar antes e depois do fecho do lixão.....	94
Anexo C – Top 30 palavras mais referidas nas entrevistas dos extensionistas	95
Anexo D – Top 30 palavras mais referidas nas entrevistas dos cooperados.....	96
Anexo E – Consentimento Informado	97
Anexo F – Guião de entrevista Extensionistas.....	99
Anexo G – Guião de entrevista cooperados	100

Índice de figuras

Figura 2.1 Diferenças e semelhanças entre economia social e economia solidária	19
Figura 4.1 Estrutura do modelo de análise.....	30
Figura 4.2 TdM enquanto modelo de avaliação da ITCP.....	32
Figura 5.1 Espaços de interação durante a pesquisa de terreno	38
Figura 7.1 Esfera de Forças, análise SWOT.....	73
Figura 7.2 Esfera de Fraquezas, análise SWOT.....	74
Figura 7.3 Esfera de Oportunidades, análise SWOT.....	76
Figura 7.4 Esfera de Ameaças, análise SWOT.....	77
Figura anexo A Assassinatos da atores políticos na Baixada Fluminense	93
Figura anexo B Renda familiar antes e depois do fecho do lixão.....	94
Figura anexo C Top 30 palavras mais referidas nas entrevistas dos extensionistas	95
Figura anexo D Top 30 palavras mais referidas nas entrevistas dos cooperados	96

Glossário de Siglas

ADAPS – Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde

ADAV – Associação Geral dos Trabalhadores Alemães

ACI – Aliança Cooperativa Internacional

AIT – Associação Internacional dos Trabalhadores

ALERJ - Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

ANCAT – Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis

ANPROTEC – Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores

CBO – Classificação Brasileira de Ocupações

CECIERJ – Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do Rio de Janeiro

CERNE – Centro de Referência para Apoio a Novos Empreendimentos

CESFI – Centro de Educação Superior da Foz do Itajaí

CIRIEC – Centro de Investigação e Pesquisa em Economia Pública

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas

CODAE – Coordenação das Atividades de Extensão

COMLURB – Companhia Municipal de Limpeza Urbana

COPPE – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro

COPPETEC – Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos

CRUTAC – Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária

DARF - Documento de Arrecadação da Receita Federal

DN – Diário de Notícias

DS – Desenvolvimento Sustentável

ES – Economia Social

ESS – Economia Social e Solidária

FACC – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis

FBB – Fundação Banco Brasil

FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária

FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos

FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras

GDP / PIB – Gross Domestic Product / Produto Interno Bruto

GT – Grupo de Trabalho

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Económicas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MS – Ministério da Saúde

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

NAEC – New Approaches to Economic Challenges

NANSE – North American Network for Solidarity Economy

OCDE / OECD – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

ODS – Objetivos Desenvolvimento Sustentável

ONG – Organização Não Governamental

ONGA – Organização Não Governamental para o Ambiente

PCD – Pessoas Com Deficiência

PGI – Programa de Gestão e Inovação

PNAD – Centro de Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNE – Plano Nacional de Educação

SWOT – Forças (Strength), Fraquezas (Weakness), oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats)

TdM – Teoria da Mudança

TS – Transformação Social

UESC – Universidade Estatal de Santa Catarina

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UN – Nações Unidas

UNCED – Conferência de Ambiente e Desenvolvimento

UNEP – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

WCED – Comissão Mundial sobre o Ambiente e o Desenvolvimento

WIR – World Inequality Report

Introdução

A dissertação de mestrado que aqui se apresenta tem como base a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da COPPE (extensão do programa universitário do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia), sediada na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. A ITCP é um projeto de extensão universitária que coloca a Universidade como um modelo de ação no combate ao desemprego e à exclusão social, com metodologias desenvolvidas para ações de inserção social, a partir da integração económica (Guimarães, 2002, pp.9-10).

Desde a sua inauguração, em 1995, que a ITCP procurou promover a partilha de conhecimentos e recursos entre a universidade e grupos marginalizados, que de outro modo não teriam acesso a essas ferramentas de capacitação e apoio técnico e científico. Com o tempo, o foco da iniciativa alocou-se à construção de empreendimentos solidários, que materializaram um modelo de ação no combate ao desemprego e à exclusão social de populações marcadas, de forma sistémica e estrutural, por condições de desfavorecimento – como é o caso dos catadores, pessoas com poucos recursos qualificacionais e experiências de trabalho que incidem, muitas vezes, no mercado informal, que se pautam por baixos salários e incerteza – condições que contribuem para a sua situação de marginalidade (Alvaredo et al., 2018; Chancel e Piketty, 2021; Costa e Mauritti, 2018; Mauritti et al. 2018; Milanovic, 2021). A ITCP teve no seu percurso um forte impacto no Brasil: construiu uma rede de ITCPs com universidades brasileiras com o intuito de melhorar a transferência de tecnologias e conhecimentos entre incubadoras – em 2021 a UFRJ tinha 44 Universidades parceiras espalhadas pelo Brasil (Guimarães e Pereira, 2018, 2020).

Apesar do seu papel emblemático na procura de enquadrar uma nova via de desenvolvimento local, transformador e inovador na criação de novas formas de articulação entre o Estado, a universidade e a sociedade, em 2023 o projeto de extensão ITCP (como até aí é conhecido) implodiu.

Além da relevância de analisar iniciativas que promovam a capacitação de grupos vulneráveis utilizando a universidade como veículo para a transformação social, que nesta pesquisa se foca nas pessoas que pertencem às cooperativas de catadores, torna-se também pertinente compreender o porquê desses projetos, por vezes, não persistirem no tempo. Partindo da pergunta: *Qual o contributo das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, enquanto extensão universitária, para a capacitação e transformação social?* Propõe-se realizar é uma avaliação ex-post do projeto de extensão universitária da ITCP, concebido com o objetivo de capacitação e transformação social. Ao longo da análise, os três objetivos foram: 1. Identificar as dimensões de transformação social em que a ITCP está inserida; 2. Entender a universidade como motor de transformação social no âmbito das atividades de extensão; 3. Apresentar oportunidades e desafios para a continuidade da incubadora.

Ao longo do mestrado em Estudos de Desenvolvimento, a procura por compreender os problemas do mundo real foi uma preocupação transversal, incutida nas várias disciplinas do programa. O tema desenvolvido na dissertação reflete as lições aprendidas durante este percurso académico – tal como está referido no próprio programa da disciplina:

“Estudar o desenvolvimento global é estudar processos de mudança. É estudar como as estruturas e instituições nacionais e internacionais - legais, políticas, económicas, sociais, tecnológicas, ecológicas, religiosas ou artísticas - e os indivíduos operam e interagem entre si para moldar e influenciar a transformação em determinados territórios.”¹

O enquadramento teórico-concetual desta dissertação, beneficia especialmente de propostas aprofundadas em disciplinas como “Estado e Parcerias para o Desenvolvimento”, “Teorias e Práticas do Desenvolvimento” e “Desigualdades Sociais Contemporâneas”. Procurou-se construir uma narrativa que incluísse a reflexão de diferentes níveis de abordagem da transformação social para um desenvolvimento sustentável: quer perspetivas macro, de exploração do conceito de desenvolvimento e de legitimação da sociedade na sua diversidade, como de diferenciação meso ou regional e sectorial e, também, micro, na multiplicidade de configurações e tendências de mudança institucional, relacional e cultural emergentes (Cardoso et al., 2005).

A parte I da dissertação consiste em desenvolver três conceitos-chave que fundamentam o tema da dissertação e refletem as aprendizagens do mestrado: “A Transformação Social para o Desenvolvimento Sustentável”; “Economia Solidária, cooperativismo e empreendimentos solidários”; e “Extensão Universitária e Transformação Social”. Estes conceitos permitem enquadrar a relevância social, científica e política da investigação.

No capítulo 1 “A Transformação Social para o Desenvolvimento Sustentável”, analisa-se o conceito de desenvolvimento no reconhecimento crescente da necessidade de uma mudança que implique sustentabilidade a nível económico, social e ambiental, e como a transformação social para o desenvolvimento sustentável compreende estudar as diferentes formas como a globalização afeta países, sociedades e comunidades com experiências históricas, padrões económicos, sociais, institucionais e culturais diferenciados e que para conseguir medir e monitorizar a transformação há que se ir para lá das métricas do PIB (Castles, 2001, p. 19; Costa, 2002; Stiglitz, 2018).

No capítulo 2, “Economia Solidária, cooperativismo e empreendimentos solidários” exploraram-se aspetos como a origem da economia solidária e do cooperativismo que, na sua génese, refletem modelos

¹ <https://www.iscte-iul.pt/curso/86/mestrado-estudos-de-desenvolvimento> (outubro, 2023)

económicos e formas de trabalho presentes no socialismo utópico. Estes conceitos apoiam a exploração do estudo de caso, que se insere no campo dos empreendimentos solidários.

No capítulo 3 “Extensão Universitária e Transformação Social” aprofunda-se a origem da extensão universitária, demonstrando como a história do ensino superior no Brasil se interliga, desde o início, com a missão da extensão, que desde os ensinamentos de Paulo Freire e da educação popular até aos dias de hoje - onde extensão universitária, dentro do “princípio da indissociabilidade” entre ensino, pesquisa e extensão, assume a responsabilidade de promover a interação transformadora entre a Universidade e outros setores da sociedade (Forproex, 2012).

Na parte II apresenta-se o processo da pesquisa de terreno através do capítulo 4 “Metodologia” e o capítulo 5 “Descrição do Campo Empírico”.

No capítulo 4 “Metodologia” desenvolve-se o modelo de análise do estudo de caso, as técnicas selecionadas para o desenho de pesquisa, uma avaliação ex-post apoiada na Teoria da Mudança (TdM), que segue uma abordagem em métodos mistos, incluindo pesquisa documental, entrevistas a stakeholders e recolha de dados através de inquérito (Belcher et al., 2020; Bryman, 2006; Onwuegbuzie e Collins, 2007). A descrição do universo e amostra define os intervenientes do estudo, que incluem entrevistas e inquéritos junto de extensionistas e cooperados. O Tratamento e organização da informação recolhida combina, assim, análise de dados qualitativos com MAXQDA e análise quantitativa por inquéritos. Define-se também neste capítulo as limitações ao estudo.

No capítulo 5 “Descrição do Campo Empírico” começa-se por uma descrição do espaço de pesquisa, que inclui o Rio de Janeiro e em particular a Baixada Fluminense, local onde se realizaram as entrevistas às cooperativas de catadores. Explora-se o espaço utilizando tanto ferramentas construídas através da observação do terreno, como de análise documental. Segue-se com o enquadramento sociojurídico que caracteriza os catadores e as cooperativas de catadores e ainda se aprofunda o papel da ITCP num quadro mais amplo.

Já na parte III apresentam-se a análise e discussão dos resultados, que inclui o capítulo 6 com a “Síntese dos Resultados” por tema e o capítulo 7 “Análise SWOT” do estudo de caso.

Por fim, na conclusão, analisam-se os resultados à luz dos objetivos (gerais e específicos) da dissertação que visa avaliar o projeto de extensão ITCP.

Parte I – Quadro Teórico

Capítulo 1. Transformação Social para um Desenvolvimento Sustentável

1.1 Breve introdução ao desenvolvimento sustentável

O conceito de desenvolvimento sustentável (DS) surge como resposta ao alarmismo social e à tomada de consciência do impacto negativo do ser humano no ambiente, tendo a sua origem em movimentos sociais emergentes no final da década de 60, num quadro de crescente contestação do modelo de expansão industrial e comercial que se seguiu à Segunda Guerra Mundial (Schoenfeld et al., 1979; Du Pisani, 2006, p. 89). Questões como o rápido crescimento demográfico, a poluição, os pesticidas e os hábitos da população tornaram-se tópicos de discussão, enquanto conceitos como "conservação", "recursos naturais" e "ambientalismo" ganharam novo fulgor (Schoenfeld et al., 1979, p. 40). “The Silent Spring” (1962) de Rachel Carson, “The population bomb” (1968) de Paul Ehrlich, “A blueprint for survival” (1972) de Edward Goldsmith e colaboradores e “Small is beautiful” (1973) de Fritz Schumacher são apenas alguns dos exemplos de trabalhos que dão ímpeto ao grande movimento de consciencialização ecológica da época (Schoenfeld et al., 1979, p. 43; Du Pisani, 2006, p. 89). No mesmo período, torna-se também dominante nos meios de comunicação social a tematização de catástrofes ecológicas – filmes, programas de televisão e música popularizam a ideia de uma crise ecológica iminente – como os filmes “Public Enemy” (1960) de Jerry Lee e “Run Around” (1969) de Antony Peters ou o álbum “Earth Rot” the 1970 de David Axelrod (Schoenfeld et al., 1979; Peterson, 2020, setembro 8; Petridis, 2021, outubro 28).^{2,3} No início de 1970, a 23 de abril é instituído e celebrado pela primeira vez o “Dia da Terra” – com manifestações em 140 países e a participação de 200 milhões de pessoas (Cahn e Cahn, 1990, p. 17). Na sua sequência adquirem, também, projeção internacional as primeiras organizações não governamentais ambientais (ONGA), como a Friends of the Earth ou a Greenpeace.

A publicação, em 1972, do livro “Limits to Growth”, elaborado pelo grupo de Roma em parceria com o MIT – Instituto Tecnológico de Massachusetts, confere uma relevância científica à componente da *sustentabilidade* do desenvolvimento enquanto caminho necessário e alternativo à terminologia clássica de desenvolvimento (Kenny, 1994, p. 229). O livro sublinha o círculo vicioso produzido pelo crescimento económico ilimitado: “quanto mais se quer aumentar a produção, mais se acelera o limite dessa mesma

² <https://medicineonscreen.nlm.nih.gov/2020/09/08/darkening-day-air-pollution-films-and-environmental-awareness-1960-1972/> (julho, 2023)

³ <https://www.theguardian.com/music/2021/oct/28/the-greatest-songs-about-the-climate-crisis-ranked> (julho, 2023)

produção” e termina com a ênfase nas consequências catastróficas da falta de ação perante a crise climática e os seus efeitos na intensificação de desequilíbrios de dimensão planetária na gestão do ambiente e dos recursos naturais, os quais, em última instância, questionam as próprias condições de sobrevivência da humanidade (Meadows, D., et al., 1972; Beck, 1992; Gore, 2006; Du Pisani, 2006).

“Se as atuais tendências de crescimento da população mundial, da industrialização, da poluição, da produção alimentar e do esgotamento dos recursos se mantiverem inalteradas, os limites do crescimento neste planeta serão atingidos algures nos próximos cem anos. O resultado mais provável será um declínio bastante súbito e incontrolável tanto da população como da capacidade industrial” (Meadows, et al., 1972, p. 23).

O reconhecimento crescente da necessidade de mudança e responsabilidade social e ambiental na esfera da política internacional é ainda ratificado pelas Nações Unidas, em 1972, na Conferência de Estocolmo sobre o meio ambiente humano, que produz uma declaração determinante sobre as ameaças das crises ecológicas:

‘Chegámos a um ponto na história em que devemos moldar as nossas ações a nível global, com uma atenção mais prudente para as consequências ambientais. Por ignorância ou indiferença, podemos causar danos maciços e irreversíveis ao meio ambiente terrestre, do qual a nossa vida e o nosso bem-estar dependem. Em contrapartida, através de um conhecimento mais profundo e de uma ação mais sábia, podemos conseguir para nós e para a posteridade uma vida melhor num ambiente em maior equilíbrio com as necessidades e esperanças humanas... Defender e melhorar o meio ambiente para as atuais e futuras gerações tornou-se uma meta fundamental para a humanidade’ - Trechos da Declaração da Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente (United Nations, 1973, parágrafo 6, p. 3)⁴

Alguns autores atribuem a origem simbólica do conceito de desenvolvimento sustentável a esta declaração (Cruickshank et al., 2012; Handl, 2012), a qual configura um via alternativa ao conceito de desenvolvimento assente, exclusivamente, no crescimento económico.

As questões relacionadas com a sustentabilidade dos recursos naturais da Terra estão na base das formulações iniciais de desenvolvimento sustentável. Segundo Coomer (1981), a sociedade sustentável tem na sua génese o reconhecimento dos limites do crescimento e de procura de alternativas viáveis. Paxton (1993), defende um novo modelo que permita a melhoria das condições de vida das populações, incluindo aquelas das regiões menos desenvolvidas do mundo, orientado pela procura de um equilíbrio entre as necessidades das pessoas e as necessidades do ambiente. Onde o objetivo deve ser a suficiência e não a eficiência económica. Neste seguimento, Mason (1997), exemplifica a complexidade de aplicar práticas sustentáveis na promoção do crescimento industrial em países em desenvolvimento, visto que

⁴ Tradução própria.

o seu processo de implementação ultrapassa limites geográficos e políticos, "envolve não só os Estados-nação, mas também as empresas transnacionais (ETN), bancos internacionais e agências multilaterais (por exemplo, o Banco Mundial). Não afeta apenas as economias, mas também o ambiente" (p. 114).

Ao longo da década de 1980, o desenvolvimento sustentável (DS) institui-se enquanto ideologia, sendo inserido na "Estratégia Mundial de Conservação da União Internacional para a Conservação da Natureza" (1980), em *Building a sustainable society* (1981) de Lester R. Brown e em *Gaia: An atlas of planet management* (1984) de Norman Meyers (Worster 1993, p. 143; Du Pisani, 2006, p. 92). Mas é em 1987 no relatório *O Nosso Futuro Comum*, produzido pela Comissão de Bruntland ou Comissão Mundial sobre o Ambiente e o Desenvolvimento (WCED), que a sua definição é clarificada:

"desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas necessidades" (WCED, 1987, p. 15).

A importância da equidade Intergeracional e da conservação dos recursos para as gerações futuras, constitui uma das principais distinções entre a política de desenvolvimento sustentável e a política ambiental tradicional (Emas, 2015, p. 2). O relatório conclui ainda que crescimento económico deve ser também uma meta a atingir nos países em desenvolvimento, mas segundo um paradigma que concilia esse crescimento com a melhoria da qualidade de vida das populações e com o equilíbrio ambiental, em sintonia com "desenvolvimento sustentável" (Du Pisani, 2006, p. 92; Lee et al., 2021; UNEP, 2022). Já na "ECO-92", na Conferência de Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), no Rio de Janeiro, o conceito de desenvolvimento sustentável integra formalmente a Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento (United Nations, 1993). O Princípio 7 afirma:

"Tendo em conta as diferentes contribuições para a degradação global do ambiente, os Estados têm responsabilidades comuns, mas diferenciadas. Os países desenvolvidos reconhecem a responsabilidade que lhes cabe na prossecução internacional do desenvolvimento sustentável, tendo em conta as pressões que as suas sociedades exercem sobre o ambiente global e as tecnologias e recursos financeiros de que dispõem." – Nações Unidas, 1993, p. 4

Os três pilares que configuram a sustentabilidade do desenvolvimento – o económico, o social e o ambiental – são formalizados nesta conferência (Cruickshank et al., 2012; Handl, 2012). Posteriormente, em 2012, na conferência "Rio+20" ou "Earth Summit", acrescentou-se ainda o pilar de governança e atualmente alguns autores defendem a criação de um pilar específico da "cultura", separado do social (Shi et al., 2019).

A necessidade de mudança de paradigma na concetualização do desenvolvimento, de uma visão meramente economicista para algo mais holístico e inclusivo às várias dimensões que definem a vida e a sociedade é sublinhada também pelo Banco Mundial num relatório de 1999, que refere:

“O desenvolvimento deve ir além do crescimento económico para abranger importantes objetivos sociais - redução da pobreza, melhoria da qualidade de vida, melhores oportunidades para uma melhor educação e saúde, etc. A experiência também ensinou que o progresso sustentável em direção a estes objetivos requer uma implementação integrada e deve estar firmemente ancorado em processos abertos, participativos e inclusivos.” - Yusuf, S. (Ed.), 1999, p. III

A noção clássica de desenvolvimento enquanto progresso adquire, pois, sucessivamente, nova densidade deixando de se focar meramente em questões económicas e em visões macroestruturais contruídas, essencialmente, tendo por referência a perspetiva do norte global, e descentradas da vida e das experiências (profundamente atravessadas por desigualdades sociais) das pessoas e das comunidades (Stiglitz, 1998, outubro; Mazzucato, 2021)

Com efeito, desde a década de 1990 que o desenvolvimento sustentável é uma das grandes metas das Nações Unidas (UN). As ações desta organização refletem o compromisso para “o bem-estar de todos (desenvolvimento), identificando ao mesmo tempo a necessidade de operar dentro dos limites ecológicos do planeta (sustentável)” (Wackernagel et al., 2017, p. 1). A agenda dos ODS, com 17 objetivos, 169 metas coassociadas e mais de 300 indicadores, que “até 2030 pretendem erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades a nível global – erradicando a fome, melhorando o acesso à saúde e à educação, entre outros” é uma evolução (comparativamente aos ODM)⁵ (Nino, 2015).

No entanto, ainda hoje, existe na academia um debate sobre a “contradição” do conceito de desenvolvimento sustentável (DS). Diferentes autores salientam que DS é um conceito contraditório devido à impossibilidade de conciliar crescimento económico infinito com os recursos limitados do planeta (Spaiser et al., 2017; Redclift, 2005; Wackernagel et al., 2017; Ruggerio, 2021, p. 2). Apesar do *caráter politicamente correto* do conceito de desenvolvimento sustentável, existem críticas tanto por atores mais radicais como por atores mais conservadores (Du Pisani, 2006, p. 91-92; Redclift, 2014, p. 482).

Na visão de alguns autores, o conceito de desenvolvimento sustentável aplicado ao Sul global, impõe-se como mais uma ideologia por parte do Norte global, que condiciona apoios ao seu próprio

⁵ Os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), foram mobilizados pelos países do Norte para erradicar oito problemáticas do Sul global associadas às questões de fome, saúde, educação, género e ambiente (Hollander & Heinemans, 2013, setembro 27)

progresso. Tadesse Teklu (2018) argumenta que tratados universais (como o Tratado de Paris)⁶ e questões como o “aquecimento global” têm subjacentes agendas políticas deliberadamente concebidas para impedir ou abrandar as perspectivas de desenvolvimento e de industrialização dos países de médio e baixo rendimento. Weber (2017) defende que ao não questionar a ideologia de crescimento económico ilimitado, nem tão pouco desafiar adequadamente a cultura do consumo, o DS serve sobretudo interesses neoliberais:

“Vivemos numa era onde o desenvolvimento internacional é embebido de uma ‘epistemologia de mercado’, onde as relações comerciais e a economia de mercado são o cerne de uma agenda neoliberal, que fomenta as desigualdades quer a nível económico, quer político, quer social. A lógica do contínuo crescimento económico continua a contradizer a possibilidade real de uma vida sustentável na Terra” – Weber, 2017, p. 401

Hickel (2015, setembro 23), assinala a contradição entre crescimento da riqueza medida através do PIB e aumento da Pobreza. Segundo estimativas feitas pelo autor – ainda no início da retoma da grande crise financeira mundial, num período pré-Covid19 – seriam necessários 207 anos para que a estratégia da economia de mercado funcionasse para eliminar a pobreza global, e que para lá chegar, a economia global necessitaria de crescer 175 vezes a sua dimensão atual (Hickel, 2015, setembro 23).

Já Tarlock (2001) afirma que o desenvolvimento sustentável se transformou num conceito paradoxal que não passa de “retórica sem ação” (p.38), pois na sua tentativa de unir ideais incompatíveis (crescimento económico e conservação ambiental), nunca se formularam critérios específicos de sustentabilidade, dando abertura a que defensores teóricos de economia neoliberal e de mercado livre progressivo se apropriassem do conceito (p.38; Redclift, 2005). O autor defende que o pensamento ecológico anterior a 1980 foi diluído para, mais uma vez, se adaptar a exigências materiais e a padrões de consumo excessivo do ser humano (Tarlock, 2001, pp. 37-38). No outro extremo, autores mais conservadores interpretam que o desenvolvimento sustentável é um entrave à procura de respostas às necessidades e exigências das populações de regiões em crescimento, conduzindo à estagnação das sociedades (Mitcham 1995, p. 323). Numa perspectiva de mercado livre, argumenta-se que as políticas de desenvolvimento sustentável são desnecessárias, porque tal como John Smith afirmara “a mão invisível” iria equilibrar as demandas entre consumo e produção (UNEP, 2022; Du Pisani, 2006, p. 93).

Entre economistas assinalam-se igualmente divergências relativamente às questões distributivas relacionadas com a sustentabilidade, um dos elementos centrais do Relatório Brundtland (publicado em 1987). O relatório oferece um cenário idealizado em que os países menos desenvolvidos podem

⁶ O Acordo de Paris é um tratado internacional juridicamente vinculativo sobre as alterações climáticas. Foi adotado por 196 Partes na Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP21) em Paris, França, em 12 de dezembro de 2015. <https://unfccc.int/process-and-meetings/the-paris-agreement> (outubro, 2023)

melhorar o seu nível de vida através do desenvolvimento económico, sem comprometer as perspetivas de crescimento ou a qualidade do ambiente para as gerações futuras. Tal num processo que, em boa medida, depende dos países desenvolvidos (do “ocidente”) serem persuadidos a crescer menos e a efetuarem transferências substanciais dos rendimentos de que hoje usufruem para o “resto” do mundo (Tarlock, 2001; Du Pisani, 2006; Redclift, 2014; Hickel, 2015, setembro 23).

A fragilidade do apelo a uma nova solidariedade global é observada também, por exemplo, no Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável, em Nova Iorque, Guterres observa que apenas 15% das metas dos ODS estão no caminho certo para serem alcançadas até 2030 e que existe até uma regressão em alguns dos Objetivos) (DN/Lusa, 18 Set. 2023).⁷

“Em vez de não deixarmos ninguém para trás, corremos o risco de deixar para trás os ODS. Excelências, os ODS necessitam de um plano de resgate global” – António Guterres, 18 de setembro, 2023.

1.2 Transformação Social e Desenvolvimento Sustentável

O desenvolvimento sustentável (DS) tanto conceptualmente como em termos de políticas públicas serve de enquadramento a uma estratégia global que visa enfrentar as transformações socioeconómicas de um mundo cada vez mais comprometido, para questões como a equidade social, a consciência ambiental e o crescimento inclusivo, etc... (Costa, 2012; Shi et al., 2019). Numa altura em que nos deparamos com desafios cada vez mais complexos (*wicked problem* na gíria inglesa) (Camillus, 2008, Maio)⁸, que não podem ser resolvidos com soluções singulares (Hanson, 2019; Ranabahu, 2020). Defende-se, assim, que o DS tem como meta global a construção de um mundo autossustentável, com estabilidade económica e ambiental, com metas a longo prazo que considerem preocupações económicas, ambientais e sociais em todo o processo de tomada de decisão (Emas, 2015, p. 2). Nesse sentido, há que legitimar a nossa sociedade na sua diversidade, diferenciação regional e sectorial e na multiplicidade de configurações e tendências de mudança institucional, relacional e cultural emergentes – “num presente que assume diferentes características segundo a cultura e as particularidades de cada região” (Cardoso et al., 2005, p. 13).

Nesta linha argumentativa, estudar a transformação social (TS) significa, nomeadamente, analisar as diferentes formas como a globalização afeta os diversos países, sociedades e comunidades locais, cada uma com experiências históricas, padrões económicos, sociais, institucionais e culturais diferenciados (Castles, 2001, p. 19; Costa, 2002). É o que Stephen Castles (2001) identifica como a

⁷ [Guterres pede “plano de resgate global” \(dn.pt\)](#) (setembro, 2023)

⁸ <https://hbr.org/2008/05/strategy-as-a-wicked-problem> (agosto, 2023)

“antítese da globalização’ no sentido dialético de que é, simultaneamente, uma parte integrante da globalização e um processo que denegride as suas ideologias centrais” (p.15). Identificar as características dos processos de transformação nas várias dimensões já mencionadas e num estado de constante mutação é o diálogo necessário para que no universal (no global que guia o DS) se possa integrar o local (as populações e as diferentes dimensões de transformação das relações sociais) (Castles, 2001, p. 29).

Nas conceções mais clássicas, a transformação social remete para a forma como uma sociedade e cultura se reconfiguram, tal como relatados na “Grande Transformação” (Polany, 1944), em períodos históricos como a industrialização ou a descolonização das sociedades ocidentais. Não obstante, processos globais, como a revolução da “cultura material”, abriram espaço para o debate do seu significado (Castells, 2002, p. 33; Castles, 2001, p. 15). O *modus operandi* em torno das tecnologias da informação e a emergência da “economia informacional” tornou cada vez mais difícil distinguir dicotomias como o “moderno e tradicional”, o “desenvolvido e em desenvolvimento”, o “oriental e ocidental”, o “sul e norte”, entre outras, bem como pensar no local sem pensar no global (Castles, 2001; Castells, 2002; Costa, 2002).

Na perspetiva da transformação social, o não questionamento dos modelos de desenvolvimento implementados pode contribuir para o que os autores Sexsmith e McMichael (2015) intitularam de “ângulos mortos” da epistemologia do desenvolvimento. Uma consequência do processo quase mecânico de *development as usual*, que impede a assimilação de novas estratégias de reorientação e planeamento (p. 581). Por exemplo, apesar de durante o período dos ODM haver uma redução geral da pobreza extrema a nível mundial (um dos grandes indicadores utilizados para assinalar o sucesso desta agenda), paradoxalmente, observou-se um crescimento das desigualdades internas globais e nacionais (Piketty e Saez, 2014; Milanovic, 2016; Dorling, 2017; Alvaredo et al., 2018). O aumento do Gini no interior de países e regiões que mais cresceram neste período (como a China e de forma mais abrangente a região da Ásia-Pacífico); o incremento de disparidades nas condições de vida e de bem-estar entre zonas rurais e urbanas (OCDE, 2020), e, no interior destes territórios, a intensificação de tendências de segmentação e polarização das condições de trabalho e progressão salarial segundo o género, a idade, a etnia, em interseção com o perfil qualificacional são alguns dos fenómenos de desigualdade que, de acordo com estes autores, há várias décadas continuam a aumentar. Tal, graças a processos plurais, entre si cumulativos (confluência de vantagens/desfavorecimento nos mesmos segmentos) e sistémicos

(intersecções entre condições laborais, reconhecimento social, e saúde e bem-estar) (Alvaredo et al., 2018; Chancel e Piketty, 2021; Costa e Mauritti, 2018; Mauritti et al. 2018; Milanovic, 2021).⁹

Sandel (2020, p. 115) descreve a sociedade contemporânea como sendo – uma “ilusão meritocrática”, caracterizada pela celebração do sucesso daqueles que conseguem ascender à elite e pela crítica de quem falha em o fazer. Na sua opinião, a sociedade meritocrática aumenta a disparidade entre classes sociais e enaltece desigualdades. O mito da meritocracia caracteriza-se pelo facto de quem está no topo ter a capacidade de transmitir geracionalmente as suas vantagens – riqueza, educação e ligações sociais–mantendo, desse modo, as desigualdades de classe e tornando mais difícil a mobilidade para o resto da população. Esta tendência converte o sucesso meritocrático no que Sandel identifica como uma espécie de “aristocracia hereditária” (ibidem, p. 118-119). De acordo com um estudo recente da OCDE mesmo nos países mais igualitários serão necessários cerca de quatro gerações — mais de 100 anos – para que as pessoas nascidas em famílias de baixo rendimento se aproximem do rendimento médio da sua sociedade; as oportunidades de mobilidade social são ainda mais agravadas (implicando o tempo de vida de pelo menos nove gerações) nos países de elevada desigualdade – como alguns dos países emergentes, onde se incluem o Brasil, a Colômbia e a África do Sul (OCDE, 2018, p. 28).

Numa perspetiva histórica e comparativa internacional, Tilly (2005) justifica a permanência de desigualdades de bem-estar entre os países do mundo capitalista, também, no facto de a globalização ser propensa a beneficiar as sociedades que tiverem um capital financeiro mais elevado, um melhor acesso a recursos tecnológicos e digitais que facilitem o acesso à comunicação e a partilha de informação (como a internet), conhecimento e instalações científicas altamente especializadas, e recursos produtores de valor de mercado (p. 24). Com efeito, de forma coerente com estes estudos, dados do *World Inequality Report* (WIR) (Alvaredo et al., 2018; Chancel e Piketty, 2021) demonstram que no período da agenda dos ODM os países e, dentro destes, os cidadãos mais ricos, beneficiaram desproporcionalmente do crescimento global. Concretamente, de acordo com o este relatório, entre 1980 e 2016, houve um crescimento económico global de 74%, no entanto, os top 1% mais ricos do mundo capturaram 27% da riqueza total, enquanto os 50% mais pobres capturaram apenas 12% (pág. 13). No mesmo relatório, é ainda assinalada a disparidade relativa às catástrofes climáticas. Os locais mais vulneráveis às alterações climáticas são regiões onde habitam pessoas com rendimento mais baixo e que apenas produzem 10% do total das emissões globais. Paradoxalmente, a pegada de carbono dos 1% mais ricos a nível global chega a ser 175 vezes maior (Hardoon, D. et al., 2016, p. 5; Gonzales et al, 2015).

⁹ <https://en.unesco.org/inclusivepolicylab/sites/default/files/publication/document/2018/7/wir2018-full-report-english.pdf> (julho, 2023).

1.3 Medir e monitorizar a transformação social para o desenvolvimento sustentável

O ritmo da mudança social atualmente é tão mais rápido como mais complexo, comparativamente a algumas décadas atrás – os sistemas de significação e representação cultural reproduzem efeitos que reconfiguram os fluxos globais de riqueza e poder, enquanto contribuem para promover novos processos económicos, institucionais e socioculturais (Giddens, 1987, p. ix). Tais transformações afetam a nossa sociedade de maneira diferente, comportando em si desigualdades a nível nacional e internacional, e contribuindo para a intensificação da polarização entre ricos e pobres, bem como para perpetuar experiências diversas de exclusão social (populações migrantes, populações de regiões mais desfavorecidas; segmentos com baixas qualificações; desempregados de longa duração; mulheres, pessoas mais velhas, entre outros) (Castles, 2001; OCDE, 2018, p. 23; Costa e Mauritti, 2018). Tal como sugere Giddens (1998, p. 123), este “é um processo de desenvolvimento desigual que fragmenta à medida que coordena e introduz novas formas de interdependência mundial (...) dando origem a novas formas de risco e de perigo ao mesmo tempo que produz amplas possibilidades de insegurança global”.

Como anteriormente referido, agendas globais de desenvolvimento sustentável têm de ser incorporadas com o preceito de serem “para lá do PIB”. Não é por acaso que a iniciativa “New Approaches to Economic Challenges” (NAEC), estabelecida pela OCDE em 2012, tem vindo ao longo do tempo a refletir no porquê de não termos conseguido prever crises económicas, como a de 2008,¹⁰ e na necessidade de estruturar novas ferramentas, indicadores e metodologias a fim de construir uma melhor forma de analisar desafios económicos e aconselhar a construção de políticas públicas (OCDE, 2013). A iniciativa reconhece a complexidade de um sistema socioeconómico e ambiental que interage entre si, simultaneamente, nas escalas micro, meso e macro. Um sistema que pela sua natureza complexa está sujeito a crises e falhas em cascata, que podem surgir de uma variedade de fontes, incluindo crises financeiras, catástrofes naturais, tensões geopolíticas, ciberataques ou pandemias (Stiglitz et al., 2009; Stiglitz et al., 2018, p. 13).¹¹ O reconhecimento de que são necessárias novas ferramentas conceituais e de medida para monitorizar o progresso social e o bem-estar das populações tem sido alvo de grande investimento por parte da OCDE. Através do lema “better politics for Better Life” a organização lançou¹²

¹⁰ A crise financeira de 2007-08 teve origem nos Estados Unidos como consequência do colapso do mercado imobiliário. Ameaçou destruir o sistema financeiro internacional; provocou a falência (ou quase) de vários bancos, instituições de crédito à habitação e companhias de seguros; e precipitou a Grande Recessão (2007-09), a pior recessão económica desde a Grande Depressão (1929-c. 1939). <https://www.britannica.com/money/topic/financial-crisis-of-2007-2008> (outubro, 2023)

¹¹ https://www.oecd.org/naec/resources/Briefing-Note_New-Approaches-to-Economic-Challenges.pdf (julho 2023)

¹² O programa da OCDE tenta construir e medir indicadores de bem-estar e progresso, que permitam compreender o que determina o bem-estar na vida das pessoas e países e o que é necessário fazer para alcançar um maior progresso e qualidade de vida para todos. <https://www.oecd.org/wise/better-life-initiative.htm> (outubro, 2023)

a iniciativa “Better life” e ainda a publicação “How’s Life?” e ainda o OCDE “Better Life Index” (OCDE, 2020).

O conceito de “ir para além do PIB” é admitir que não existe uma forma simples de representar todos os aspetos do bem-estar num único número, e que apesar do PIB descrever a produção económica do mercado, não foi concebido para uma tarefa tão complexa como a acima referida (Stiglitz, 2018, p. 13-14).

“Temos de ir “para além do PIB” quando avaliamos a saúde de um país e complementar o PIB com um painel de indicadores mais amplo que reflita a distribuição do bem-estar na sociedade e a sua sustentabilidade nas dimensões social, económica e ambiental. O desafio consiste em tornar o painel de controlo suficientemente pequeno para ser facilmente compreensível, mas suficientemente grande para resumir aquilo que mais nos interessa.” (Stiglitz, 2018, p. 14)

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, acordados pela comunidade internacional em 2015, vão claramente muito “além do PIB”, mas as suas 169 metas políticas e mais de 200 indicadores para “monitorização global” são demasiados para orientar políticas concretas. De acordo com Stiglitz (2018, p. 18), os países (incluindo os que apresentam padrões de desenvolvimento avançado) precisam de identificar as suas prioridades no âmbito da agenda mais vasta da ONU e melhorar as suas capacidades estatísticas, de forma a poderem monitorizar se os compromissos acordados estão a ser cumpridos. Tal como foi inicialmente referido por Stiglitz, Sen e Fitoussi, em 2009, na Comissão para a Medição do Desempenho Económico e do Progresso Social:

“O futuro é fundamentalmente incerto (...) Isto afeta não só os parâmetros de quaisquer modelos que se possa tentar utilizar para projetar interações eco-ambientais, como a estrutura dos próprios modelos, a medição de capitais e até mesmo a lista de bens naturais necessários para as gerações presentes e futuras. A maior parte do debate sobre as alterações ambientais a longo prazo reflete diferentes crenças sobre o futuro eco-ambiental do planeta. Não há razão para que a medição da sustentabilidade escape a essas dificuldades.” (Stiglitz et al., 2009, p. 74)

Na súmula das várias referências assinaladas, podemos identificar três tipos de “capital” para medir desenvolvimento sustentável – o “capital natural” (ambiente), o capital humano (social) e o capital manufacturado (ou artificial, onde se inclui a tecnologia, e a ênfase é dada à economia) (Cruickshank et al., 2012; Ruggerio, 2021). Adicionalmente, é possível também identificar duas abordagens entre si antagónicas, de acordo com a priorização de cada um dos capitais: a sustentabilidade forte e a sustentabilidade fraca (Stiglitz et al., 2009, p. 63; Cruickshank et al., 2012; Ruggerio, 2021).

Na *sustentabilidade forte* o foco centra-se na natureza, como por exemplo, na conservação do património permanente de florestas e, em casos extremos, negligenciando mesmo as sociedades humanas (Cruickshank et al., 2012; Ruggerio, 2021). Na *sustentabilidade fraca* o enfoque é a preservação dos sistemas económicos, relegando a natureza a um papel de fornecedora de recursos naturais, de serviços eco sistémicos e a reservatório dos resíduos gerados pela atividade humana. A expressão extrema desta abordagem é transformar a Terra num planeta totalmente artificial (Ruggerio, 2021, p. 7). Tendencialmente, o processo da sustentabilidade fraca é o mais convencional e o mais defendido nas agendas políticas internacionais (Cruickshank et al., 2012, p. 16).

A necessidade de construir ferramentas de apoio à decisão e à monitorização da mudança social ou, simplesmente, de fundamentar com dados substantivos a produção de conhecimentos não é algo recente. Mas com os atuais avanços tecnológicos e transformações sociais, cada vez mais rápidas e complexas, compreender, selecionar, gerir e analisar o manancial de dados que são produzidos e que circulam em espaço aberto tornou-se numa prioridade e condição para a construção de futuros alternativos (Mauritti et al., 2022, p. 15). Num mundo onde as desigualdades internas tendem a aumentar, as mensagens relativas à sustentabilidade serão diferentes consoante o objetivo que nos propusermos. Tal como Stiglitz et al. (2009) sugerem, uma das soluções poderá ser o foco nas questões distributivas e o alargamento da lista de bens de capital que são importantes para a sustentabilidade (p. 76). Em particular, na inclusão de investimento específico em instituições que ajudem eficazmente a proteger a maioria da população da pobreza e que promovam a transformação social (ibid).

Capítulo 2. Economia Solidária, cooperativismo e empreendimentos solidários

Segundo Paul Singer (2005), a economia solidária tem a sua origem no socialismo utópico de Saint-Simon (1760-1825), Robert Owen (1771-1858) e Charles Fourier (1772- 1837). O conceito diferencia-se do “socialismo científico” de Marx (1818-1883) e Engels (1820-1895), por procurar expor detalhadamente os princípios e características de uma sociedade igualitária, mas de modo geral, sem indicar os meios para a alcançar (Barros, 2011, p. 241). Na obra “Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico”, publicada em 1880, Friedrich Engels critica o “socialismo utópico” por não apresentar soluções práticas para a luta e a organização do movimento operário, nem para a construção de uma doutrina socialista adequada à sua época (ibid). Apesar da crítica de Engels, são estes autores que inspiram iniciativas como os pioneiros de Rochdale, no séc. XIX, no seu projeto das cooperativas de consumo. Nesse sentido, a expressão “economia solidária” tem a sua génese no exercício elaborado por cooperativas de produção e comercialização originárias do socialismo utópico (Bergonzi e Stoltz, 2014; Laville e Gaiger, 2009).

Saint-Simon, por exemplo, concebe uma sociedade industrial depurada de suas desordens e injustiças, e conduzida consensualmente pelos “produtores” – os operários, empresários, sábios, artistas e banqueiros. Nas suas primeiras obras, as “Cartas de um Habitante de Genebra aos seus Contemporâneos” (1803), propõe que os cientistas reivindicuem o papel das autoridades religiosas na condução espiritual das sociedades modernas (Barros, 2011, p. 241). Charles Fourier, autor francês, é quem cria o conceito de “falanstérios”, um sistema de organização social fundado em comunidades autogestionárias que partilham interesses comuns e vivem num sistema de entreajuda, na génese da construção do conceito de cooperativas (Barros, 2011). Os falanstérios são assim uma das primeiras expressões de economia solidária, orientada pela procura de uma sociedade mais justa, igualitária e emancipatória, que valoriza as potencialidades humanas e o bem-estar coletivo.

Owen procurou mostrar ao governo que a reintegração de desempregados no mercado de trabalho aumentaria a riqueza do país, visto que o valor investido teria retorno garantido e que, conseqüentemente, o crescimento económico seria melhorado se aliado ao processo de cooperativismo e da valorização local (Singer, 2002, p. 26). Várias experiências de Owen impulsionaram movimentos sociais que visavam alternativas ao capitalismo, o socialista britânico ao longo do seu percurso acabou por apoiar a construção de 19 cooperativas, que mais tarde acabariam por se adaptar a uma visão mais alinhada com a economia de mercado ou por fechar portas (Neto, 2021, p. 18). Em 1844, um grupo de operários têxteis de Rochdale, perto de Manchester, criou uma cooperativa que se tornou um exemplo emblemático de cooperativismo. Eles pretendiam emancipar-se das condições de exploração e opressão do capitalismo industrial. A sua cooperativa tinha uma visão de equidade que consistia em vender os

produtos do seu trabalho a preços justos, calculados com base nas horas de trabalho empregues na produção.

Na sua fase áurea, os Pioneiros de Rochdale chegaram a formar um conglomerado com mais de 10.000 sócios (Singer e de Souza, 2003; Neto, 2021). Keynes (1983) procura demonstrar que, na resposta à crise económica de 1930, a teoria de Owen inspirou as políticas de criação de emprego que surtiram efeitos positivos num período de instabilidade financeira (Neto, 2021: 18).

Os Pioneiros de Rochdale assumiram uma visão de equidade inspirada por uma variedade de influências ideológicas, doutrinárias, filosóficas e práticas, contribuindo para a definição dos princípios do cooperativismo e da economia social (na sua vertente mais solidária e horizontal) – uma solidariedade voluntária entre iguais (horizontal), não caridosa (Namorado, 2009), cuja ação, construída em prol da comunidade, é controlada de forma ativa, autónoma e independente pelos seus membros. As cooperativas são, pois, organizações que se distinguem por seguir uma atuação consonante com esses princípios (ibid). Desde a sua fundação, em 1895, em Genebra, que a Aliança Cooperativa Internacional (ACI) é fiel à tradição de Rochdale e assume os princípios cooperativos. Atualmente, as chamadas “Regras de Ouro” do cooperativismo, ratificadas em 1937, 1966 e 1995, mantêm-se bastante fiéis às redigidas pelos princípios dos Pioneiros de Rochdale, segundo os sete princípios seguintes: 1. Adesão Voluntária e Aberta; 2. Controlo democrático dos membros; 3. Participação económica dos membros; 4. Autonomia e Independência; 5. Educação, Formação e Informação; 6. Cooperação entre as Cooperativas; e 7. Preocupação com a Comunidade.¹³

Também é interessante mencionar o documento que apresenta orientações para a aplicação prática dos Princípios do Cooperativismo no século XXI (ACI, 2016). Este documento foi divulgado, logo após os ataques jihadistas à sede da revista Charlie Hebdo, em França e reafirma a importância da liberdade de expressão, e da defesa dos princípios de “liberdade, igualdade e fraternidade”, enquanto princípios inseparáveis para a construção de um mundo melhor e mais solidário (Coop, 2015). Na formulação de 1995, Aliança Cooperativa Internacional define a identidade cooperativa nos seguintes termos: "associação autónoma de pessoas unidas voluntariamente para satisfazer as suas necessidades e aspirações económicas, sociais e culturais comuns, através de uma empresa de propriedade conjunta e democraticamente controlada". A importância das organizações cooperativas fica bem clarificada nos números seguintes avançados por Rui Namorado (2009, p. 97): a ACI tem em todo o mundo mais de oitocentos milhões de membros de cooperativas, entre os quais 236 milhões na Índia e 180 milhões na

¹³ <https://www.ica.coop/en/cooperatives/cooperative-identity> (julho 2023)

China. (...). Em todo o mundo, as cooperativas no seu todo geram mais de cem milhões de empregos, ou seja, mais 20% do que o emprego gerado por todas as empresas multinacionais juntas”.

Não obstante, persistem desafios. Um risco fatal das iniciativas é a perda do seu espírito associativo e sua consequente degeneração. Há muitos exemplos disso, começando por Rochdale, onde os sócios decidiram abolir os últimos vestígios da participação operária nas suas cooperativas de produção, que se tornaram empresas convencionais, ainda que propriedade de cooperados, a partir de 1864. A autogestão também foi abandonada pelas cooperativas de consumo e de comercialização agrícola, que passaram a ser administradas como empresas capitalistas por gestores contratados pela direção, em prejuízo da participação e do poder decisório dos sócios. As cooperativas de produção, sendo exceção à regra, em compensação cresceram menos (Laville e Gaiger, 2009, p. 166-167).

Segundo Singer (2003), o cooperativismo não conseguiu consolidar-se como uma alternativa ao capitalismo, pois a maioria das cooperativas não resistiu à concorrência do mercado. Porém, os seus princípios inspiraram novas formas de organização económica, que, conforme Jorge (2008), propõem comunidades e cidades de cooperação com foco local. Nesta medida, a economia solidária tem uma componente “revolucionária” ao promover relações organizacionais e meios de produção que valorizam a inclusão social e a participação responsável em prol do desenvolvimento das comunidades. A Economia Social e Solidária, como teoria económica, tem a sua origem na Europa no que podemos denominar de cooperativismo revolucionário, baseado nos socialistas utópicos e na sua luta “pelo máximo de autonomia comunitária possível, dentro de uma reestruturação da sociedade” (Buber, 1945, apud Lechat, 2002, p. 27). De acordo com Roque Amaro (comunicação Dezembro de 2021), o movimento da economia solidária surge em três regiões geográficas de forma autónoma: na América Latina (com Luis Razeto do Chile e Paul Singer do Brasil); nos Países Francófonos – França, Bélgica e Quebeque/Canadá (com Jean-Louis Laville e Bernard Ême de França); e no conjunto de ilhas atlânticas da Macaronésia¹⁴ – Açores e Madeira, Cabo Verde e as Canárias, (com Rogério R. Amaro de Portugal). De forma mais generalizada, o termo é cunhado na década de 1990, quando grupos de cidadãos se organizam segundo os princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática, com o propósito de desenvolver uma forma de organização social e económica que não dependa do mercado, materializando respostas de acolhimento das reivindicações e conquistas dos novos movimentos sociais do século XXI (Laville e Gaiger, 2009, p. 162; Rodrigues, 2010).

Existem distinções entre o termo economia social e economia solidária. Apesar de concetualmente economia social e economia solidária terem referenciais teóricos e ideológicos comuns (como as utopias

¹⁴ <https://1library.org/article/vers%C3%A3o-da-macaron%C3%A9sia-economia-solid%C3%A1ria-enfrentando-desafios-actuais.zp0edr4q> (outubro, 2023)

de Owen, King, Fourier, Saint-Simon e Proudhon, entre outros), o conceito de economia social surge na Europa continental como alternativa ao conceito de terceiro setor (Vieira et al., 2017, p. 108). De acordo com Vieira et al. a designação de “economia social” surge na literatura económica em 1830, num tratado publicado pelo economista liberal francês Charles Dunoyer, como fundamentação para uma “abordagem moral” do económico. No mesmo período, entre 1820 e 1860, inspirados pelas obras de Malthus e Sismondi, que apontavam as “falhas do mercado”, em França uma corrente de pensamento de “economistas sociais” formam uma escola heterogénea de pensamento económico (Campos e Ávila, 2012; França-Filho, 2002). Além das experiências do movimento operário inglês, existem outros exemplos europeus: na Alemanha, em meados do século XIX destaca-se a fundação dos primeiros partidos socialistas (o Partido Social-Democrata dos Trabalhadores da Alemanha) e sindicatos (como a Associação Geral dos Trabalhadores Alemães, ADAV, em 1863 ou no ano seguinte a criação da Associação Internacional dos Trabalhadores, AIT) ou as greves gerais no final do mesmo século; em Espanha, o associativismo popular, ligado ao mutualismo e cooperativismo, influenciado por grupos de trabalhadores, tais como os tecelões de Barcelona; em Itália, as sociedades de assistência mútua (Campos e Ávila, 2012 apud Vieira et al., 2017, p. 107). Entretanto, ao longo do século XX, com o avanço de diferentes modelos de providência e assistência social de pendor universalista (estatal), a solidariedade de tipo associativo tende a recuar para um papel subsidiário, dominado por iniciativas de solidariedade filantrópica (Gaiger, 2009, apud Vieira et al., 2017). A legitimidade concedida à economia social nos círculos políticos e jurídicos europeus tende a refletir o isolamento destas iniciativas, que passam a integrar o sistema económico ocupando o espaço social entre o sector público e o privado, neste processo de reconfiguração, mais do que o projeto político, é a dimensão técnica ou funcional da organização que suporta a atribuição de valor às ações empreendidas (Laville, 2014, p. 106-107; Lewis e Swinney, 2007: 3-4, França-Filho, 2002, p. 12; Vieira et al., 2017, p. 107-108). Como observa França-Filho (2002, p. 12):

“se por um lado o reconhecimento e o apoio legal garantiu a existência formal das organizações da economia social, por outro, refletiu uma tendência ao isolamento, ao se fecharem nos seus estatutos jurídicos, ao mesmo tempo que passam a integrar o sistema económico dominante (...) Aos poucos”.

As referências à “economia social” ou à “economia solidária” têm ainda diferentes expressões geográficas: a “economia solidária” é mais usada em alguns países da América Latina, onde substitui ou concorre com a da “economia social”. Neste contexto, a ênfase à solidariedade enfatiza a sua relevância enquanto força para a mudança social e projeto para uma sociedade alternativa à globalização neoliberal. Já na Europa, a “economia solidária” complementa a de “economia social”, ao destacar novas

formas de organização económica baseadas na solidariedade e na reciprocidade (Lechat, 2002; Parente e Quintão, 2014; Vieira et al., 2017).

Considerada como uma “hibridação” de diferentes modelos de economias (que envolvem trocas com ou sem moeda) por França-Filho (2002) e Laville (2009), a economia solidária baseia-se em atividades coletivas que assumem a equidade legal dos membros envolvidos enquanto entidade jurídica ou institucional, situando-se concetualmente na intersecção dos sectores privado, público e terceiro setor (Laville, 2009, p. 106-107; Lewis e Swinney, 2007, p. 3-4). Ela procura ser uma alternativa ao mercado reivindicando uma visão plural de economia, alinhada com o movimento europeu de economia social enquanto estratégia transformadora. Será considerada uma forma de solidariedade democrática, investida na promoção da inclusão e emancipação social, ambiental, cultural, geográfica, entre outros (ibid; Hossein e Pearson, 2023). Apenas são solidários os empreendimentos que, além de possuírem relações de trabalho autogestionárias, solidárias e democráticas entre os seus membros, envolvem a comunidade através de ações de entreajuda, demonstrando uma vontade política de transformação das relações sociais e, por consequência, da sociedade (Quintela, 2000, p. 325 apud Vieira et al., 2017, p. 110).

Hossein e Pearson (2023, p. 222) defendem que, em muitos países do Sul Global, os grandes potenciadores da economia solidária envolvem comunidades e populações mais vulneráveis que vivem à margem da sociedade (ver figura 2.1).

	Economia Social	Economia Solidária
Contexto Histórico	Séc. XIX	Séc. XX – XXI
Problemas que enfrenta	sociais	Sociais, ambientais, culturais, territoriais, etc...
Designação Apropriada	social	solidária
Tipo de ação predominante	filantrópica (vertical)	democrática (horizontal)
Relação temporal com Estad. Social	pré	pós (?)
Tipo de relação com Estado	subordinação	parceria
Papel da economia	menor	central
Importância da democracia	Em perda	central
Relação com o princ. Econ. De reciprocidade	implícita	explícita
Fontes: Laville (2014), R. Amaro (comunicação pessoal, 16 Dez. 2021) e Hossein e Pearson, 2023 (adaptado pelo autor)		

Figura 2.1 Diferenças e semelhanças entre economia social e economia solidária. Fonte: autor (adaptado)

Apesar das diferenças, os dois conceitos remetem para processos complementares, que partilham valores comuns. Nos primeiros debates da NANSE (North American Network for Solidarity Economy)

defendeu-se que a economia social pode ser impulsionadora de uma economia onde a solidariedade é o valor central, pois muitas das organizações de economia social são exemplos de entidades que atuam tendo como foco projetos de desenvolvimento com objetivos sociais (Lewis e Swinney, 2007, p. 5). Nos países europeus, a economia social através de ações como a “Unidade de Economia Social” (CE/Direção Geral da União Europeia), frequentemente partilha interesses com organizações de economia solidária sediadas em países da América Latina (Defourny, 2000). A criação do “Centre International de Recherches et d’Information Sur l’Economie Publique, Sociale et Coopérative” (CIRIEC)¹⁵ uma organização científica internacional e não-governamental, que publicou, em 1992, um estudo teórico e comparativo sobre a Economia Social, intitulado “Économie Sociale: entre économie capitaliste et économie publique”, e que tem hoje representantes pelos vários continentes investidos em ações transversais tanto a economia social como solidária (Lewis e Swinney, 2007).¹⁶

No Brasil, entre a década de 1980 e 1990, teorias de privatização do mercado influenciam as políticas dos governos de Fernando Collor, de Itamar Franco e de Fernando Henrique Cardoso, o que leva a uma crise do Estado (Adams, 2010, p.68; Arcanjo e Oliveira, 2017; Neto, 2021, p. 19). A onda de desemprego e precarização de milhões de trabalhadores e a coberto das novas regras de “flexibilização” de direitos do trabalhador, contribuem para o aumento da exclusão social e da marginalidade. Milhares de cidadãos excluídos do modelo económico e social vigente são forçados a adotar ou a construir novas formas de rendimento, a maioria no quadro da economia informal (Quintela, 2000; Neto, 2021, p. 20). Neste período, a Economia Solidária surge como resposta à crise económica e reestruturação produtiva da época e ganha força através do cooperativismo popular e solidário, que se diferenciava do cooperativismo tradicional, mais liberal (Webering, 2019, p. 63; Singer e de Souza, 2003, p.2 5).

Existe uma forte ligação entre cooperativismo e economia solidária, desde logo porque os princípios da Aliança Cooperativa Internacional são, na sua essência, comuns aos da economia solidária:

“atividades que se mobilizam pelo interesse do bem comum ao invés do interesse individual e do ganho material, que é estimulada através da participação dos cidadãos em questões de interesse comum – como “criação de espaços públicos de proximidade, cuja autonomia em relação aos espaços de poder instituídos contribui para sedimentar as bases de um modelo democrático dialógico” (Laville e Gaiger, 2009, p. 162)

“A solidariedade na economia só se pode realizar se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comercializar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais.” (Singer, 2005, p. 9).

¹⁵ <https://www.ciriec.uliege.be/en/> (outubro, 2023)

¹⁶ <https://www.ciriec.uliege.be/en/our-network/> (setembro, 2023)

Esta correlação evidencia a importância de analisar as características do movimento cooperativo solidário como uma ação e influência em termos de legislação e de políticas públicas baseada na ajuda mútua, que emergiu num ambiente hostil de sociedades capitalistas e individualistas e apoiou à construção de uma identidade própria e coletiva das populações mais vulneráveis do Brasil (Webering, 2019, p. 63). A economia solidária realiza-se através da conjugação de três tipos de recursos: os recursos que derivam das relações de reciprocidade entre os membros, sem contrapartidas; os recursos públicos, angariados do Estado na base do princípio da redistribuição; e os recursos do mercado, obtidos nas relações de troca. É por a economia solidária se mobilizar nestes diferentes tipos de cenário que se define como sendo plural e híbrida, entre as economias pública e privada, como exemplificam as empresas sociais (Laville e Gaiger, 2009, p. 166).

Tal como as empresas capitalistas, também os empreendimentos solidários são regulados pela intervenção do Estado, no quadro das políticas públicas de incentivo a esse tipo de iniciativas (Souza et al., 2014, p. 5). Segundo Malassise (2011), o cooperativismo e o associativismo enquanto modalidades de formalização de empreendimentos solidários, materializam alternativas de inserção das iniciativas de economia solidária no mercado formal. Esta formalização pode ser facilitadora do diálogo entre os empreendimentos solidários e a economia formal, permitindo por exemplo, a comercialização dos seus produtos com as entidades que exigem essa formalização nos processos de compra e venda. No Brasil, a ação do Estado dirigida aos empreendimentos solidários, teve inicialmente como primado a procura de fortalecimento das comunidades associativas, nos seus diferentes formatos ou identidades, tendo em vista abranger o maior número de trabalhadores com rendimentos incertos, face à desarticulação do movimento a que estavam associados (Alcântara, 2014).

Capítulo 3. Extensão Universitária e Transformação Social

O movimento extensionista no ensino superior remonta a sua origem em Inglaterra no século XIX, nas universidades de Oxford e Cambridge. Desenvolve-se com o amago de melhorar e disseminar conhecimento pela sociedade e o “conhecimento ao longo da vida”. Concretamente, já em 1902 teriam sido estabelecidos mais de 900 centros de extensão, com mais de 20.000 estudantes adultos. O seu conceito provém de “universidade além muros” ou “universidade extensionista” (Slowey, 2010, p. 186; Goldman, 1995).¹⁷

Na América Latina, as origens do movimento extensionista têm como registo simbólico a ação de revolta estudantil, ocorrida a 21 de junho de 1918, na Universidade de Córdoba (Argentina). O momento estabeleceu um marco para as universidades latino-americanas, constituindo-se como uma referência para reformas universitárias (Gomez et al., 2018, p. 1). Na sua sequência os estudantes publicam o “Manifesto de Córdoba”, que reivindica a democratização da universidade em prol do seu compromisso social (ibid., p. 3):

“Nosso regime universitário – mesmo o mais recente – é anacrônico. Está fundado sobre uma espécie de direito divino; o direito divino que o professorado universitário acredita em si mesmo. [...] A Federação Universitária de Córdoba se levanta para lutar contra esse regime e entende que nele se vai à vida [...] Os meios já gastos da autoridade que emana da força não se conformam com o que reivindica o sentimento e o conceito moderno das universidades. O estalo do chicote só pode atestar o silêncio dos inconscientes e dos covardes. A única atitude silenciosa, que cabe em um instituto de ciência é a do que escuta uma verdade ou a do que experimenta para acreditar ou comprová-la.”¹⁸ (Manifesto de Córdoba, 21 de junho de 1918).

Na conceção veiculada pelo que depois ficou conhecido por “Movimento de Córdoba”, a extensão universitária surge como: “reforço da função social da Universidade, projeção da cultura universitária junto do povo e preocupação com os problemas nacionais.” (Blondy, 1978, p. 8 apud de Melo Neto et al., 2002, p. 9). Por outras palavras, a extensão universitária seria a tentativa de participação de segmentos universitários nas lutas sociais, tendo como fim a transformação social.

No Brasil, a extensão universitária é parte inerente da História da Educação no Brasil, apesar de ser só no final da década de 1980 que se torna “indissociável do ensino e da pesquisa”. A prática de atividades de extensão universitária remonta ao início do século XX, praticamente coincidindo com a criação do ensino superior (Sousa, 2000). A primeira universidade do Brasil, a Universidade do Rio de Janeiro, é fundada em 1920, pelo Decreto nº 14.343 e surge pela união de escolas superiores isoladas,

¹⁷ <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/B9780080448947000270> (junho, 2023)

¹⁸ <https://ufsaesquerda.com/wp-content/uploads/2020/06/Manifesto-Cordoba-Portugues.pdf> (junho, 2023)

criadas por necessidades práticas do governo (Souza et al., 2019). As primeiras intervenções extensionistas ocorrem através dos cursos e conferências realizados na antiga Universidade de São Paulo, em 1911, e as prestações de serviço da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, desenvolvidos na década de 1920 (FORPROEX, 2012, p. 12). Dito isto, o conceito de extensão universitária é assinalado pela primeira vez, quando se dá a elaboração do Estatuto das Universidades Brasileiras, em 1931. Inicialmente, ela é minimizada para uma função secundária de investigação-ação, que apelava à necessidade do crescimento económico através de cursos e de ações colaborativas de assistência técnica. Além disso, tinha como foco as regiões rurais, identificadas como lugares “atrasados”, mas fundamentais para o desenvolvimento do país (Deus, 2020, p. 47-48).

É nesta altura que Paulo Freire, professor de História e Filosofia da Educação na Universidade do Recife, precisamente através de ações de extensão universitária, começa a construir um projeto de educação popular com camponeses e comunidades de meios rurais. Na sua atuação Freire promove a redefinição da função da extensão, compreendendo-a como um processo de educação-formação simbiótico e cooperativo – através do qual a troca de conhecimentos é dual e não unilateral, permitindo que o agricultor seja tanto educador quanto educando (Freire, 1969, 1983; Gadotti, 2017, p. 4). Para Freire, era necessário revisitar o próprio significado da “extensão” e dissociá-la do termo “assistência técnica”. Na sua ótica, a cultura de extensão deve promover a emancipação das pessoas, tanto através da alfabetização, como também da valorização do seu lugar enquanto conhecedoras: “o que busca o extensionista não é estender suas mãos, mas seus conhecimentos e suas técnicas” (Freire, 1969, 1983, p. 11). Ou seja, a extensão deveria libertar-se do significado de “entrega (de algo que é levado por um sujeito que se encontra ‘atrás do muro’ àqueles que se encontram ‘além do muro’” e a visão de “messianismo (por parte de quem estende)”, de “superioridade (do conteúdo de quem entrega)” e de “inferioridade (dos que recebem)”. Freire defende que estes termos transformavam a ação extensionista num processo que classifica como “invasão cultural”: “todos êstes têrmos envolvem ações que, transformando o homem em quase ‘coisa’, o negam como um ser de transformação do mundo” (ibid, p. 12).

Acima de tudo, Freire defendia que a extensão universitária só fará sentido se for “uma ação educativa de carácter libertador”, pelo que um técnico de extensão apenas será capaz de aproveitar a capacidade transformativa da extensão se tiver a capacidade de reconhecer e valorizar o sentido dual da troca de saberes, dessa forma ensinando o recetor da extensão a reconhecer o seu saber como legítimo e igualmente útil (ibid, p. 15):

“Educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aquêles que, quase sempre, pensam

que nada sabem, para que êstes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais” (Freire, 1969, 1983, p. 15)

Este movimento, que no fundo democratiza a educação e se define como “educação popular”, inicia-se no Recife e é intitulado de “Movimento da Cultura Popular” (Brandão, 1986). Mas a partir do Recife rapidamente se dissemina por várias outras cidades do interior de Pernambuco, conduzido pela campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, na região de Natal; ou ainda pelo MEB – Movimento de Educação de Base, criado pela CNBB – Conferência Nacional de Bispos do Brasil; à criação do CPC – Centro Popular de Cultura, ligado à UNE - União Nacional de Estudantes; e também pela CEPLAR – Campanha de Educação Popular de Paraíba. O movimento, liderado em grande parte pela União Nacional de Estudantes, teve tanto impacto que, em 1964, quando se dá o golpe militar e se impõe um regime ditatorial no Brasil, por receio do caráter demasiado emancipador que estava a ser propagado, o regime leva Freire a ter de se exilar no Chile, reduzindo a extensão universitária, mais uma vez, a uma função secundária de investigação (Deus, 2020, p. 48; Gadotti, 2017).

Contudo, apesar da tentativa de silenciamento do debate público que perpetuava a extensão universitária enquanto prática académica de transformação social, de reconhecimento de saberes diversos e de garantia de valores democráticos, o seu caráter militante e formativo mantém-se. Exemplo disso é o surgimento de projetos de extensão universitária ainda durante o período do regime militar, como é o caso da criação do Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC), em 1966, e do projeto Rondon, fundado em 1967, com o lema “integrar para não entregar”, um lema que no seu cerne promovia o nacionalismo através de projetos de desenvolvimento local (FORPROEX, 2012; Deus, 2020, p. 48).

O projeto Rondon foi um caso interessante de intervenção extensionista, pois apesar de ser apontado pelo “caráter assistencialista” e “tentativa de promoção do regime”, alguns investigadores como Roque de Barros Laraia (2002) defendem que “o seu objetivo sempre foi o de promover conhecimento sobre a realidade do interior e a busca de desenvolvimento das populações das áreas mais afastadas dos grandes centros” (Pravato, 2011, p. 24). De facto, o projeto acabou por dar abertura e importância ao papel da extensão universitária:

“diante da demanda dos jovens por uma criação de ações mais permanentes e transformadoras, o regime aceitou a criação de *campi* avançados para dar continuidade às ações desenvolvidas, que funcionariam como ‘posto permanente das instituições de ensino superior junto das populações do interior brasileiro’” (Freiberg, 2019, p. 7).

Entretanto, em 1970, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o Ministério do Interior criam a Comissão Mista CRUTAC/MEC – Campus Avançado/MINTER, cuja atribuição é propor medidas destinadas à institucionalização e fortalecimento da Extensão Universitária. Entre as propostas dessa comissão, destaca-se a de criação da Coordenação das Atividades de Extensão (CODAE), instituída em 1974 (FORPROEX, 2012, p. 13). É ainda em 1968 que se dá a reforma universitária brasileira e se constitui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 5.540/68), que consolida que a extensão é uma das finalidades da educação superior, devendo ser “aberta à participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição” (FORPROEX, 2012, p. 16).

Apesar dos avanços referidos, muitas das práticas dos movimentos populares conduzidas no período de Freire são suprimidas pelo regime – ao ponto de, por exemplo, os participantes da União Nacional de Estudantes não serem autorizados a participar no Projeto Rondon por se considerar a sua causa subversiva (Cruz et al., 2018, p. 288-289). Ainda assim, entre os anos 70 e meados dos anos 80, o conceito do “povo como sujeito de sua própria história” adquire uma força considerável, surgindo no discurso de diversos atores sociais como a Igreja Católica, segmentos da academia e militantes políticos da esquerda (Rostoldo, 2003, p. 4). De acordo com a autora Maria Glória Gohn (1997) este é um período pautado pela ação dos “Novos Movimentos Sociais”, com forte influência marxista assim como das teorias sociais norte-americanas e europeias, para o qual muito contribui a tradução para português dos livros de Castells “Cidade, democracia e socialismo” (traduzido em 1980) e de J. Lojkin “O Estado capitalista e a questão urbana” (1981). Na literatura da educação popular destacam-se autores brasileiros como: Tereza Pires Caldeira (1987), José Guilherme C. Magnani (1985), Carlos Rodrigues Brandão (1986), Marília Sposito (1986), Eunice Durhan (1984), entre outros (Gohn, 1997, p. 277).

É, sobretudo, na década de 1980 que se fomenta a crítica à cultura e política autoritária do Brasil: a sociedade civil começa a consolidar-se e recupera a vontade de capacitação da população, em particular as classes mais pobres, colocando-a como centro da elaboração teórica e personagem central da vida política (Rostoldo, 2003, p. 4). A “educação popular” ganha então novo folgo, e estende-se “como parte da luta dos populares enquanto concessão e manifesto político em prol da emancipação humana e do direito a uma vida melhor” (Paludo, 2015, p. 220). O movimento estudantil, formado por coletivos universitários, virá igualmente a alinhar-se a estes movimentos, com destaque para os setores da educação, da saúde e dos direitos humanos.

Em particular, nos últimos anos da década de 80, na universidade a discussão sobre a função da extensão universitária, o papel da Universidade e a sua relação com a sociedade ganham cada vez mais força. Tal possibilita pensar a concepção de universidade baseada na redefinição das práticas de ensino,

pesquisa e extensão até então vigentes. Do assistencialismo passa-se, assim ao questionamento das ações desenvolvidas pela extensão; de função inerente à universidade, a extensão começou a ser percebida como um processo que articula o ensino e a pesquisa, que organiza e assessoria os movimentos sociais que então davam os primeiros passos. Todas estas transformações coincidem com o fim da ditadura militar, em 1985 (Vasconcelos e Cruz, 2011; Deus, 2020; FORPROEX, 2001).

É ainda no ano de 1987 que, no I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, que conta com a representação de 33 universidades, que se cria o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX). Desde então que a FORPROEX passa a enquadrar o processo de institucionalização, financiamento e valorização da Extensão Universitária, propondo identificar traços essenciais da relação entre a universidade e a sociedade (Deus, 2020, p. 51). Em 1988, é promulgada a Nova Constituição Federal Brasileira, onde se declara o “princípio da indissociabilidade” entre Ensino, Pesquisa e Extensão (Artigo 207 da Constituição Brasileira), que coloca na “Extensão Universitária” a prática acadêmica que objetiva interligar a universidade e suas atividades de ensino e pesquisa, com as demandas da sociedade – que através da inserção de ações de promoção e garantia dos valores democráticos, de igualdade e desenvolvimento social, colocam as populações de cidadania ativa no processo de aprendizagem (FORPROEX, 2001).

Analisando algumas das deliberações do VIII Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, de 1994, a FORPROEX defende uma perspectiva de extensão voltada para a cidadania, com competência técnica e política. Nesse encontro, a Universidade é vista como sujeito social, devendo, portanto, inserir-se na sociedade “cumprindo seus objetivos de produtora e difusora de ciência, arte, tecnologia e cultura compreendidas como um campo estratégico vital para a construção da cidadania” (FORPROEX, 1994; Rostoldo, 2003, p. 14). É ainda definido que a pesquisa, tanto a básica, como a aplicada, deverá ser, sistematicamente, direcionada para o estudo dos grandes problemas, podendo fazer uso de metodologias que propiciem a participação das populações na condição de sujeitos, e não na de meros espectadores. Esse modelo de extensão, que vai além de sua compreensão tradicional de disseminação de conhecimentos (cursos, conferências, seminários), prestação de serviços (assistências, assessorias e consultorias) e difusão cultural (realização de eventos ou produtos artísticos e culturais) já apontava para uma concepção de universidade em que a relação com a população passava a ser encarada como a oxigenação necessária à vida acadêmica (FORPROEX, 2001).

A Constituição Federal Brasileira (1988) em conjunto com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei n. 9.394, de 1996, reconhecem na Extensão Universitária uma das principais atribuições universitárias, indissociável do ensino e da pesquisa (Gadotti, 2017, p. 2):

“As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Constituição, 1988, Art. 27).

Vale apenas mencionar o Plano Nacional de Extensão, elaborado e aprovado pelo FORPROEX, em 1998, que procurou elaborar diretrizes comuns para todos os institutos de ensino superior públicos: “1) a possibilidade de dar unidade nacional aos programas temáticos que já se desenvolvem em diferentes universidades brasileiras; 2) a garantia de recursos financeiros destinados à execução de políticas públicas correlatas (...); 3) o reconhecimento, pelo poder público, de que a extensão universitária não se coloca apenas como uma atividade acadêmica, mas como uma concepção de universidade cidadã; 4) a viabilidade de interferir na solução dos grandes problemas sociais existentes no país” (Plano Nacional de Extensão Universitária, 1998, apud FORPROEX, 2012, p. 16).

A importância da extensão universitária no Brasil tem sido refletida nos últimos anos em diversas leis e metas institucionais. Primeiramente, no Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010 nas metas 21 e 23, que instituem a “obrigatoriedade de 10% dos créditos curriculares exigidos para a graduação [grau de licenciatura], integralizados em ações extensionistas” (Gadotti, 2017; FORPROEX, 2012). A publicação, em 2012, do documento denominado “Política Nacional de Extensão” e o recente Plano Nacional de Educação (2014-2024), Lei n. 13.005/2014, que propõe a inserção curricular da extensão e promulga a continuidade das metas 21 e 23 do PNE 2001-2010 (Gomez et al., 2018, p. 3; Deus, 2020). Acrescenta-se que desde a Constituição Federal de 1988 que atividades de extensão universitária são incluídas na avaliação de promoção de carreira dos docentes (Conselho Nacional de Educação, 2018).¹⁹

Na sequência dos XXVII e XXVIII encontros nacionais da FORPROEX, realizados em 2009 e 2010, e relatados na publicação de 2012 “Política Nacional de Extensão” a definição de extensão universitária é formalmente caracterizada nos seguintes termos:

“A extensão universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade.” – FORPROEX, 2012

Ao longo desta dissertação, será esta concepção de extensão universitária que iremos utilizar ao analisar o estudo de caso: a extensão enquanto “troca de necessidades e de benefícios entre a universidade e a sociedade”, que tem no seu cerne o compromisso e a responsabilidade social da universidade, de

¹⁹ Está ao discernimento de cada instituto de ensino superior público incluir os projetos de extensão universitária.

promoção da comunicação cultural com comunidades não acadêmicas, num processo simbiótico de “mão dupla” (Deus, 2020, p. 51).

Conclui-se, assim, o papel determinante da extensão universitária no Brasil, na função de transformação e responsabilidade social da universidade perante a sociedade, nomeadamente ao possibilitar e potencializar uma gestão responsável dos impactos educativos, cognitivos, laborais e ambientais gerados pela universidade, num diálogo participativo com a comunidade, tendo em vista promover um desenvolvimento sustentável (Vega, 2009, p. 4).

Parte II – Pesquisa de terreno: Estudo de Caso

Capítulo 4. Metodologia

O objeto empírico da presente pesquisa tem como foco o projeto de extensão universitária, de iniciativa da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), desenvolvido no âmbito da COPPE (extensão do programa universitário do Instituto Alberto Luiz Coimbra, de Pós-graduação e Pesquisa em Engenharia). O facto de uma das principais responsáveis da ITCP – Eliane Ribeiro, coorientadora da pesquisa que suporta a presente dissertação – ser Investigadora Associada do CIES-Iscte e como tal se ter disponibilizado a apoiar o processo de pesquisa foi um fator facilitador desta escolha.

Numa fase inicial, de aproximação ao terreno, foi realizada uma análise documental de publicações de enquadramento, entre os quais se destacam o livro “Ossos do Ofício” (Guimarães, 2002), coordenado pelo professor Gonçalo Guimarães (coordenado da ITCP) e o manual de implementação CERNE (Guimarães e Pereira, 2020).

A consulta destes elementos foi fundamental para a delimitação da pergunta de partida, que procura compreender: *Qual o contributo das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, enquanto extensão universitária, para a capacitação e transformação social?* Através desta formulação, procura-se incluir aspetos já referidos anteriormente, como a responsabilidade social na universidade, os projetos de extensão universitária e ainda investigação de iniciativas de inovação e impacto social, investidas na construção de respostas a questões sociais ligadas à criação de emprego, ao exercício de cidadania e ao apoio à transformação social de populações vulneráveis.

Para concretizar a análise do estudo de caso, parte da investigação decorreu no Rio de Janeiro, com o patrocínio logístico da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A pesquisa de terreno²⁰ decorreu nos meses de março e abril de 2023, e incluiu procedimentos de observação sistemática das práticas metodológicas da ITCP, o seu impacto no público-alvo, os efeitos dos projetos na comunidade, bem como o seu acolhimento pelas populações visadas na sua atuação. No entanto, ao longo do processo de pesquisa houve uma alteração da própria contextualização gestionária e condições de funcionamento da ITCP, que levaram à implosão da iniciativa de extensão universitária e ao *modus operandi* que até então

²⁰ O conceito de pesquisa de terreno aqui indicado depreende a presença do investigador no local e o contacto direto com os indivíduos enquanto o mesmo “observa os locais, os objetos e os símbolos, observa as pessoas, as atividades, os comportamentos, as interações verbais, as maneiras de fazer, de estar e de dizer, observa as situações, os ritmos, os acontecimentos” (Costa, 1986, p. 132).

a caracterizava. Esse facto levou à reformulação da pergunta e objetivos da pesquisa, que se passaram a focar numa avaliação ex-post da ITCP.

Em termos gerais a pesquisa propõe uma avaliação ex-post do projeto de extensão universitária da ITCP, concebido com o objetivo geral de capacitação e transformação social. Os objetivos específicos procuram: 1. Identificar as dimensões de transformação social em que a ITCP está inserida; 2. A universidade como motor de transformação social no âmbito das atividades de extensão (quem, com quem e com que meios); 3. As oportunidades e desafios para a continuidade da incubadora (políticas públicas; recursos humanos e materiais; mobilização das pessoas cooperadas).

Construídos os objetivos, proposições e dimensões do enquadramento teórico, procedeu-se à construção do modelo de análise (de acordo com a figura 4.1) de modo a demonstrar as relações que se estabeleceram entre os conceitos, as dimensões e os indicadores que informam a observação empírica dos fenómenos em referência, bem como clarificar a relação entre as proposições, os objetivos e as variáveis implicadas ao campo de observação.

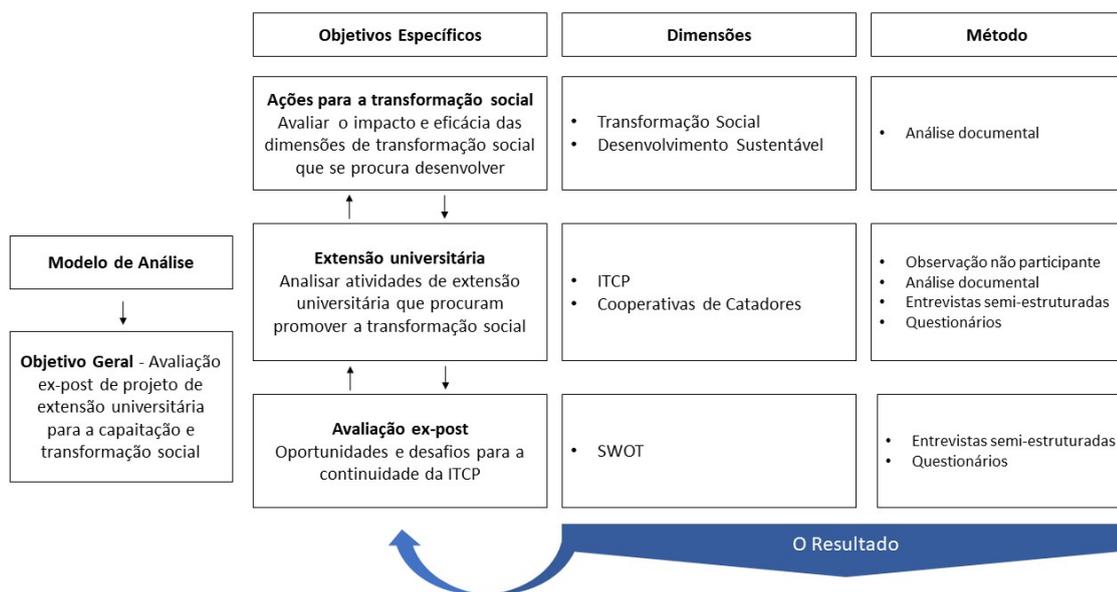


Figura 4.1 Estrutura do modelo de análise. Fonte: autor

4.1 Desenho da pesquisa

A estratégia metodológica aplicada à pesquisa foi baseada na análise de um estudo de caso seguindo uma avaliação ex-post apoiada na Teoria da Mudança (TdM) (Silva, 2020, Belcher et al., 2020, Calado et al., 2023). A análise segue uma abordagem em métodos mistos, incluindo pesquisa documental, entrevistas a stakeholders e recolha de dados através de inquérito (Bryman, 2006; Onwuegbuzie e

Collins, 2007). O desenho da pesquisa apoiado em vários tipos de ferramentas, representa não apenas a pesquisa exploratória – de uma visão externa – já existente, mas também, de uma apreciação da ITCP através da perspectiva de membros ativos (e não ativos) na extensão universitária e representantes do grupo-alvo de cooperativas de catadores. Estas visões serão ainda relacionadas, de forma sistemática, com elementos informativos de caracterização sociodemográfica desses sujeitos, representantes de partes interessadas. Daí, que para nos guiar nesta exploração, tenhamos optado por uma metodologia mista quanti-qualitativa, que confronta dados obtidos através de um inquérito e de entrevistas a atores relevantes (Morgan, 2013; Creswell, 2014).

Como já referido anteriormente, a contextualização gestonária e condições de funcionamento da ITCP levaram à avaliação ex-post ser o método mais pertinente para o estudo de caso. O objetivo da avaliação ex-post é determinar a eficácia e os impactos que os programas e projetos conseguiram alcançar na população beneficiária, num determinado espaço de tempo, independentemente dos custos implicados (Maia, 2008: 38-39). Segundo Maia, a eficácia define-se neste contexto pelo grau de alcance dos objetivos e das metas do programa ou projeto, enquanto o impacto se consegue medir através da análise, qualitativa ou quantitativa, de dois tipos de correlação causa-efeito: 1. direta, entre um programa, projeto ou ação e os seus objetivos; e 2. indireta, entre programas, projetos ou ações (Idem, p. 39).

A teoria da mudança (TdM) em avaliação ex-post oferece uma estratégia composta por um conjunto de hipóteses sobre o processo de mudança, que podem ser testadas empiricamente ao longo da análise do estudo de caso (Belcher et al., 2019). Tal como Belcher e colegas referem, a utilização de “entrevistas com informadores-chave, inquéritos ou documentos que demonstrem a utilização dos conhecimentos produzidos pela investigação” são os métodos mais comuns para a obtenção de resultados na TdM (pag. 12). Este processo exploratório, apoiado em vários tipos de fontes, permitiu o desenvolvimento de uma perspectiva crítica e reflexiva da ITCP, incluindo ainda uma incursão etnográfica dos espaços que criou, ocupou e proporcionou ao seu público-alvo, no Rio de Janeiro (Beaud e Weber, 1998; Burgess, 1984; Cordeiro, 2003; Lofland e Lofland, 1995; Magnani, 2002). De acordo com Helen Cahill (2018), a TdM pode ser definida nos seguintes termos:

“(…) é um esboço do processo de mudança esperado. Este identifica os objetivos e as metas, inclui a descrição do contexto e o ponto de partida. São nomeadas as estratégias que serão usadas para concretizar os resultados desejados. É providenciada a lógica explicativa a partir da qual se prevê que as estratégias selecionadas sejam capazes de causar a mudança. Integra a teoria ou a história explicativa, através da qual se espera que as estratégias propostas gerem a mudança. Os mecanismos de mudança podem ser lineares, circulares ou rizomáticos. Podem ser singulares ou múltiplos. Usualmente, incluem uma narrativa sobre as

maneiras como o processo pedagógico incorporado, experiencial, exploratório, performativo e co-construído contribuem para a mudança. Por vezes, denominado de 'modelo lógico', a teoria da mudança torna-se o documento que descreve as entradas, as saídas e os resultados.” (Cahill, 2018, p. 180 apud Calado et al., 2023, p. 7)

Utilizando a TdM enquanto quadro conceptual metodológico propomos avaliar aquilo que configura a extensão universitária ITCP/COPPE/UFRJ. Para tal, será necessário compreender a sua 1. “esfera de controlo”: que se constitui pelas ações diretas das iniciativas (desde a preparação das atividades, à metodologia de trabalho aplicada, design de projeto, atividades de trabalho em rede multinível, entre outros); os seus *outputs* (produção de conhecimento gerado pelas atividades); recursos e estratégias (se personalizados a cada grupo-alvo); e disseminação (como o conhecimento produzido é comunicado ao público-alvo); 2. “esfera de influência”: que se caracteriza pelos resultados (se houve algum impacto no sentido da melhoria da qualidade de vida das pessoas, na sua mobilidade social, etc.); e por fim 3. A “esfera de interesse”: onde se analisam os impactos (como mudanças ou transformações sociais, económicas, ambientais e políticas públicas causadas indiretamente) (Belcher et al., 2020: 9; 2018). Ver Figura 4.1.1:

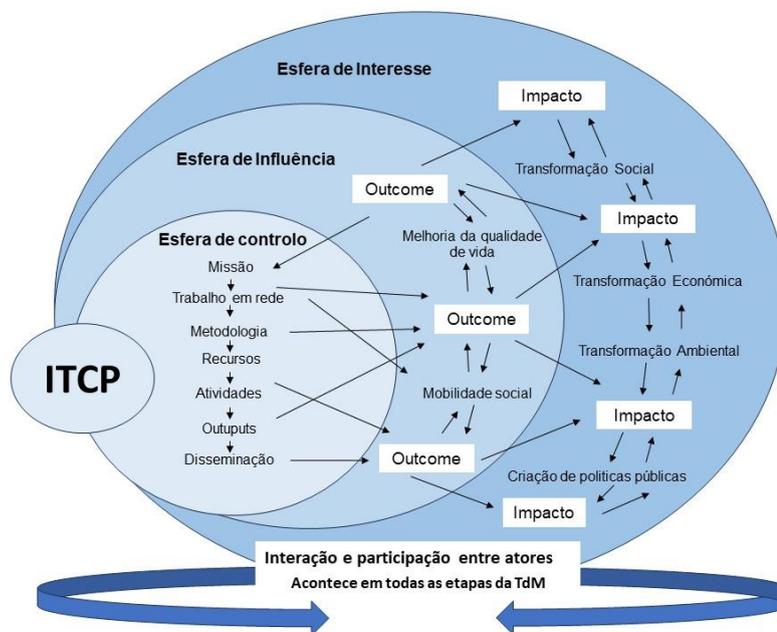


Figura 4.2 TdM enquanto modelo de avaliação da ITCP. Fonte: autor

Assim, a (re)construção da TdM como ponto de partida para a avaliação, visa providenciar um mapa da lógica processual da intervenção, baseada no quadro teórico-conceptual a partir do qual foram desenhadas e implementadas as intervenções da ITCP no terreno:

“visa explicitar e caracterizar as assunções e hipóteses que integram cada uma das minietapas, a forma como estas sequências de minietapas se articulam cumulativamente e se materializam em atividades e ações, que contribuem para a obtenção dos resultados desejados (...) O exercício de avaliação consiste, assim, no teste empírico das teorias e hipóteses que estiveram na base do desenho da intervenção e do modelo de operacionalização da mesma” (Calado et al., 2023, p. 7).

Embora existam alguns trabalhos sobre estas temáticas, subsistem questões passíveis de outros desenvolvimentos. Para o seu estudo e compreensão, foi fundamental abordar e observar quer o público-alvo das iniciativas da ITCP no seu contexto de trabalho e de vivências do dia-a-dia, quer compreender a sua história e práticas laborais e sociais, bem como os aspetos críticos que, na visão dos próprios visados, gostavam de ver melhorados na sua vida (Costa, 1986; Beaud e Weber, 2007).

Propondo utilizar a TdM como mecanismo de avaliação ex-post, o que pretendemos é compreender *até que ponto a ITCP e os projetos e programas por si construídos ao longo do tempo tiveram impacto nas comunidades e populações que se comprometeu em ajudar* e em particular, se de facto aqueles permitiram *a capacitação e transformação social dos catadores* (grupo-alvo selecionado no presente estudo).

4.2 Universo e amostra

Nesta investigação, o universo representado é constituído pelos atores que participam no diálogo teórico-prático de investigação, construção e implementação das intervenções da ITCP (na pré-incubação, incubação e pós-incubação) e o pelos atores dos grupos-alvo das cooperativas de trabalho pela incubadora capacitados e incubados (Marconi e Lakatos, 2002). Ao longo dos anos, a ITCP promoveu a formalização de uma variedade de cooperativas nas mais diversas áreas do mercado de trabalho, em conformidade com as próprias necessidades e experiências pré-existentes dos incubados. Especificamente, no apoio à organização de comunidades de catadores, de acordo com os dados recolhidos, a ITCP apoiou formalmente o processo de constituição de 26 cooperativas de catadores. Destas, seis compõem o campus empírico da presente investigação. A seleção tanto das cooperativas de catadores como em particular das seis cooperativas analisadas deu-se por conveniência, com base no critério de facilidade de interlocução.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas e inquéritos por questionário (guiões em anexo) tanto a extensionistas que colaboram com a ITCP (professores, estudantes, técnicos e mediadores/membros da comunidade externa) como a cooperados (membros de cooperativas de catadores). Foi possível comparar algumas das informações obtidas com as repostas anteriormente recolhidas pela ITCP no universo das 26 cooperativas de catadores (Marconi e Lakatos, 2002). A

generalidades das entrevistas foram presenciais (com exceção de uma, a um extensionista, realizada via zoom. Na seleção dos entrevistados, procuramos assegurar a mobilização de pessoas que pela sua posição no empreendimento oferecem uma visão representativa da diversidade de experiências, em termos de oportunidades e de desafios colocados ao trabalho da ITCP (seja na visão de extensionistas, como de cooperados) (Ruquoy, 1997, p. 103). A amostra final conta com um total de 47 inquéritos válidos e 12 entrevistas (seis a extensionistas e seis a cooperados). Mas algumas destas entrevistas implicaram sessões espalhadas por vários dias e três foram realizadas em grupos de discussão (duas a extensionistas/ colaboradores da ITCP, uma com cinco cooperados).

As seis entrevistas realizadas aos cooperados foram feitas às atuais e/ou anteriores presidentes das cooperativas (todas mulheres), e incluíram: a Cleo da Coopervida e a Gicélia da Prosperar (ambas parceiras da Rede Recicla-Verde) e a Dona Josenete da Cooper Jardim – as três pertencentes ao município do Duque de Caxias; a Ilacir da Transvida, no município da Penha; a Dona Tininha da Cootrabom, no município de Méier; e a Dona Márcia da Cootraser, no município de Seropédica (ver figura 5.1.1).

As entrevistas à Coopervida, Prosperar e Cootraser foram realizadas às atuais presidentes das cooperativas; na Cootrabom entrevistou-se uma cooperada, ex-presidente da cooperativa (com dois mandatos realizados); na entrevista à Transvida realizou-se um grupo de discussão que incluiu cinco cooperadas (presidente, vice-presidente e outras três cooperadas); e por fim a entrevista à Cooper Jardim mobilizou a ex-presidente da cooperativa, atual presidente do Fórum Comunitário de Jardim Gramacho (a Cooper Jardim está de momento inativa). Relativamente ao conjunto de seis entrevistas realizadas aos extensionistas, foram selecionados três professores universitários da UFRJ (um deles fundador da incubadora e coordenador do empreendimento no período de 1995-2019, outra vice-coordenadora no período de 2015-2019 e coordenadora de 2019 a 2023 e outro orientador de atividades de extensão com bolsistas); dois mediadores culturais (técnico do Recicla UFRJ, que também representa o grupo de PCD – Pessoas Com Deficiência contratados através da Fundação COPPE²¹ e outro técnico do IBASE, afeto a um projeto de cidadania no Jardim Gramacho); foi ainda entrevistado um professor da Universidade do Estado de Santa Catarina (diretor do departamento de extensão, cultura e comunidade da UDESC/CESFI e membro do conselho do Centro de Investigação e Pesquisa em Economia Pública e Social – CIRIEC Brasil).

²¹ <http://www.coppetec.coppe.ufrj.br/site/> (outubro, 2023)

Quanto ao inquérito, recaiu sobre o universo de membros das cooperativas de catadores (31 inquiridos) e extensionistas da ITCP (16 inquiridos, incluindo estudantes bolsheiros, professores, técnicos mediadores culturais, entre outros).

O inquérito por questionário aplicado aos cooperados permitiu a sua caracterização sociodemográfica, incluindo também informações relativas à sua capacidade enquanto empreendedores e à percepção sobre o impacto da cooperativa na sua vida. O inquérito aplicado aos extensionistas permitiu, igualmente, a caracterização sociodemográfica dos membros que colaboram com a ITCP, mas neste caso ao invés de se tentar compreender o impacto e percepção da incubação na sua qualidade de vida, o questionário procurou suscitar uma reflexão sobre as ações promovidas pela ITCP e os seus impactos nas comunidades visadas nas intervenções numa perspetiva de análise SWOT.²²

4.3 Tratamento e organização de informação recolhida

Para o tratamento e análise da informação recolhida nas entrevistas, recorreu-se ao software MAXQDA. A estrutura analítica do quadro teórico e o contexto e atores relevantes ao estudo de caso foram utilizados para construir o mapa conceptual e dimensões categoriais. Selecionaram-se como categorias principais “Transformação Social”, “Desenvolvimento Sustentável”, “ITCP” e “Cooperados”. A estrutura das categorias dividiu-se do seguinte modo:

- (1) Transformação Social:** (1.1) Recursos distributivos – (1.1.1) educação, (1.1.2) rendimento; (1.2) Recursos categoriais – (1.2.1) reconhecimento /representatividade, (1.2.1) reconhecimento de género, (1.2.3) reconhecimento étnico, (1.2.4) condição socioprofissional; (1.3) Recursos de contexto – (1.3.1) político, (1.3.2) organizacional, (1.3.3) outros
- (2) Desenvolvimento Sustentável:** (2.1) Económico; (2.2) Social); (2.3) Ambiental
- (3) ITCP:** (3.1) Esfera de controlo – (3.1.1) Missão, (3.1.2) Atividades, (3.1.3) Metodologia, (3.1.4) Rede ITCP, (3.1.5) Outputs, (3.1.6) Recursos, (3.1.7) Disseminação; (3.2) Esfera de influência – (3.2.1) Qualidade de vida, (3.2.2) Mobilidade Social; (3.3) Esfera de interesse
- (4) Cooperativas de Catadores:** (4.1) Participação; (4.2) Autonomia vs. dependência; (4.3) Educação, formação e informação; (4.4) Rede Cooperativas; (4.5) Preocupações com a comunidade
- (5) SWOT:** (5.1) Forças; (5.2) Fraquezas; (5.3) Oportunidades; (5.4) Ameaças

²² A análise SWOT é uma ferramenta de análise que ajuda a identificar os pontos fortes e fracos, bem como as oportunidades e ameaças do ambiente externo de um projeto ou empresa (Lima, 2015)

Relativamente à categoria “Transformação Social”, procurou aprofundar as recomendações da Comissão para a Medição do Desempenho Económico e do Progresso Social, de Stiglitz, Sen e Fitoussi (2009), através de um enfoque nas questões distributivas, categoriais e de contexto, específicas ao estudo de caso (p. 76). Em termos de análise, recursos distributivos (Bourdieu, 1979) representam-se através da distribuição de recursos económicos (Piketty e Saez, 2014) e recursos educativos (Martins, 2016) – fatores determinantes para compreender tanto as condições de existência do indivíduos como os níveis de desenvolvimento da sociedade (Costa et al., 2015, p. 4). Quanto aos recursos categoriais foram operacionalizados através de indicadores de classe social, pertença étnica, género e condição socioprofissional. Esta dimensão, por si, possibilita determinar a persistência ou dissipação de desigualdades, quer a “nível das relações interpessoais e da vida quotidiana, quer nas configurações sociais e nos processos de mudança” (Costa et al., 2015). A terceira categoria, relativa aos recursos de contexto, relaciona o bem-estar nos territórios com as práticas e orientações percebidas das políticas implementadas, dos apoios e oportunidades a nível institucional, entre outras condicionantes – como a mobilidade, o saneamento básico, o acesso à saúde (Mauritti et al., 2022, p. 18).

Quanto à categoria “Desenvolvimento Sustentável”, procura compreender a relação e influência dos três pilares que configuram a sustentabilidade do desenvolvimento – o económico, o social e o ambiental – no estudo de caso (Cruickshank et al., 2012; Handl, 2012). A categoria e subcategorias da “ITCP” foram construídas tendo por base o quadro de análise da Teoria da Mudança (ver figura 4.1.1), o objetivo é interpretar o impacto e eficácia do projeto de extensão ao nível das três esferas conceptualizadas na TdM – esfera de controlo, esfera de influência e a esfera de interesse. A categoria e subcategorias de “Cooperativas de catadores” assentaram numa adaptação das “Regras de Ouro” do cooperativismo da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), com o objetivo de compreender se, de facto, as cooperativas, por um lado, se mantêm fiéis aos princípios que defendem cumprir (e de que forma o fazem), bem como, por outro lado, aprofundar aquilo que é a experiência e impacto da ITCP na vida destas pessoas.

4.4 Limitações do estudo

Durante o processo de pesquisa e de recolha de informação foi necessário enfrentar alguns desafios. Primeiramente, a análise decorreu durante um período de transição da ITCP. O coordenador inicial da extensão, que pertencia ao departamento da COPPE reformou-se e na sua passagem de mandato, para um coordenador do departamento da Faculdade de Ciências Contábeis da UFRJ, iniciou-se um conflito de interesses entre departamentos de universidade, que levou a um afastamento tanto dos atores que pertenceram ao processo de trabalho da extensão desde 1995 como à reconfiguração dos objetivos e

princípios de atuação que a definiam. A ITCP implodiu. De modo que durante o ensaio, quando nos referimos à ITCP, referimos ao seu trabalho pré-2023.

Um outro desafio, de caráter mais relacional e de reconhecimento mútuo – e algo que nunca foi mencionado verbalmente – relaciona-se com os meus traços de mulher (o que até foi uma vantagem), etnicamente reconhecida como “branca”, falante de português de Portugal e (nos termos por referidos pelas pessoas no terreno) “professora”. Todos os catadores que participaram na pesquisa eram negros ou mulatos, sobretudo mulheres, e nenhum tinha mais do que o ensino médio. Essas diferenças distributivas e categoriais, terão, de alguma forma, influenciado a percepção dos catadores em relação à minha identidade (contrastante em várias dimensões), embora não impedindo de desenvolver entrevistas interessantes, resultaram numa certa desconfiança inicial e também menor abertura durante as conversas (mesmo que aos poucos isso se fosse dissipando).

O tempo e a segurança foram também restrições por vezes complicadas de superar. Por um lado, a escolha e número, de cooperativas entrevistadas estava dependente da disponibilidade dos catadores, o que nem sempre foi algo fácil. Por outro lado, por vezes, mesmo tendo disponibilidade, no próprio dia, se houvesse algum conflito (policial ou entre gangues) no local da entrevista, não era possível realizar a entrevista, situação que amiúde também ocorreu.

Observatório das Favelas (Rodrigues et al., 2022) entre 2015 e 2020 foram registados 43 assassinatos de atores políticos na Baixada Fluminense (ver figura A em anexo). O relatório “Violência Política na Baixada Fluminense e na Baía da Ilha Grande” (2022) realizado pelo observatório, relata como a violência na região é utilizada enquanto instrumento de relações de poder e construção de carreiras políticas (pág. 97). O assassinio constitui uma ferramenta de capital político, utilizada tanto pelo poder público como por outros grupos armados. Serve ainda como forma de controlo da população em geral, que frequentemente é apanhada no fogo cruzado dos conflitos (p. 6). Durante o processo de pesquisa de terreno, houve dois momentos em que se teve de interromper entrevistas por questões de segurança (nas duas favelas já previamente indicadas).

Outro aspeto característico da região é a escassez de transportes públicos. Pode-se observar que existe uma grande disparidade relativamente a outras regiões, como Copacabana ou Botafogo. Durante os dois meses de pesquisa, no trajeto de Botafogo até à Ilha do Fundão, o autocarro estava tão cheio que já não era possível entrar, implicando um consumo diário de tempo extra em mobilidade para as pessoas residentes na Zona Norte da cidade. O Município de Duque de Caxias e Seropédica são ainda mais limitados, não existe metro e há certas zonas onde há poucos ou nenhuns autocarros. A falta de acesso a transportes públicos limita a mobilidade das pessoas da região, o que afeta outros aspetos do quotidiano como o acesso à educação, saúde ou outros serviços básicos.

Analisando o Município do Duque de Caxias, local onde foram realizadas três entrevistas em diferentes espaços do Jardim Gramacho, os dados identificam o município como o 3º de maior densidade populacional do Rio de Janeiro. Em termos de rendimento, a região encontra-se nos 100 municípios mais pobres do Brasil, com 30,5% dos moradores a viverem em condições de pobreza (Neri, 2021, p. 11). Ainda de acordo com o IBGE (2023) 37,8% da população vive com rendimentos mensais de até meio salário mínimo (o salário mínimo no Brasil é 1320 R\$).²⁴

5.2 Catadores e cooperativas de catadores de materiais recicláveis

No Brasil, a atividade de catação de materiais recicláveis envolve cerca de 281.000 pessoas, segundo dados do IBGE (PNAD, 2019). Esse número tem vindo a aumentar ao longo da última década, em função do crescimento das populações urbanas e das crises económica e ambiental. Mas apesar do aumento absoluto de catadores, eles representam uma parcela residual do emprego total no Brasil, entre 0,1% e 0,4 % (Bouvier e Dias., 2021). A maioria dos catadores atua em áreas urbanas (94%) De acordo com os dados oficiais, existem mais catadores homens (70%) do que mulheres (30%) (ibid). Estes números têm

²⁴ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/duque-de-caxias/panorama> (setembro, 2023)

vindo, contudo, a ser contestados por parte das organizações representativas do setor, visto que os dados recolhidos pelo PNAD (Centro de Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) estão baseados numa amostra de pessoas que residem em domicílios clássicos, enquanto muitos catadores têm domicílio precário junto aos lixões ou de forma dispersa nas ruas.

“Não fazem parte da população alvo da pesquisa pessoas residentes em domicílios particulares improvisados, localizados em edifícios que não possuam dependências exclusivamente destinadas a habitação ou em locais impróprios para habitação” (IBGE, 2021, p. 3).

Em reforço das críticas apontadas pelos catadores, os registos da Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis (ANCAT), apontam 651 organizações coletivas, de catadores no Brasil (associações e cooperativas). Os dados da ANCAT (relativos às estruturas organizadas) assinalam ainda uma sobrerrepresentação feminina (54%) entre o total de pessoas a trabalhar no setor da reciclagem (eCycle, 2021).²⁵ Mas, admitindo que as duas fontes de dados apontam para realidades que só parcialmente se sobrepõe, sendo este um setor atravessado de forma estrutural pelo trabalho informal, é possível que no segmento informal (não organizado em coletivos) exista, de facto, uma maioria masculina. Contudo, a situação é diversa nos espaços organizados de coleta de resíduos sólidos, onde a presença de mulheres prevalece. Esta possibilidade é coerente com o a observação de terreno, onde registamos uma clara prevalência de mulheres, quer entre os membros das cooperativas, quer nos próprios corpos dirigentes. Neste contexto, o trabalho é considerado formal quando um catador pertence a uma cooperativa legalmente reconhecida pelo Estado, registada como disposto no Art. 107 da Lei 5.764/71, que pode participar em editais e concursos públicos (Letícia, 2017).

Em consonância com as recomendações do Relatório da Comissão de Stiglitz, Sen, Fitoussi (2009), o Brasil tem levado a cabo medidas que visam reconhecer e formalizar os catadores em cadeias de reciclagem e nas estatísticas oficiais do país (Roubaud et al., 2020, p. 4; Dias, 2010):

“Nos últimos 15 anos, o Brasil tem registado uma tendência para a substituição de políticas repressivas de recolha de resíduos sólidos por uma adoção de políticas inclusivas, centradas no apoio jurídico, em medidas redistributivas e no reconhecimento social das organizações informais de recicladores” (Dias, 2010, p. 1).

Segundo Dias (2010), atualmente existe já alguma produção legislativa que procura, pelo menos, reconhecer o trabalho realizado por estes trabalhadores, frequentemente situados na fronteira entre o setor formal e informal de trabalho. A nível municipal, as leis para o reconhecimento formal do trabalho

²⁵ <https://www.ecycle.com.br/anuario-da-reciclagem-2021-retrata-a-realidade-dos-catadores-de-materiais-reciclaveis-e-de-suas-organizacoes-no-brasil/> (setembro, 2023)

dos catadores começaram a ser promulgadas no início dos anos 90, quando se iniciaram as primeiras parcerias com cooperativas, no âmbito de programas municipais de reciclagem: p. ex.: na região de Belo Horizonte, a Lei 8052/00 (ano 2000) ;²⁶ em Porto Alegre a Lei Complementar nº234.²⁷ Desde o início do milênio que também a nível Estatal tem vindo a ser publicada legislação específica para o setor: como a Lei nº 3.517/04 do Distrito de Brasília, que reconhece “os catadores organizados como beneficiários do material gerado nos imóveis do Estado”.²⁸ A nível Federal, o reconhecimento oficial da atividade profissional dos catadores e dos seus direitos adquire uma nova visibilidade quando, em 2002, na sequência da publicação da Portaria nº 397 do MTE, a profissão “Catador de material reciclável” foi formalmente nomeada, codificada e descrita na CBO, Classificação Brasileira de Ocupações :

“catadores” – categoria 5192-05 – “Os trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável são responsáveis por coletar material reciclável e reaproveitável (papel, papelão, vidro, materiais ferrosos e não ferrosos e outros), vender material coletado, selecionar material coletado, preparar o material para expedição, realizar manutenção do ambiente e equipamentos de trabalho, divulgar o trabalho de reciclagem, administrar o trabalho e trabalhar com segurança” (MTE, 2002).²⁹

Na CBO a profissão é subdividida em três segmentos: Catador de material reciclável (código CBO: 5192-05), Selecionador de material reciclável (Código CBO: 5192-10) e Operador de prensa de material reciclável (Código CBO: 5192-15) (MTE, 2002).³⁰

O descritivo inclui ainda referências às condições de Trabalho, formação requerida e recursos de trabalho:

Condições de trabalho: Trabalho, de forma autônoma ou em cooperativas, realizado a céu aberto e em horários variados. Realizam a venda de materiais às empresas ou cooperativas de reciclagem. O trabalhador é exposto a variações climáticas, a riscos de acidentes diversos (manuseio, transporte e outros) e, muitas vezes, à violência urbana; Formação e experiência: Acesso livre, sem exigência de escolaridade ou formação profissional; Recursos de trabalho: Alicates, carrinho, carroça, colete, corda, faca, facão, lona, luva, machado, marreta e martelo (Idem)

²⁶ <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/2000/806/8052/lei-ordinaria-n-8052-2000-altera-a-estrutura-organizacional-da-slu-e-da-outras-providencias> (setembro, 2023)

²⁷ <https://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?s1=000022314.DOCN.&l=20&u=%2Fnethtml%2Fsirel%2Fsimples.html&p=1&r=1&f=G&d=atos&SECT1=TEXT> (setembro, 2023)

²⁸ <https://duckduckgo.com/?q=Lei+Federal+n%C2%BA+3.517%2F04+do+Distrito+de+Bras%C3%ADlia&atb=v277-1&ia=web> (setembro, 2023)

²⁹ <https://www.ocupacoes.com.br/cbo-mte/519205-catador-de-material-reciclavel> (setembro, 2023)

³⁰ <http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf> (outubro, 2023)

Outro passo importante no reconhecimento dos direitos destes trabalhadores é estabelecido, em 2007, com a publicação da Lei nº 11.445/07, que formula as diretrizes nacionais para o saneamento básico – no Art.57, definindo que as “associações e cooperativas de catadores podem ser contratadas pelos municípios” para a coleta de materiais reciclados.³¹ Entretanto, o enquadramento legal da organização coletiva da atividade e o seu reconhecimento enquanto atores significativos na gestão de resíduos de catação será definido três anos mais tarde, em 2010, com a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 – “Política Nacional de Resíduos Sólidos”. Nesta Lei, o Art.º 8.º, clausula IV, promove, explicitamente, “o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis”; enquanto o Art.º 18.º, relativo ao plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, afirma a obrigatoriedade de “implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda”; e Art. 36 “ Para o cumprimento do disposto nos incisos I a IV do caput, o titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos priorizará a organização e o funcionamento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, bem como sua contratação.”³²

A Política Nacional de Resíduos Sólidos é ainda complementada pelo Art.º 30.º, clausula V, da Constituição brasileira, que estipula que os municípios são responsáveis pela gestão dos serviços de resíduos sólidos e o papel do Estado nacional é o estabelecimento de diretrizes territoriais e ambientais.

5.2.1 Enquadramento legal das cooperativas de catadores

De acordo com Política Nacional de Cooperativismo Brasileira (publicada em 1971),³³ existem direitos e deveres que as cooperativas de catadores devem obedecer para permanecerem legais. O Art.º 6.º indica que uma cooperativa deverá ser “constituída pelo número mínimo de 20 (vinte) pessoas físicas”. O Art.º 47.º refere que “a sociedade será administrada por uma Diretoria ou Conselho de Administração, composto exclusivamente de associados eleitos pela Assembleia Geral, com mandato nunca superior a 4 (quatro) anos”.

São ainda exigidos documentos legais para a sua constituição (Capítulo IV): 1. Ata de constituição da cooperativa, em três vias, 2. cópia autenticada da carteira de identidade, e do cadastro de pessoa física do conselho de administração, 3. ficha de cadastro nacional da cooperativa e do conselho de administração (adquirido na junta comercial), 4. cartão protocolo (adquirido na junta comercial); 5.

³¹ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2007/Lei/L11445.htm (outubro, 2023)

³² https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm (outubro, 2023)

³³ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm (outubro, 2023)

documento de arrecadação da Receita Federal- DARF, no valor de R\$ 21,00 com o código da Receita Federal nº6621 e guia da arrecadação do Estado. Além do registo da junta comercial, deve-se realizar um registo na Receita Federal, para a criação de um CNPJ, e também o registo na OCB/OCEPAR que para cumprir o disposto no Art. 107 da Lei 5.764/71 (Letícia, 2017, p. 7).

Para que a sociedade cooperativa se mantenha legal, a cada 4 anos, quando se procede à troca de mandato, todos os documentos devem ser de novo registados.

5.3 O papel da ITCP

A incubação em economia solidária no Brasil diz respeito, sobretudo, a empreendimentos económicos solidários, mais especificamente, as incubadoras tecnológicas de cooperativas populares (ITCP) (Cunha e Santos, 2011).

Na década de 1990, como forma de enfrentar a crise do trabalho no Brasil, as ITCP, surgem como alternativa de trabalho e rendimento para populações que até então tinham uma participação circunscrita à esfera do mercado informal. Estas ao terem a sua atividade legalizada, passam a ter mais oportunidades e condições de acesso a políticas públicas de fomento (*ibidem*).

[Os objetivos das incubadoras são a] “organização da população mais pobre em cooperativas de produção ou de trabalho, às quais dão pleno apoio administrativo, jurídico-legal e ideológico na formação política, entre outros” (Singer e de Souza, p. 25).

De acordo com Barreto (1998), Paulo Freire, ao desenvolver a primeira metodologia de extensão voltada para construção (incubação) de empreendimentos formados por trabalhadores oriundos de setores considerados socialmente vulneráveis e desfavorecidos dentro da estrutura social dominante, tornou como objetivo principal da ITCP implementar ações que promovessem, ao mesmo tempo, o crescimento de uma cooperativa como empreendimento económico e de emancipação política e social dos seus associados.

Um dos traços que diferenciam a incubação no âmbito da economia solidária face à incubação empresarial é o seu público-alvo: as populações em situação de fragilidade e marginalização. As ITCP oferecem soluções coletivas para enfrentar a crise do trabalho – baseadas em novas formas de regulação das relações económico-sociais –, apostando na capacidade de serem sustentáveis, inclusive junto dos segmentos mais vulneráveis entre os mais pobres (Cunha e Santos, 2011). A premissa que orienta a atuação da ITCP é a valorização de soluções endógenas locais, questionando, em parte, as formas de desenvolvimento baseadas, exclusivamente, na atração de investimentos externos. Esta metodologia de desenvolvimento articula-se com as chamadas economias locais, com base na adoção do conceito de

“rede de economia solidária”, como estratégia complexa e inovadora de cooperação para promoção do desenvolvimento local (Guimarães e Pereira, 2018).

Criada em 1995, a ITCP da Universidade Federal do Rio de Janeiro, participa no movimento de incubação e alimenta o debate em curso há alguns anos no Brasil, sobre “a crescente necessidade de engajamento da universidade na construção da cidadania e, especialmente de inclusão social” (Pires, 2002, citado por Bergonsi Stoltz, 2014, p. 352). No II Encontro sobre Cooperativismo, promovido e realizado pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, Pires (2002), citado por Bergonsi Stoltz (2014), aponta para a necessidade de “os programas de extensão universitária passarem a ser compreendidos enquanto a expressão de capacidade da universidade em atender às demandas socioeconômicas que são permanentemente reformuladas na sociedade contemporânea.” (p.352)

A ITCP/COPPE/UFRJ, foi pioneira na incubação de cooperativas populares no Brasil. Um dos marcos da sua atuação é o enfoque na capacitação de populações/comunidades em situação de vulnerabilidade social e económica, fazendo uso dos recursos de conhecimentos e de tecnologias disponíveis na universidade. A ideia principal foi permitir que empreendimentos solidários autogestionários beneficiassem do apoio de um centro de alta tecnologia, na formação das pessoas e no desenvolvimento (incubação) de iniciativas de empreendedorismo (Oliveira et al., 2002). A metodologia aplicada na construção da ITCP/COPPE/UFRJ, foi desenvolvida tendo por base a obra de Paulo Freire (Freire, 1969, 1983), e em particular a perspectiva de que o conhecimento se desenvolve de forma coletiva, a partir da conscientização do educando e da realização do seu espírito crítico.

Como complemento às atividades promovidas pela ITCP/COPPE/UFRJ, na Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC-UFRJ), foi criado o Programa de Gestão e Inovação (PGI), que, desde 2012, desenvolve uma parceria com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. Este programa tem como objetivo principal apoiar as ações de incubação na área de gestão, contribuindo para a conquista da sustentabilidade dos empreendimentos económicos solidários enquadrados pela incubadora, bem como promover o desenvolvimento inclusivo dos seus membros. Nos últimos cerca de 10 anos, desde a criação do PGI, foram implementados projetos e ações nas áreas de economia solidária, inovação e empreendedorismo, tais como o “Projeto de Inovação dos Processos de Gestão de Empreendimentos Populares” – CNPq/MTe-SENAES N° 27/2017 e o “Projeto de Inovação Social nos Processos de Gestão de Incubadoras e Empreendimentos Populares” – MCTI/Secis/MTE/Senaes/CNPq n. 089/2013. O trabalho desenvolvido possibilitou à ITCP receber o prémio de Tecnologia Social da Fundação Banco do Brasil, em 2015 (Pereira, 2021, julho) e, tão ao mais importante, possibilitou o reforço da equipa técnica afeta à incubadora (mesmo que num enquadramento contratual de vínculos precários).

Parte III – Análise e discussão dos resultados

Capítulo 6. Síntese de Resultados

Ao longo deste capítulo procede-se a uma síntese dos resultados obtidos através dos inquéritos por questionário e das entrevistas, por categorias e subcategorias associadas. A análise apoiada nos testemunhos dos entrevistados, está estruturada em cinco temas, a saber: Transformação Social, Desenvolvimento Sustentável, ITCP e Cooperativas de Catadores.

De acordo com a informação obtida através dos inquéritos, podemos identificar que o grupo de 31 cooperados inquiridos é heterogéneo, sendo constituído maioritariamente por mulheres (a amostra inclui 18 mulheres e 13 homens), acolhendo pessoas com idades entre os 17 e os 61 anos, (a média de idades ronda os 41 anos). Relativamente ao estado civil, mais de dois terços são solteiros (68%), menos de um quarto são casados (23%) e os restantes são divorciados ou viúvos (cerca de 10%). Dito isto, 75% dos inquiridos têm filhos (dos quais oito têm dois filhos, e o cooperado com o maior número de filhos tem 10 filhos). No segmento que tem filhos, metade os filhos estes estão em idade escolar (11 pessoas), e a outra metade têm filhos já inseridos no mercado laboral (10 pessoas os filhos estão a trabalhar, uma pessoa o filho está desempregado). No que se refere à habitação, está concentrada em favelas e tem uma construção informal. Neste contexto, 77% residem em casa própria, 16% arrendada e dois inquiridos não têm uma habitação permanente, encontrando-se numa situação de ainda maior vulnerabilidade habitacional. Mais de dois terços dos inquiridos partilham a casa com a família (68%) e cerca de um quarto moram sozinhos (26%). Em relação ao perfil educacional, perto de metade dos inquiridos concluiu o ensino médio (15 pessoas), sete pessoas têm o ensino fundamental, outras sete sabem ler e escrever, mas não têm qualquer grau formal e duas pessoas admitem não saber ler nem escrever. Em termos socioprofissional, 27 dos 31 inquiridos (87%) têm como única fonte de rendimentos a atividade que exercem enquanto catadores; enquanto os quatro restantes acumulam mais do que um trabalho. São mais de metade (16 inquiridos) os catadores que indicam ter outros familiares a dedicados à mesma atividade. Os rendimentos médios mensais obtidos na atividade estão posicionados entre os 300 R\$/mês (o mais baixo) e os 2000 R\$/mês (mais elevados). Contudo, os rendimentos mensais totais, dependendo da composição familiar, idade dos filhos e da existência de outras pessoas na família com rendimentos próprios (os rendimentos pessoais/familiares podem incluir apoios sociais como a Bolsa Família³⁴ – que beneficiam 13 dos inquiridos, cerca de 600R\$/mês – ou rendimentos de trabalho de um familiar). O catador com o rendimento mensal total mais elevado tem disponíveis 2900 R\$/ mês e o mais

³⁴ <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia> (outubro, 2023)

baixo 900 R\$/mês. Através dos dados recolhidos, apurámos que o rendimento médio mensal resultante da coleta de material reciclado é de 1127R\$; enquanto o rendimento mensal total (incluindo todas as fontes) rondas os 1321R\$ (o que está em linha com o ordenado mínimo no Brasil).

Quanto aos extensionistas da ITCP que responderam ao inquérito, são um grupo eclético de pessoas, composto por nove homens e sete mulheres, com idades entre os 22 e os 66 anos, sendo a média de idade 42 anos. O grau de escolaridade destes inquiridos estende-se entre o ensino médio e o doutoramento – três pessoas concluíram o ensino médio, duas detêm um curso técnico profissional não superior; seis concluíram a licenciatura (entre as quais duas completaram uma pós-graduação), duas pessoas têm o grau de mestre e três pessoas o doutoramento. As áreas de especialização académica vão desde gestão como “coordenação e gestão de projetos” e “gestão em ergonomia”, a saúde como “gestão da atenção primária à saúde”, “Informação e comunicação em saúde”, “Biossegurança e gestão de qualidade”, até à área de engenharia com “engenharia urbana” e “engenharia mecânica”. Exercem sobretudo atividade profissional em assalariamento ou são bolseiros (cinco pessoas) enquanto profissionais técnicos e de enquadramento ou dirigentes em entidades públicas como a própria Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância, do Estado do Rio de Janeiro (Fundação CECIERJ), a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais Económicas (IBASE), o Ministério da Saúde e a Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde (ADAPS). Um inquirido trabalha na Organização Não Governamental “Revolusolar” e um outro como lojista, na loja de cosmética “Natura”. Em termos médios exercem a atividade para a mesma entidade há cerca de 6 anos (embora a variação associada seja significativa: entre 26 anos e apenas dois meses).

Relativamente à sua relação com a ITCP, os inquéritos foram realizados a pessoas que têm ou já tiveram algum vínculo com a incubadora, embora o vínculo formal que enquadra a sua mobilização nas atividades de extensão seja bastante variável: três inquiridos participam (ou participaram) através de um contrato de projeto, sem vínculo formal à COPPE/ UFRJ, quatro são Pessoa com deficiência (PCD), contratados através da Fundação Coppetec,, um inquirido é parceiro externo através de projetos em rede, um inquirido identificou-se como consultor Ad hoc, cinco são (ou foram) bolseiros, um inquirido participou num projeto com vínculo formal à COPPE/UFRJ, um inquirido é trabalhador público com vínculo formal à UFRJ. Como referido anteriormente, entre os assistencialistas que responderam ao inquérito, incluem-se situações de colaboração com a ITCP em períodos de tempo diferentes: há inquiridos que ainda trabalham, dois deixaram de trabalhar em 2023, há inquiridos que participaram em projetos entre 2010 a 2020, e 2011 a 2015, e outros que participaram apenas em períodos de dois anos

(de 2012 a 2014 ou 2013 a 2015) ou até em projetos anuais (2011-2012 ou 2022-2023). No total, cerca de 63% declarou que na época o trabalho com a ITCP não era a sua ocupação principal, enquanto outros 25% assumiu o trabalho na incubadora como profissão principal. Para além destes, um inquirido afirmou que o trabalho com a ITCP fazia parte da formação na graduação (ensino, pesquisa e extensão), e um inquirido mencionou que tanto o seu trabalho com a ITCP como o seu cargo profissional são (eram) a sua profissão principal.

6.1 O fim dos lixões e início dos aterros sanitários

Desde 1976 que o Jardim Gramacho, numa área de 1,3 milhões de m², às margens da Baía de Guanabara, albergava o Aterro³⁵— considerado o maior lixão da América Latina, que nada mais era uma grande montanha de lixo acumulada, sobre uma base instável e contaminada. O lixão representava o destino final dos resíduos dos municípios do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Belford Roxo, Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti, acolhendo, diariamente, aproximadamente 9,5 mil toneladas de resíduos, transportados por cerca de 600 camiões que circulavam pelo local (Bastos e Magalhães, 2016; Magalhães, 2016).

Administrado pela COMLURB, o lixão manteve-se nessa modalidade até à década de 1990, quando por questões ambientais, especialmente pela poluição da Baía de Guanabara e a destruição dos manguezais que a rodeavam, se começou a questionar o impacto ambiental do espaço (Magalhães, 2016, p. 19). De acordo com Magalhães (2016), 60% dos moradores da região sobreviviam das atividades ligadas à comercialização dos recicláveis descartados no lixão. Apesar das condições precárias dos lixões, a sua extinção levou a que milhares de pessoas perdessem o seu meio de vida e fonte de rendimento familiar (p. 87).

A diferença de um lixão (que nada mais é que uma pilha de lixo não vigiada) e um aterro sanitário, é que este último é uma área controlada onde se pretende reduzir a emissão de gases de estufa. É um espaço onde se colocam coberturas de argila e erva e se procede à captação de biogás. No aterro, por cada camada de lixo colocada, é instaladas uma nova camada de terra e saibro, o que permite que o lixo não fique exposto e não atraia animais (Bastos, 2017, 381; Rumo Sustentável, 2010).

Mesmo com a posterior formação de cooperativas de catadores, o fechamento do lixão colocou milhares de pessoas, que já então viviam em condições de vulnerabilidade social e económica, em situação de pobreza extrema que até hoje se mantêm (ver figura B em anexo).

³⁵ Apesar do nome aterro, a área de captação do lixo não era vigiada, a modos que sempre foi considerado um lixão e não um aterro sanitário.

6.2 Impacto ambiental

De acordo com o Atlas Brasileiro da Reciclagem³⁶, produzido pela ANCAT, no ano 2020/2021 foram catados 647.298 toneladas de material reciclado pelas cooperativas registradas na associação. O Atlas refere que no mesmo ano, 3.306.660 megatoneladas CO₂e/ano foram mitigadas de produzir Gases de Efeito Estufa (GEE) pela contribuição específica dos/as catadores/as de materiais recicláveis. No total das emissões de GEE evitadas pela reciclagem no Brasil, os catadores são responsáveis por cerca de 30%.

Na cidade do Rio de Janeiro, o Atlas registra que no ano 2020/2021 foram recicladas: 8.714,25 toneladas de plástico, 2.208,61 toneladas de metal, 11.725,06 toneladas de papel e 3.507,66 toneladas de vidro.

6.3 Transformação Social

6.3.1: Recursos de Contexto: o que mais preocupa os entrevistados

Durante as entrevistas, a categoria “recursos de contexto” revelou-se a mais abordada por todos os entrevistados.

Contexto político

O contexto político foi um dos temas mais assinalados pelos entrevistados. Relativamente ao papel do Estado e do município, considerando o contexto do Rio de Janeiro, verifica-se que a Lei nº 12.305 – “Política Nacional de Resíduos Sólidos” e o Art. 30, clausula V, da Constituição brasileira,³⁷ que atribui aos municípios a competência para organizar e prestar os serviços públicos de interesse local, não são cumpridos pela maioria das prefeituras.

“Então, as prefeituras, elas precisam implantar a coleta seletiva. Elas podem contratar uma empresa privada pra logística – caminhão, pessoal, pra pegar o lixo na porta, que nós tamos falando né? Eles contratam empresa para fazer isso. Essa é a parte logística, só que na implantação da coleta seletiva, a lei obriga que as prefeituras contratem as cooperativas de reciclagem. Então isso é a lei. Então a prefeitura é obrigada a pegar o lixo domiciliar, o lixo do metrô, o lixo residencial... Pra isso ela precisa fazer a parceria com as cooperativas de reciclagem e criar galpões de triagem.” – Sidney, extensionista, mediador comunitário, 20.03.2023

Apesar da responsabilidade legal de implementação da coleta seletiva e de contratação de cooperativas de catadores para essa coleta, muitos municípios não cumprem essa obrigação. No Rio de Janeiro a COMLURB, a empresa municipal de limpeza urbana da cidade, e que é responsável pelo despejo do lixo

³⁶ <https://atlasbrasileirodareciclagem.ancat.org.br/reciclagem-em-numeros> (outubro, 2023)

³⁷ Estipula que os municípios são responsáveis pela gestão dos serviços de resíduos sólidos e o papel do Estado nacional é o estabelecimento de diretrizes territoriais e ambientais

nos aterros sanitários, deveria colaborar com as cooperativas de catadores para que fosse realizada uma triagem do lixo e o material reciclado fosse separado. No entanto, a triagem de material tornou-se num negócio, que além de privar os catadores da coleta de resíduos sólidos, não faz separação adequada do material.

“É, porque eles compram pra aterrar, né? Cobra pra aterrar. Então, quanto mais pra eles é melhor. Quanto mais tonelada pra eles é melhor, por isso que eles não deixam ninguém garimpar lá (...) quando você cata, automaticamente o volume do lixo baixa e o peso também. Por isso que eles querem que você subterre tudo.”

– Dona Márcia, cooperada, cooperativa Cootraser, 18.04.2023

Além da falta de transparência por parte da COMLURB sobre o cumprimento da lei relativa à coleta de resíduos sólidos, algumas empresas participam clandestinamente em circuitos informais de compra e venda de material reciclado.

O espaço do lixão, já não existe mais lixão, existe lixões pequenos clandestinos lá dentro. Que é terrível, não é de cooperativas, mas alguns cooperados e moradores trabalham nesses lixões clandestinos. O que é terrível, entendeu? Porque o lixão clandestino faz parte desse processo ilegal, de se destinar o resíduo – ilegalmente – pra onde deveria ele ir, que era prás cooperativas da Gisélia. E como o catador precisa de material, pra ele não importa o de onde o material vem... ele trabalha com qualquer condição. E não tem fiscalização, então as empresas privadas fazem o que querem. - Sidney, extensionista, mediador comunitário, 20.03.2023

A maior parte destas empresas pertence a membros da prefeitura, que querem manter o processo da reciclagem no âmbito do mercado informal. Muitas vezes, são os vereadores que perpetuam o incumprimento das leis para benefício próprio.

“Lembra que eu te falei que depende da Prefeitura? Que é que o Prefeito fez? Ele terceirizou esses galpões, ele tirou praticamente o poder das cooperativas ou anulou. ele só manda pra lá o que quer... dá uma justificativa qualquer, não há fiscalização do Estado dessa lei, esse é um problema. Os prefeitos fazem o que quer, justificam como quer... pra beneficiar as empresas privadas, que normalmente é de um Vereador da Câmara. - Sidney, extensionista, mediador comunitário, 20.03.2023

Como consequência, o município perpetua a precarização da situação já desafiadora das cooperativas de catadores. Para poder trabalhar e coletar material reciclado, os presidentes de cooperativas aceitam condições de trabalho miseráveis, apenas para poder manter a cooperativa a funcionar. dessem a proteção do Estado, as cooperativas têm de pagar o espaço de trabalho, as contas de gás, luz, água, etc... e ainda pagar para receber/coletar material para reciclar.

“Como é que eles pagam isso e ainda se mantêm?! Por isso é que eles acabam vendendo a alma ao Diabo, entendeu? Aí eles fazem negócio com essas empresas, que estão ali ao redor... fazem uma venda antecipada do material. Então é assim: “olha, você me dá aí 3 mil R\$ eu fico te devendo esse material, eu vou comprar e vou te dar”. Entendeu? Aí eles pagam as contas deles. Conforme eles vão catando, eles vão entregando direto pro cara a um preço baixíssimo. E aí esse cara explora essas pessoas (...) E não adianta dizer pra eles que esse não é um bom negócio, eles não têm alternativa.” - Eliane, extensionista, professora universitária UFRJ, 23.03.2023

Todo este quadro foi ainda agravado durante o período do governo do Bolsonaro, em que foram conduzidas políticas nacionais que desmobilizaram os apoios aos grupos vulneráveis. As cooperativas de catadores foram, precisamente, um dos públicos-alvo mais afetados com os cortes, traduzidos por exemplo, no decréscimo do número de editais para a participação de cooperativas.

Na verdade, atualmente eu posso dizer que foi um processo de desmobilização do governo Bolsonaro. Porque como ele veio fazendo um processo de retirada de direitos e de debate com a comunidade (...) no Governo anterior, não é que a gente vivia o melhor dos mundos... mas a gente pelo menos era ouvido, a categoria dos catadores – a gente viajou durante todo o governo Lula pra ter um almoço com o presidente uma vez por ano, daí que a gente criou a lei 12305, que é a lei nacional de resíduos sólidos. Então a gente tinha um diálogo mais próximo com o governo. E com o governo do Bolsonaro esse processo foi cessado, né?” - Dona Josenete, cooperada, cooperativa Cooper Jardim, 19.04.23

Contexto organizacional

A universidade é, no contexto organizacional, uma das instituições que apoia diretamente as cooperativas de catadores. Esse apoio manifesta-se, por exemplo, na ITCP, que além de capacitar os cooperados, contribui para a formação dos estudantes. Através dos projetos de extensão, aqueles têm um contacto direto com comunidades vulneráveis e participam num processo mútuo de transformação social. A ITCP tem, sobretudo, a função de desconstruir, por um lado, o lugar da universidade para além das suas “paredes institucionais” e, por outro, de oferecer ferramentas e conhecimento a pessoas que às vezes não sequer o ensino médio (secundário) ou mesmo o fundamental (básico). Dito isto, há internamente posições conflituosas sobre para a importância desse tipo de trabalho. Apesar dos projetos de extensão comporem 10% do programa curricular dos estudantes e de serem parte integrante da progressão de carreira de um professor, a “extensão universitária” é ainda considerada menos importante do que a pesquisa e o ensino.

“A extensão... ela apesar de ser um tripé – um dos tripés da universidade – ela sempre foi renegada a um segundo plano. E apenas recentemente é que começou a se dar um pouco mais de importância à extensão...”

e mesmo assim é uma importância relativa. Os alunos podem se inscrever: só em pesquisa, só em extensão ou em pesquisa e extensão. No nosso caso, na incubadora, a gente inscreve em pesquisa e extensão, porque a gente precisa de desenvolver novas maneiras de fazer para que essa extensão funcione. E o que que acontece? Quando os alunos vão apresentar a extensão propriamente dita, eles são mal avaliados pela banca.

- - Eliane, extensionista, professora universitária UFRJ, 23.03.2023

Apesar da sua desvalorização por de alguns corpos dentro da universidade, a extensão universitária poder ter um grande impacto na vida dos estudantes, conferindo significado a orientações altruístas de procura de conhecimento acadêmico para o bem comum e a intervenção na comunidade.

É, eu sou um desses extensionistas que entrei, mas não saí da universidade, por causa da extensão. Foi a extensão que me manteve na instituição. - Luiz, extensionista, professor universitário UESC, 27.03.2023

A desvalorização por alguns atores da Universidade das ações extensionistas é também observada na escassez de recursos técnicos e materiais alocados de forma permanente a esta componente da missão universitária. Remete ainda a outro aspeto referido entre os entrevistados, que é o facto de que nos fóruns de economia solidária – dos quais a ITCP faz parte e as cooperativas de catadores são membros (enquanto empreendimentos de economia solidária) – não haver compromisso por parte das organizações em reconhecer que é necessário proporcionar projetos sustentáveis, com investimento financeiro capaz de competir com empresas a nível do mercado.

“Eu não consegui convencer meus pares... era a hora ali da gente disputar os grandes financiamentos, mas aí as pessoas não entendiam. Por um lado, não entendiam, por outro lado tinham uma visão de que o dinheiro é sujo... então aceitam lá pegar 100 mil R\$ por incubadora, quando que eu estava falando de 3 milhões, 15 milhões, 30 milhões. E tinha uma questão de escala – a maioria quer pegar 100 mil porque a responsabilidade de 100 mil é muito menor do que de 100 milhões. Essa é a média das incubadoras – 100 mil reais, dez bolsas e vinte alunos é o projeto. Então, essa discussão de projeto político ela também não perpassa dentro das incubadoras. Foi um voo solo esse aí, durante esses anos todos.” - Gonçalo, extensionista, professor universitário UFRJ, 28.03.2023

A escala e viabilidade financeira de empreendimentos solidários são tópicos mal recebidos em locais como a ANPROTEC ou CIRIEC no Brasil, pois transportam em si o debate sobre a viabilidade da economia solidária quando competindo à escala do mercado.

“Tem uma questão que tem a ver com a economia solidária, com essa visão ou visões, vamos dizer assim, de mainstream da economia solidária... mas também com a visão de universitário que a gente tem no Brasil... Que é a questão de recursos, parcerias, etc. Ainda é um debate de se avançar... Quando a gente fala em trazer

ou fazer parceria com start-ups, recursos de inovação e dialogar com o mundo lá fora... as visões da Universidade Federal: “ah, isso não. Isso não, isso vai pervertir...” - Luiz, 27.03.2023

Outros tipos de contexto

Nas tematizações associadas a “outros tipos de contexto” sobressaem as dificuldades experimentadas durante o período covid-19. Em particular, os constrangimentos decorrentes do confinamento. Perante as restrições de circulação e ajuntamento no espaço público – espaço de trabalho dos catadores – estes, para poderem continuar a fazer a coleta do material reciclado começaram a trabalhar clandestinamente. Desta forma, acentuando componentes de representação estigmatizante sobre o carácter oculto, moralmente ilícito da atividade que realizam.

“Aí o que eles faziam era o seguinte – ao invés de sair de manhã pra catar, eles saíam à meia-noite. Aí eles iam na própria comunidade, nas lixeiras... que as pessoas botavam pelo lixeiro e iam de meia-noite às 06h pra pegar o material antes do lixeiro passar. É isso que eles faziam.” – Eliane, extensionista, professora universitária UFRJ, 23.03.2023

“Ninguém mais queria fazer a separação do lixo por conta do medo da contaminação... quando falava no papelão, perguntava quanto tinha de risco de pegar, quanto tempo passava o vírus no papelão... então como não poderia pegar os materiais em lugares que tinham material recicladinho, a gente fomos pra rua... e não paramos. Pegamos material, até porque se paga aluguel aqui, tinha que seguir a vida. Ia viver de quê? Então, a gente foi pra rua catar todo o próprio lixo no meio da rua mesmo.” - Gisélia, cooperada, cooperativa Prosperar, 16.03.2023

A maior exposição ao risco por parte destes trabalhadores e famílias – assumida na própria definição da profissão – foi aqui particularmente notória, saldando-se perdas humanas significativas dentro da comunidade de catadores.

“Perdemos três funcionários... (...) a irmã dela... faleceu também. A Neuza também faleceu... muito pequenininha branquinha. Isso faz com que a gente caiu, sabe? - Ana Lúcia, cooperada, cooperativa Trans-vida, 29.03.2023

6.3.2 Recursos Categoriais: a falta de (e luta pelo) reconhecimento e representatividade

Na tematização dos recursos categoriais são enfatizadas as questões da representatividade e reconhecimento. No todo das narrativas, este foi um dos subtópicos mais pronunciados (a seguir ao contexto político). Em alguns testemunhos são também destacadas as questões relativas às condições socioprofissionais dos catadores. Entre os temas ausentes, destaca-se o facto de não terem sido assinaladas questões étnicas e de as questões de género terem apenas referências pontuais.

Reconhecimento e representatividade

Esta subcategoria enfatiza a ainda pouca visibilização pública e reconhecimento do trabalho de coleta de resíduos sólidos realizado pelos catadores. Os próprios municípios que, segundo a Lei, teriam a obrigação de articular com as organizações instaladas no território, como referido atrás, frequentemente optam por não o fazer. Noutras situações, essa intermediação é ensaiada, mas assumindo como interlocutores em representação da comunidade pessoas que acabam por subverter o papel que lhe é atribuído para proveito próprio. Desta forma, o abuso de poder por parte de alguns grupos e sujeitos dentro do movimento das cooperativas de catadores contribui também para perpetuar a exclusão económica e intensificar as condições de vulnerabilidade destes trabalhadores.

“Num é porque é pobre que o pobre é santo.” - Sidney, extensionista, mediador comunitário, 20.03.2023

Mesmo nos períodos políticos mais favoráveis à promulgação de apoios que visam especificamente alcançar os catadores, o *modus operandi* no terreno de distribuição de verbas é apoiado na ação de “representantes” dos catadores. Ora, frequentemente, esses representantes ou mediadores acabam por explorar os seus pares:

“O Tião e alguns coletivos, já estão se organizando com essa fala pra poder ser os caras... Toda vez que o governo quer fazer alguma coisa ele não tem como chegar lá na ponta. Aí os coletivos profissionais, que eu gosto de chamar assim, eles se articulam pra receber o dinheiro pra fazer essa ponte. E aí sabe Deus se faz! Entendeu? A verba vem pro carrinho, trabalha lá... “o empoderamento, logístico...”, muitas vezes... Não chega. E eles recebem 5000R\$ e aquela galera recebe o quê? 200R\$. 200R\$ quando recebe... então é um descompasso.” - Sidney, extensionista, mediador comunitário, 20.03.2023

Para além da expropriação levada a cabo por estes “representantes” um outro mecanismo comum, também referido pelos entrevistados, está ligado à criação de empresas-fantasma disfarçadas de cooperativas, criadas especificamente para competir pelo financiamento da atividade de materiais reciclados. São as “coopergato”, segundo a expressão dos entrevistados.

“A primeira coisa que você tem que entender, é que a gente tem cooperativa populares de catadores e a gente tem cooperativa popular de catadores que são empresas. Então, como eles vão concorrer com a empresa? Não tem como. Primeira coisa: documentação. Pegam essa cooperativa, exigem muito documento que elas não vão ter... Porque elas não têm capital. Geralmente, esse tipo de cooperativa tem vazão em terreno de uso campeão... Eles tão lá dentro, mas a qualquer momento pode ser posto pra fora. Então, eles não vão investir num lugar que não é deles. Então lá na ITCP a gente usa a expressão Coopergato. Porque eles fingem que são cooperativas para ter benefícios fiscais.” - Márcio, extensionista, mediador comunitário, 20.03.23

Condições socioprofissionais

Nas condições socioprofissionais são exploradas duas vertentes: por um lado, as questões relativas à precarização do trabalho, por outro a exploração a que estão sujeitos enquanto catadores.

Uma das tendências identificadas foi a exploração entre pares, entre presidentes de cooperativa e cooperados. Um cooperado que questiona um presidente de cooperativa pode ser colocado de parte – mesmo num circuito de trabalho como o da catação existem hierarquias de poder de subjugar quem está na base.

“tem três mil catadores aqui ... tem mil catador que é desempregado. Se essa cooperada aqui questionar muito... “Ah, Mari...”, como já aconteceu, “dá licença aí, cê tá questionando muito... bota outro”. Lá é empresa privada como outra qualquer.” - Sidney, extensionista, mediador comunitário, 20.03.2023

A perpetuação do cargo de presidente de cooperativa é um lugar-comum entre catadores, que com o passar do tempo se aproximam cada vez do trabalho de subordinação de uma empresa, sem as regalias esperadas de um trabalho assalariado.

Reconhecimento de género

Nas questões do reconhecimento de género, uma categoria que genericamente é apenas referido de forma pontual, são assinalados tópicos relacionados com o reconhecimento das lideranças femininas nos movimentos sociais e no empreendedorismo e também com os efeitos na emancipação feminina do acesso ao trabalho por parte das mulheres.

É de assinalar o protagonismo feminino com um dos traços de diferenciação das cooperativas de catadores, manifesto quer na organização dos coletivos, quer na sua liderança, quer nas tematizações que procuram integrar na agenda reivindicativa, na luta de direitos sociais.

“Aqui surge esse ator novo, né? Que tem uma liderança forte de mulheres (...). O movimento sindical ele não respeita, não considera pauta. Você não vê em momento nenhum a incorporação na luta sindical de questões como educação, saúde, qualidade de vida... tu vai ver depois da década de 80. Antes não havia – era salário, férias... era a pauta quase que do trabalho e não da vida. Como fosse uma coisa ou outra – ou você discute o trabalho ou discute a escola do teu filho.” - Gonçalo, extensionista, professor universitário UFRJ, 28.03.2023

Nos inquéritos aos cooperados, várias são as reflexões por parte de mulheres que sugerem que atividade de catação dentro das cooperativas surge como um ato de emancipação económica e empoderamento social, com forte impacto no protagonismo no poder de decisão e na educação dos filhos.

“Mudou totalmente a minha vida. Me sinto capaz de ser quem eu sou. Sentir que sou capaz de sustentar meus filhos sem ser submissa a homem.” – cooperada, cooperativa Prosperar, 16.03.2023

“Comecei na RioCopa, agora estou aqui. Comecei quando me estava separando e foi um começo novo de vida. Deu-me independência financeira.” – cooperada, cooperativa Cootrabom, 21.03.2023

Identificaram-se ainda alguns exemplos de práticas de apoio mútuo entre mulheres cooperadas, que tentam dentro das comunidades promover a melhoria da qualidade de vida entre mulheres.

“A gente também faz um trabalho, a gente faz um trabalho com as meninas de noite, que são essa mãe que passou aí... que a gente faz um trabalho de transformando elas, como? Voltar pra escola – já temos doze meninas que voltaram pra escola, mesmo sendo mãe adolescente.” – Ilacir, cooperada, cooperativa Trans-vida, 29.03.2023

6.3.3 Recursos Distributivos: o poder da educação e a necessidade de um rendimento sustentável

Educação

A educação surge, acima de tudo, como uma limitação às possibilidades de mobilidade social dos cooperados. A falta de recursos educacionais é uma condicionante na vida dos cooperados, com impactos nas próprias condições de sustentabilidade das cooperativas. Frequentemente, a baixa literacia dos cooperados torna-os codependentes do apoio de terceiros (quer seja da ITCP, quer seja dos falsos “representantes”), o que contribui para diminuir as possibilidades de valor acrescentado do empreendimento, mesmo depois da capacitação.

“trabalhar com pessoas vulneráveis é um grande desafio (...) principalmente pelo desenvolvimento pessoal dessas pessoas, né? São pessoas, muitas vezes, desprovidas de uma educação formal básica (...) que não estão capacitadas para participar desse negócio. Isso é um grande desafio e é um desafio que a gente vem enfrentando ao longo dos anos e não conseguimos até hoje resolver.” - Eliane, extensionista, professora universitária UFRJ, 23.03.2023

Rendimento

A propósito da tematização rendimento, o tópico mais referido prende-se com as condicionantes políticas e organizacionais do cooperativismo, que dificultam a sustentabilidade financeira das cooperativas de catadores e tornam o rendimento dos cooperados ainda mais limitado. O sistema informal, já aprofundado na contextualização política, perpetua a precarização dos catadores mantendo-os num estilo de vida de subsistência.

Para lá do facto das cooperativas estarem dependentes da vontade política no seu acesso a rendimentos, acumulam-se os gastos financeiros com a o aluguer do espaço (de um galpão) onde armazenam o material coletado e com o seu transporte.

“o problema é que antes de pagar o pessoal e se pagar, tem que pagar as coisas que tá devendo, temos que ver se precisamos de um caminhão pra poder trabalhar... tem custo. Depois a gente paga. Entendeu? Então, quase não sobra dinheiro. Vai ter uma urgência de alguma coisa... quer dizer, temos que ter um caixa.” - Dona Tininha, cooperada, cooperativa Cootrabom, 21.03.2023

6.4 Desenvolvimento Sustentável

6.4.1 Desenvolvimento social: trabalhar para a inclusão social e melhoria de qualidade de vida das comunidades

Os tópicos mais abordados dentro da categoria de desenvolvimento social focam a necessidade de desconstrução do estigma perante a condição de vida dos catadores, nomeadamente através de ações de sensibilização sobre a importância da reciclagem na comunidade, bem como o apoio à melhoria da qualidade de vida das comunidades (favelas). Foram abordados aspetos como a importância de estar presente para as pessoas e de trabalhar para a capacitação e mobilidade social de grupos vulneráveis. Assinalou-se ainda que a transformação procede da desconstrução do estigma perante a condição socioprofissional dos catadores. As pessoas e a sua dignidade e experiência social, materializada nas condições de participação e de reconhecimento são assim, na perspectiva dos próprios visados neste trabalho o pilar que confere sustentabilidade ao desenvolvimento:

“o trabalho das cooperativas precisa ser ampliado, potencializado. Então a cooperativa pode ser uma instituição que vai nas escolas do bairro, por exemplo, fazer educação ambiental. Olha, ‘nós temos aqui dez catadores de rua, nós moramos aqui...’, aí a questão do rio que polui o planeta, o plástico que demora mil anos pra... as pessoas ‘nossa, isso mesmo’... ‘e aí quando a gente separa na sua porta, que a gente vai pegar com a nossa camisa’... então o trabalho da cooperativa precisa ser potencializado.” - Sidney, extensionista, mediador comunitário, 20.03.2023

“Eu vou às escolas: semana do meio ambiente, colégio particular, colégio eh... mas a gente faz isso. Essa ampliação... de empresas, eu já fiz aqui no Globo: eu fui pra lá três dias direto, fiz a implementação de ecopontos, né? Eu já falei sobre isso... que a gente de base também participa na construção disso aqui...” – Dona Josenete, cooperada, cooperativa Cooper Jardim, 19.04.23

O reconhecimento das cooperativas de catadores na comunidade e sociedade envolvente, é visto como a base potenciadora da mobilidade social destes trabalhadores, muitos dos quais constituem um “exército de reserva” que foi expropriado de qualquer capacidade de trabalho estando posicionado no limiar da pobreza extrema. Neste caso, a possibilidade de auferir um rendimento através da coleta de material reciclado confere ao catador uma significação social positiva. Através do seu trabalho,

contribuem para o bem-estar geral e distinguindo-se do indigente inútil que, pelo contrário, alimenta a insegurança e percepção de risco social.

“Eles estão naquele limite. O catador de rua é aquele que tá no limite assim entre a miséria absoluta e a luta por sobrevivência. Ele tá no limite! Existe um ditado no Brasil que diz assim: “olha, eu posso catar na rua, mas não vou me prostituir, não vou roubar, não vou matar”. Esses são os catadores. Porque os que já estão roubando e matando, tentaram e não conseguiram. É o limite. Ali é o limite.” - Sidney, extensionista, mediador comunitário, 20.03.2023

Foi ainda reforçada a necessidade de cooperação entre políticas públicas e comunidades vulneráveis, e o reforço de atividades de extensão focadas na inovação e na formação para a capacitação de líderes comunitários.

“É necessário a renovação duma gestão e eu acho que o a incubadora de cooperativa, ela tem uma importância no desenvolvimento de novas lideranças quando ela leva as pessoas pra um espaço de discussão e no desenvolvimento, também, de busca de alguns direitos – tipo legalização, sintetização de algumas coisas que são necessário. Então... eu acho que a importância da incubadora, ela perpassa por busca de legalização, busca de direito a coleta seletiva e também de capacitação de novas lideranças.” - Dona Josenete, cooperada, cooperativa Cooper Jardim, 19.04.23

6.4.2 Desenvolvimento económico: a sustentabilidade financeira e empreendimentos precários

Dentro do tópico que perspectiva a componente de sustentabilidade económica de empreendimentos precários, volta-se a remeter para o círculo de pobreza a que os catadores estão sujeitos perante a falta de investimento público (desenvolvido com mais detalhe no contexto político). É ainda interpelada a posição de negação por parte dos fóruns de economia solidária da necessidade de construir ferramentas que permitam consolidar a sustentabilidade financeira de empreendimentos solidários, permitindo que possam competir dentro do sistema de mercado capitalista.

Segundo o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), uma das principais dificuldades enfrentadas pelos empreendimentos de economia solidária é o acesso ao crédito. Tal relaciona-se com a falta de reconhecimento jurídico dessas iniciativas, com a exigência de garantias reais pelos bancos tradicionais e também, com a incompatibilidade entre os prazos e as taxas de juros praticados pelo mercado financeiro e as necessidades e capacidades dos empreendedores solidários. Por isso, o FBES defende a criação de um sistema nacional de finanças solidárias, que seja baseado nos princípios da participação democrática, da transparência, da solidariedade e da sustentabilidade. Esse sistema seria

composto por diversas modalidades de financiamento, como fundos rotativos solidários, bancos comunitários, cooperativas de crédito, microcrédito produtivo orientado, entre outras.³⁸

“É inviável gente... não é porque eu quero que seja...! Aí você vai para uma feira: ‘Ah vamos fazer um congresso da economia solidária, ninguém solta a mão de ninguém... todos de mão dada, cada um compra só da economia solidária...’ Mentira, isso não vai acontecer, entendeu? (...). Se você vai pagar menos por uma coisa melhor e mais bem feita, porque é que você vai pagar mais ali...?” – Eliane, extensionista, professora universitária UFRJ, 23.03.2023

É referido pela coordenadora da ITCP que a suposta irreconciliabilidade entre a produção de dinheiro e o empreendedorismo de economia solidária, ainda muito enraizado em alguns segmentos da academia, limita também as verbas e os apoios financeiros alocados a projetos de extensão como a ITCP, que se focam na capacitação de grupos vulneráveis. Mais ainda, limita a possibilidade de procurar vias alternativas de financiamento (como o investimento privado) que se focassem em aspectos mais amplos de inovação e impacto social e ambiental.

“A ideia é propor maneiras inovadoras de você conseguir melhorar esse ambiente. Pra isso a gente gera edital e tem empresas que querem investir nisso. Repara a diferença da incubadora, que eu falei isso pra eles naquela reunião – eu levei a incubadora pra esse ambiente, mas descobri que ali não é o lugar dela. A ITCP não tem lugar nesse ambiente. A ITCP não faz isso. Quando eles começam a falar “há alguma cooperativa que envolver uma inovação?”... Não! eles não têm capacidade pra fazer isso. Não é esse o mote, né? O mote é gerar trabalho e renda pra aquelas pessoas. Então, é uma outra lógica.” - Eliane, extensionista, professora universitária UFRJ, 23.03.2023

As cooperativas de catadores desempenham um papel fundamental na coleta seletiva e na preservação do meio ambiente, com impactos significativos. Embora a reciclagem nem sempre seja motivada pela consciência ambiental, ela torna-se uma fonte de orgulho para os catadores, que valorizam o seu trabalho.

6.4.3 Desenvolvimento ambiental: os catadores no centro da mudança

As cooperativas de catadores desempenham um papel fundamental na coleta seletiva e na preservação do meio ambiente, com um impacto significativo. Embora a reciclagem nem sempre seja motivada pela consciência ambiental, ela torna-se uma fonte de orgulho para os catadores, de valorização do seu trabalho.

³⁸ <https://fbes.org.br/> (outubro, 2023)

“No início não foi pela preocupação ambiental, foi pela escassez de emprego no Brasil (...). Depois, com a ampliação de reconhecimento das lideranças, mais as lideranças num processo de busca, a gente começou a ver que aquilo ali era uma preservação ..., a gente podia além de ser uma preservação, a gente podia ampliar pra ter mais material, mas também educar pessoas com relação a preservação do planeta.” - Dona Josenete, cooperada, cooperativa Cooper Jardim, 19.04.23

Contra intuitivamente, é afirmado que o poder público é frequentemente o maior obstáculo à coleta seletiva de resíduos sólidos e um dos atores que mais contribui para perpetuar a degradação do meio ambiente.

“... a professora Eliane, ela quase bateu no rapaz lá... porque ele falou: ‘se fosse eu, dava um salário mínimo pra cada pessoa da cooperativa e a gente chegava lá, aterrava tudo’... e a professora ‘Ahm? eu acho que o seu estudo tá meio errado... e se você começar a retirar toda essa matéria-prima da natureza, daqui a pouco você vai exaurir aquilo, daqui a pouco o material vai entrar em extinção... e se você faz a reciclagem, você poupa na retirada da natureza.” – Márcio, extensionista, mediador comunitário, 20.03.23

Reforça-se nesta categoria o potencial do papel dos catadores para a educação e sensibilização das pessoas sobre a importância da reciclagem e do meio ambiente.

“Porque se a gente já tem uma geração que é a minha, que não tem essa consciência, a gente vê que a nossa esperança, como tudo, né, vem dos pequenos (...) Porque eu fiz palestra pros pequeninhos... foi um colégio particular, no pintinho amarelinho e aí eu fui lá no pintinho amarelinho e falei: “ó, não deixa o pai e a mãe de vocês jogarem óleo na pia, porque tá errado”. E aí eu me surpreendi, que depois de um mês a diretora me ligou desesperada, porque tinha uma sala desse tamanho que tava cheio de garrafa PET de dois litros de óleo e não sabia o que fazer.” – Dona Josenete, cooperada, cooperativa Cooper Jardim, 19.04.23

6.5 ITCP

6.5.1 Esfera de controlo

Na subcategoria esfera de controlo é a realçado o papel fulcral da ITCP enquanto servidor público de mediação e facilitação de relações e partilha de conhecimentos e experiências entre a universidade e a comunidade. Esta perceção é veiculada tanto por a assistencialistas como por cooperados. Neste papel de agente de mediação e de diálogo a ITCP compensa a inercia de outros agentes públicos (como as prefeituras) e promove e possibilita o empoderamento das pessoas. Materializa assim a “universidade além muros” – que, acima de tudo, potencializa e forma pessoas, construindo um espaço de discussão investido no combate ao desemprego e à pobreza e exclusão social.

“Então por exemplo, quando a universidade trabalha dentro de um território, ela tá querendo um benefício não só da pessoa em si, mas do município. Então, na medida que se potencializa a questão da reciclagem, por exemplo, o município lucra. Os moradores também ganham por ter um local, ter como melhorar as condições de ambiente, do ar, do resíduo, financeira também... Então 100% dos programas que eu já vi trabalhar aqui a Incubadora, além de potencializar as pessoas e o seu trabalho, também potencializa a prefeitura, os poderes públicos e locais e os moradores em si.” Sidney, extensionista, mediador comunitário, 20.03.2023

Missão

O objetivo de atuação pela ITCP é transformar a percepção das pessoas para que queiram construir um sistema mais justo. Nos anos 1990 e 2000, a incubadora de cooperativas ganhou destaque nacional e internacional por oferecer uma solução para a criação de emprego e geração de rendimento. Ela participou em programas de Rede Globo, foi lareada pelo Banco Mundial, e construiu parcerias com uma (de que são exemplo as entidades listadas atrás que enquadram o trabalho dos extensionistas entrevistados nesta pesquisa) e disponibilizou-se a trabalhar de forma colaborativa com representantes de movimentos sociais que procuravam soluções de resposta à crise do trabalho. Os cooperados associaram-se à ITCP através dos mediadores culturais que pertenciam às suas próprias comunidades e os projetos de construção de cooperativas e capacitação foram divulgados num processo de boca a boca.

Recursos

Os recursos mais relevantes da ITCP foram os professores universitários dispostos a participar e a capacitar pessoas. A atitude e compromisso desses docentes acabou por inspirar e atrair e outros agentes (estudantes, bolsistas, técnicos), incluindo os mediadores culturais que fizeram a ponte entre as comunidades locais visadas na extensão e a comunidade acadêmica universitária. Apesar disto, os testemunhos dos entrevistados denotam igualmente a permanente falta de investimento financeiro (quer pela universidade, quer pelo poder público). O subfinanciamento estrutural e a incerteza associada limitaram o trabalho realizado pela ITCP, não permitindo alcançar objetivos mais impactantes.

Entretanto, com a jubilação de Gonçalo Guimarães – cofundador da ITCP e seu coordenador principal até 2019, no período imediatamente anterior à grande crise do Covid-19, as fragilidades que pautaram a situação precária da incubadora no contexto da UFRJ agudizam-se. Com a falta de recursos humanos afetos especificamente às atividades da ITCP, esta deixa de ter capacidade de resposta a editais que asseguravam a continuidade dos projetos em curso. A consequência mais danosa foi deixar de assegurar o apoio personalizado e continuado às cooperativas.

Outcomes

Nos testemunhos de entrevista, os resultados do trabalho da ITCP incluem a “promoção de mudanças sociais” – construção de uma rede de reciclagem dentro da própria universidade – que

contrata as cooperativas de catadores para coletar os resíduos sólidos; a “transferência de conhecimentos” da universidade e dos professores para as comunidades; o “impacto na vida das pessoas mobilizadas, de sensibilização e empoderamento para o exercício de cidadania ativa e responsável incluindo, também, o alargamento de horizontes dos estudantes mobilizados nos programas de extensão . É ainda destacado o trabalho de capacitação de lideranças nas comunidades visadas; bem como a intermediação junto de instâncias de poder local e nacional, refletida depois nas políticas públicas e no reconhecimento de direitos das comunidades. Outra dimensão de tematização assinala ainda a promoção da melhoria da qualidade de vida das pessoas (através de assistência social, vacinação, etc., apoio para os filhos, apoios do governo, documentação).

“O que eu teria a dizer é o seguinte: eu não sei se todas as empresas foram bem-sucedidas, mas eu te garanto que todas as pessoas que passaram pela incubadora saíram diferentes. Mesmo quando arranjam outro emprego depois. Por exemplo, quando um coletivo (e isso aconteceu algumas vezes), montava a cooperativa e as pessoas arranjavam emprego, isso é um fracasso ou é um sucesso? Pra mim é um sucesso.” - Gonçalo, extensionista, professor universitário UFRJ, 28.03.2023

O registo e partilha do trabalho da ITCP foi materializado quer em comunicações e na participação em fóruns de debate, quer através da produção de publicações – entre as quais destacamos os livros “Ossos do Ofício” e o “CERNE”. O apoio à formalização de algumas dezenas de cooperativas –passo fundamental para o acesso aos programas do governo –, conferiu dignidade de trabalho a populações até então “invisíveis”, contribuindo para promover a confiança nas instituições. O enquadramento direto da ITCP permitiu que os cooperados se sentissem ouvidos e apoiados.

“Então, se todos dessem apoio igual a eles [ITCP-UFRJ]... dão apoio prás cooperativas, seria a gente falar pra você – a gente viveria assim mais 70%.” – Gisélia, cooperada, cooperativa Prosperar, 16.03.2023

Parcerias ITCP

As parcerias em rede interinstitucional da ITCP formaram-se como estratégia de construção da iniciativa e começam com a sua origem. Entidades com alguma influência promoveram a possibilidade da construção da ITCP. Estas parcerias incluíram o Herbert de Souza, sociólogo que fundou o IBASE; o diretor da COPPE, Luiz Pinguelli Rosa Pessoa; e outras parcerias institucionais como a empresa FIOCRUZ, que contratou a incubadora logo a pós a sua fundação para a capacitação de vendedoras ambulantes. No final da década de 1990 início de 2000, a ANPROTEC reconheceu a ITCP como incubadora social. Foram ainda construídas parcerias com o Ministério da Saúde e do Turismo para a capacitação do “povo de rua”. A própria rede de incubadoras consolidada no início dos anos 2000 entre várias universidades do Brasil serviu como consolidação da ITCP.

“A rede de incubadoras, ela foi criada antes das incubadoras. Hoje já chegou a ter... não sei quantas filiados umas 60... não sei quantas. Então, ela na realidade foi uma estratégia que eu criei de defesa. Porque só eu com aquele poder todo, com aquela grana, com aquilo tudo, era claramente derrubável... e fazendo oposição... e aí veio muita batalha depois. Começou a pressão muito forte, moralização... barra pesada. Mas aí tinha a rede, aquilo já tinha se proliferado e o livro já tinha garantido a história, aí eles não correram.” - Gonçalo, extensionista, professor universitário UFRJ, 28.03.2023

Mais ainda, a possibilidade transversal da ITCP enquanto extensão, de abraçar vários públicos e interligar grupos que, naturalmente, não se iriam relacionar entre si, potencializa as suas atividades e constrói pontes de trabalho. Um aspeto referido foram “os valores éticos” da ITCP, de “não ser corrompível”, que lhe dá credibilidade entre as comunidades e as cooperativas.

“Porque quando você trabalha com cooperativa popular e a cooperativa popular demanda um diálogo com o território, um diálogo com os trabalhadores... É preciso que a gente faça diálogo com as instituições do território. Então se a gente trabalha com cooperativa popular na área da reciclagem e educação ambiental, então a gente vai precisar falar com as igrejas, com os centros, com as escolas... de fazermos um trabalho em conjunto. Então, indiretamente também alcançamos e fazemos esse empoderamento também, não deixa de ser uma missão”. – Sidney, extensionista, mediador comunitário, 20.03.2023

Metodologia

Em termos metodológicos, o foco da ITCP é na capacitação e empoderamento das pessoas. A incubadora dirige-se às comunidades por etapas, num processo de pré-incubação, incubação e pós-incubação, com o objetivo de acompanhar as cooperativas ao longo do tempo.

“Tem a pré-incubação que é a hora do diagnóstico, que você sensibiliza. Aí, depois que você prepara, descobre o que precisa, você incuba. Aí a incubação é esse momento em que você dá a formação, que você capacita esse pessoal e a pós-incubação, né? A desincubação, ela acontece cerca de dois, três anos depois, quando a cooperativa já estiver madura, esse é o processo.” - - Eliane, extensionista, professora universitária UFRJ, 23.03.2023

O processo metodológico para as cooperativas de catadores é referido como diferente do do resto das cooperativas pelas condições de trabalho e de educação serem, no geral, mais limitadas e desafiadoras.

“Empreendimento de catador é muito diferente, inclusive o nosso processo de incubação, a gente mudou a definição dele pra catador, entendeu? Ele é diferente simplesmente porque a gente está trabalhando com públicos com características muito diferentes e capacitações muito diferentes.” - Eliane, extensionista, professora universitária UFRJ, 23.03.2023

Existe uma aposta na observação e participação ativa para compreender as reais necessidades das pessoas, além de capacitar aquilo que elas já fazem – não se criam empregos “do zero” – o objetivo é consolidar e trabalhar a partir do que já existe.

“A incubadora não cria trabalhador, não cria trabalho, não cria empreendedor, não cria nada. Ela capta o que já existe. Então, por exemplo, quando chegavam pra gente ‘não, você vai numa determinada área e cria uma cooperativa’, não existe isso! A gente consegue, com percepção, identificar os atores que possa vir a fazer...” - Gonçalo, extensionista, professor universitário UFRJ, 28.03.2023

O trabalho de capacitação é realizado através de cinco eixos: cidadania, mercado, tecnologia, gestão e finanças – e as cooperativas são desenvolvidas de acordo com a necessidade real dos empreendimentos. Os eixos são adaptados às dimensões do empreendimento e à capacidade dos empreendedores.

“A gente tem um formulário, que a gente mede como é que eles estão (...) Por exemplo, vamos pensar em gestão, que é fácil – o que é que eles sabem de administração de um negócio? (...) Aí a gente mede o que é que ele sabe com aqueles elementos. Você com isso, você também já sabe aonde que você vai atuar – que é que ele está precisando pra melhorar. Aí você dá a capacitação, você faz a formação com esse grupo. Aí você tem um processo que vai depender, não tem um prazo definido – isso vai depender do grupo, do nível do grupo, né?” - Eliane, extensionista, professora universitária UFRJ, 23.03.2023

A escolha de capacitação das cooperativas populares – com o público-alvo de trabalhadores informais – foi propositado e teve como objetivo criar oportunidades de ao ensino superior e ferramentas da universidade.

“A gente colocou popular. Não era que outros grupos não precisassem, a gente deu foco. Eu na realidade falei o seguinte, ‘nunca mais a gente vai ter uma oportunidade dessa, então vamos direcionar pra esse grupo’. Aí direcionamos pros grupos populares, foi opção política. “ - Gonçalo, extensionista, professor universitário UFRJ, 28.03.2023

Atividades

Exemplos de atividades incluem o apoio à construção de redes entre as cooperativas (junção de várias cooperativas para que apenas seja necessário pagar um único CNPJ), o apoio à coleta de material reciclado da UFRJ através de editais, eventos anuais onde reúnem todas as cooperativas na universidade e reuniões de equipa entre mediadores culturais, professores e estudantes.

“Teve muita aula de lá, não é? É capacitação, lá no começo... nós tivemos a capacitação daqui lá, né? Nós saímos daqui, viemos pra lá também... é bem longe, mas nós íamos. E eu acho que era umas... a maioria era mais oito pessoas que ia pra lá. E lá nós tinha tudo, nós tinha almoço, tinha café, tinha tudo lá. Às vezes,

quando eles vinham pra cá também. Nos capacitar aqui, ajudar com o projeto, né?” - Dona Márcia, cooperada, cooperativa Cootraser, 18.04.2023

6.5.2 Esfera de influência

Através da análise desta dimensão, conclui-se que apesar do trabalho de capacitação da ITCP, os resultados para a melhoria da qualidade de vida e promoção da mobilidade social são bastante escassos. Existe algum progresso na qualidade de vida dos cooperados, mas apenas por as suas condições iniciais serem muito baixas. Quanto à mobilidade social, é praticamente nula ou de muito curto alcance. O foco em comunidades “invisíveis”, em boa medida despojadas de direitos e garantias básicas e, portando, apartadas do referencial de condições de vida da sociedade envolvente, dificulta a sua saída do limar de pobreza.

Qualidade de Vida: em busca de melhores condições

O estudo realizado traça um quadro de caracterização das condições de vida muito precárias das comunidades de catadores de material reciclável. As condições de subsistência são de alguma forma melhoradas com a formação de redes de cooperativas, que possibilitam gerar algum retorno financeiro – tanto porque os documentos são pagos em conjunto como a quantidade de material vendida, por ser maior, é mais cara. Observou-se também que o trabalho em cooperativa dá algum propósito de vida aos catadores – um sentimento de pertença e camaradagem na luta por uma vida melhor (se isso se reproduz em resultados é relativo). Também pode ser afirmado que há necessariamente a promoção de diálogo entre os catadores e a comunidade, o que dinamiza a comunidade – promove a sensação de entreatajuda (a maioria dos catadores moram nos bairros ou sentem-se em casa na localidade da cooperativa). A valorização dada aos cooperados pela capacitação da ITCP melhora a sua autoestima – sentem-se apoiados e capazes de trabalhar para manter um trabalho. A construção de cooperativas melhora a qualidade de vida dos catadores porque lhes dá acesso aos editais de coleta de lixo.

“As cooperativas que agora existem são importantes. Porque aí já estão legalizadas, formalizadas, coisas que aquele catador de rua não consegue ser visto pelo poder público. O catador de rua ele é invisível para o poder público. Ele só se torna visível quando ele é cooperado.” - Sidney, extensionista, mediador comunitário, 20.03.2023

No ponto de vista da capacitação das pessoas, daquilo que é a sua capacitação interna, de facto há uma melhoria da qualidade de vida das pessoas porque elas se sentem mais capazes. Tal como referido anteriormente, as atividades realizadas, o foco em processos participativos que invoquem uma cidadania ativa, etc. – melhoram a qualidade de vida das pessoas, nem que seja pela transformação da sua percepção perante os seus direitos, etc.

“Eu não sou um montador de cooperativa. O nosso foco é a transformação das pessoas. Se ela foi um elemento que garantiu uma educação, uma cidadania, uma mudança na visão de mundo... cara, já cumpriu o papel dela.” - Gonçalo, extensionista, professor universitário UFRJ, 28.03.2023

No entanto, há uma baixa qualidade de vida entre a população das cooperativas e catadores. O que mais dificulta a transformação da qualidade de vida deste grupo-alvo, é que apesar dos enormes esforços que realizam diariamente na coleta do material, o resultado do trabalho em valor monetário é muito baixo e sem haver uma reconfiguração no próprio processo de trabalho, que acrescente valor ao resultado final, muito dificilmente haverá resultados mais positivos na vida destes cooperados.

Qual é o grande problema, o grande entrave, pra gente melhorar a qualidade de vida desses catadores? É agregar valor aquilo que é reciclado. A universidade, deveria estar desenvolvendo maneiras de que esse material tivesse um valor agregado pra que eles vendessem um valor maior e tivessem realmente impacto na sua qualidade de vida. – Sidney, extensionista, mediador comunitário, 20.03.2023

Mobilidade Social: ou falta de...

Inegavelmente, existe muito baixa mobilidade social entre este conjunto de pessoas. No geral, o estilo de vida mantém-se num nível de subsistência para esta comunidade. O apoio dado pela ITCP, não é suficiente para fomentar a mobilidade social.

Um indicador interessante de mobilidade social é o incentivo, por parte dos catadores, em os filhos irem à escola e terem ensino superior.

Aprendemos tudo com a universidade. Foi como nossa mãe, a incubadora, né? Ali eles abraçaram a gente e a gente tá nessa luta até hoje – aí por causa dos filhos criamos até o trabalho com alfabetização e reforço escolar onde hoje em dia temos adolescentes, temos jovens lá dentro da universidade. – Ana Lúcia, cooperada, cooperativa Trans-vida, 29.03.2023

Mesmo assim, pode-se verificar que nos últimos anos, por falta de opções de emprego (e como consequência do covid-19), a tendência é de se perpetuar a condição de catador por várias gerações, criando o que é conhecido como “cooperativas familiares”.

“A Carina, de vez em quando vinha... esta aqui. A outra não, a outra começou agora, mas ficaram mais fixa mesmo, a Carina e a Carolina, depois que veio esse negócio da pandemia. Aí mandaram todo o mundo embora onde ela trabalhava, não tinha ninguém dando trabalho pra ninguém. Aí primeiro veio a Carina, depois a Carolina também foi – mandaram embora da onde ela estava. Não estava conseguindo nada, veio pra cá também...” – Dona Tininha, cooperada, cooperativa Cootrabom, 21.03.2023

A tendência mencionada consolida o que a OCDE (2018) refere no relatório “A Broken Social Elevator”. Tanto países da América Latina como outras economias emergentes apresentam baixa mobilidade e níveis de desigualdade muito elevados. Tanto o rendimento familiar afeta o acesso das crianças à educação (devido a restrições do mercado), como agregados familiares com menos dinheiro estão condicionados ao tipo de escola que os filhos podem frequentar. Assim, a capacidade de tirar partido dos rendimentos mais elevados da educação é limitada aos filhos de agregados familiares com mais dinheiro (p. 37).

6.5.3 Esfera de interesse: existe impacto?

Com o avanço das políticas públicas, identifica-se uma mudança positiva na integração dos catadores no mercado de trabalho. No entanto, as entrevistas mostram que há uma dependência da adesão dos meios políticos para cumprir as leis que protegem as cooperativas de catadores. Isso impede que uma transformação real, com impacto no ambiente e na mobilidade social, seja alcançada por este grupo de pessoas. Ou seja, embora haja algumas ações para o reconhecimento deste público-alvo, o impacto fica aquém das expectativas. Além disso, a falta de formação básica dos catadores dificulta a construção de orientações para controlar suas próprias vidas. Quando não existe estabilidade e se tem de permanentemente estar a dar resposta aos constrangimentos do quotidiano – tanto a nível individual, como pelas condições de vida, torna-se impossível colonizar o presente (quanto mais o futuro). Os catadores encontram-se em situação de vulnerabilidade até perante os seus pares.

“É, infelizmente isso não mudou. Muita gente que quis o Lula de volta agora, eu bati de frente com essas pessoas... eu já não sou mais lulista, mas eu sou de esquerda. Mas eu sei que muita gente que quis ele lá em Caxias, quis porquê? Pra voltar aos cargos que tinham antes. Porque eles são ongueiros, eles não querem, né? Por isso que o Lula agora, de alguma maneira, a galera da universidade também aprendeu... agora quando ele criou o pró-catador, eu tô olhando lá... por isso que ele tá indo lá pra ponta do catador de rua.” - Sidney, extensionista, mediador comunitário, 20.03.2023

O desejo que premente é que se houvesse alguma forma de promover ações de reciclagem e a importância da preservação ambiental a uma escala macro, os catadores poder-se-iam tornar promotores da mudança e de alguma forma o seu lugar na sociedade seria mais valorizado.

“Eh quando o aterro encerrou, eu estava eh dentro do polo de reciclagem com a Cooper Jardim. E a gente tinha essa dificuldade, porque assim... Se a gente tem uma fatura de material reciclável, uma educação ambiental – que todos a maioria das lideranças de cooperativa também são eh palestrantes alguns, né? (...) só que assim, com a escassez de material, a nossa renda ela vem direto da produção desse material e não tem como a gente ter um salário digno pra galera da catação. Ainda tem, além da população não ter educação

ambiental, ainda tem a Prefeitura, o município, que não cumpre a lei, né?” - Dona Josenete, cooperada, cooperativa Cooper Jardim, 19.04.23

6.6 Cooperativas de Catadores

6.6.1 Participação

Como já foi analisado anteriormente, existem vários desafios à participação das cooperativas de catadores no circuito da coleta de resíduos sólidos: o não cumprimento da lei por parte do poder público, os circuitos informais de compra e venda de material reciclado dirigidos por empresas (muitas delas ligadas a vereadores e outras figuras de Estado), intermediações ensaiadas onde indivíduos subvertem o papel de representante de catadores para proveito próprio, entre outros desafios. Algo que igualmente restringe a participação dos catadores é o narcotráfico que controla as comunidades (favelas), onde muitas das cooperativas estão inseridas. O “Estado paralelo”, como expressado por um entrevistado, é dirigido por traficantes que criam “regras” na comunidade às quais as cooperativas se têm de sujeitar. Por exemplo, os traficantes têm o “direito” a uma parte do dinheiro, direito a utilizar o espaço da cooperativa para esconder a droga e armas da polícia, direito proteger os seus membros, etc...

“O Estado paralelo nada mais é do que um lado marginal. O lado marginal que eles vivem – à margem das leis estabelecida pela sociedade, né? Então, tudo que é de errado, eles... na cooperativa lá, eles têm alguns problemas – primeiro problema que tem: se eles arrumarem o espaço físico, como eu havia falado contigo, e se eles cobrirem do jeito que já aconteceu lá... deles descobrirem. Se eles começarem a trabalhar, não demora muito o tráfico tá inserido lá. Aí como eles são pessoas de bem, automaticamente eles vão se retirando pouco a pouco.” - Márcio, extensionista, mediador comunitário, 20.03.23

A falta de formação (educação) é igualmente um impedimento na participação dos cooperados, que nem sempre conseguem manter a cooperativa por não ter as competências necessárias à gestão de um negócio. A própria autogestão da cooperativa nem sempre é sustentável, muitas vezes as cooperativas implodem.

Então, uma coisa é eu pegar alguém que tem uma formação, que estudou pra fazer aquela atividade que está fazendo... e pegar um outro que está fazendo a gestão de um negócio, mas nunca geriu nada, nunca estudou nada sobre o assunto - às vezes não sabe ler, mal sabe escrever... entendeu? Então, realmente é muito diferente. O grupo de catadores eu acho que mereciam uma política pública à parte voltada pra eles. Mas tem gente que quer ganhar dinheiro até com os catadores, né? Então, é muito difícil...” - Eliane, extensionista, professora universitária UFRJ, 23.03.2023

Além disso, os custos elevados de manter uma cooperativa são um impeditivo à participação. Os desafios monetários de ter de regularizar documentos de quatro em quatro anos é um impeditivo legal da participação dos catadores, que muitas vezes passam de uma situação de trabalho informal, para uma situação ilegal de não cumprimento da lei instituída na Política Nacional de Cooperativismo Brasileira. É este processo que catalisa a própria exploração dos catadores por outros catadores, que por não terem dinheiro para renovar documentos se perpetuam no cargo de presidente de cooperativa.

“Ele tava se perpetuando no cargo... muitos empreendimentos não muda – porque tem que pagar contador, tem que pagar advogado, CNPJ, é inscrição estadual– retirar toda a documentação. Eu acredito que seja por isso que ele ficou vitalício. Não tinha dinheiro pra refazer as documentações.” - Dona Tininha, cooperada, cooperativa Cootrabom, 21.03.2023

Acresce-se o desafio mensal de pagar o aluguer de um espaço (um galpão) onde se armazena o material reciclado, do aluguer de uma carrinha e do preço de venda do próprio material reciclado (que é flutuante) para se conseguir produzir algum tipo de lucro.

“Então eles têm que pagar para se formalizar e têm que pagar para alugar o espaço. Quase que têm que pagar ao Estado para catar.” – Sidney, extensionista, mediador comunitário, 20.03.2023

O que mais potencializa a participação é a capacitação das pessoas, dos líderes comunitários, que os torna mais conscientes dos seus direitos e obrigações e ativos perante o poder público.

“mais uma vez eu repito que as pessoas tomam consciência que o governo, ele só tem o poder que ele tem, quando nós as pessoas gerida por eles não reconhecemos os nossos direito e a nossa força de luta. É necessário que tenha essa força de luta, porque quem coloca é a gente e quem tem o poder de tirar somos nós também.” - Dona Josenete, cooperada, cooperativa Cooper Jardim, 19.04.23

6.6.2 Interação com a comunidade

Existem cooperativas que fomentam iniciativas de cidadania e empoderamento, abrangendo desde a conscientização sobre a coleta e separação de resíduos até programas educacionais envolvendo crianças da comunidade, grupos de mulheres e a igreja.

“nosso objetivo aqui é empoderar eles estudarem e essas meninas mães avançarem pra escola, com os filhos também. São meninas mães a partir de 14 a 29 anos de idade. Então, nós tamos com esse trabalho de amamentação, com essas famílias, com essas crianças – mulher que tá grávida... a gente também traz a prevenção, pra elas não terem o próximos filhos, a gente traz a orientação.” – Ilacir, cooperada, cooperativa Trans-vida, 29.03.2023

As cooperativas igualmente têm um papel de oferecer trabalho nas comunidades e promovem rendimento, muitas vezes a mulheres.

“As cooperativas têm uma importância muito grande quando ela gera trabalho e renda (...) porque como o Jardim Gramático é um território que funcionou como o maior aterro da América Latina durante 33 anos, quando o aterro se encerra fica um quantitativo grande de gente sem emprego. As cooperativa têm essa importância de absorver um pouco dessa mão de obra.” - Dona Josenete, cooperada, cooperativa Cooper Jardim, 19.04.23

Existem, no entanto, alguns desafios relacionados com a interação com a comunidade. Além do “Estado paralelo”, por vezes, pessoas da comunidade roubam recursos nos espaços das cooperativas.

“Essa Rede na época da pandemia, pouco antes da pandemia, a gente tinha feito um projeto e conseguiu computador, impressora, tudo pra eles... a gente queria fazer um projeto de informática pra melhorar essa comunicação – tentar fazer um piloto pra buscar alternativas pra formação deles, né? Um acompanhamento mais de perto, que pudesse ser feito de forma virtual. Antes da pandemia invadiram o galpão e roubaram – roubaram o computador que a gente deu, roubaram tudo. Então assim... é difícil cê pensar nisso... tipo dá tristeza.” – Eliane, extensionista, professora universitária UFRJ, 23.03.2023

Outro fator de conflito relaciona-se com o catadores informais (que não pertencem a nenhuma cooperativa), muitos deles toxicodependentes, que perpetuam ações de coleta sem qualquer consciência da importância de manter o espaço da cidade limpo. Essas ações criam mau estar um pouco por todo o Rio de Janeiro, causam revolta nos cidadãos e alimentam um imagem negativa dos catadores na sociedade.

“Esse problema que ele falou inclusive dos catadores que ele tem lá, né? Que eles jogam todos os lixos. A gente tem também muito ali, porque eles tiram o material que eles precisam, mas eles deixam o lixo todo espalhado. – Daisy, extensionista, mediador comunitário, 20.03.23

6.6.3 Rede / Parcerias

As parcerias mais consolidadas entre cooperativas são as 'redes'. As redes são estabelecidas quando um grupo de cooperativas decide unir esforços para simplificar o processo de documentação. O resultado é que, mesmo quando várias cooperativas estão envolvidas na coleta de material reciclado pelas ruas do Rio de Janeiro, muitas compartilham um único número de CNPJ. Em geral, todas as cooperativas são afiliadas a uma rede. Por exemplo, nas entrevistas conduzidas, observou-se que tanto a cooperativa CoopeVida quanto a Prosperar fazem parte da mesma rede, denominada "Recicla Verde". Essas redes de cooperativas podem compartilhar galpões entre si ou simplesmente operar no mesmo município.

No Jardim Gramacho, muitas das cooperativas, além de pertencerem a uma rede, estão também representadas no “Fórum Comunitário do Jardim Gramacho”, onde existe o GT – Grupo de Trabalho de dedicado às cooperativas de reciclagem. No GT participam o Sidney e a Dona Josenete, a presidente do Fórum Comunitário e da cooperativa da Cooper Jardim.

“A gente debate as nossas demandas dentro desse grupo. Eu entrei pra representar a cooperativa, com o passar do tempo me tornei coordenadora desse GT e depois eu vim a ser presidente dessa instituição aqui” - Dona Josenete, cooperada, cooperativa Cooper Jardim, 19.04.23

Existe também a parceria com a ITCP e com os mediadores comunitários, que são extensionistas dentro da incubadora, mas que vivem no bairro. Essas conexões desempenham um papel fundamental entre a ITCP e as cooperativas, pois constroem elos de reconhecimento. Por vezes, as relações entre a ITCP e as cooperativas podem ser voláteis, pois frequentemente há mudanças significativas entre os membros das próprias cooperativas. Além disso, ao longo do tempo, a equipe da incubadora foi-se reduzindo, o que dificultou a manutenção da comunicação.

“Aí pronto... é uma dificuldade do projeto em si. Você fica trabalhando um tempo, cria uma relação, se depois cê não mantém isso... eu consegui manter lá em Caxias, mas eu não consegui manter com todas as cooperativas – de ir mesmo. Você, às vezes, distancia por causa dessa estrutura que a incubadora não tem... por exemplo, de profissionais aqui... Que a gente vai tentando fazer do jeito que tá.” - Sidney, extensionista, mediador comunitário, 20.03.2023

Existem também, por vezes, parcerias com Organizações Não Governamentais (ONGs). As ONGs, quando fomentam ações de participação com a comunidade, conseguem ter um papel importante no acesso a políticas públicas. Dito isto, existem ONGs, que tal como os falsos representantes, apenas querem receber dinheiro do Estado sem de facto construir algum impacto positivo.

“Temos o apoio da ONG. A ONG viu que nós estávamos – que Santiago, estava... perpetuado. Aí foi, começou a fazer as documentação, mudar tudo... veio fazer, até porque foi aí... teve um asfalto aqui que tacaram fogo, ali na salinha, aí eu tive que fazer mesmo a nova documentação – tirar tudo. E ela ajudou a fazer tudo isso.” - Dona Tininha, cooperada, cooperativa Cootrabom, 21.03.2023

6.6.4 Educação, formação e informação

Como já referido anteriormente, as pessoas carecem de formação. A complexidade da vida das pessoas e a necessidade de ter de satisfazer as necessidades primárias do dia-a-dia, torna o processo de pensar em investir na educação (para usufruto próprio) inviável.

“A diarista, ela sai de casa todo dia para trabalhar e para levar comida pra casa naquele dia. Então ela tem um tempo de vida diário. Não adianta você dizer para ela que você vai pagar ela no final do mês. Ela não pode receber no final do mês. Ela precisa daquele dinheiro para viver ali. Já esse engenheiro, ele tem uma lógica mensal... como é que você faz para garantir a mudança nessas pessoas?” - Eliane, extensionista, professora universitária UFRJ, 23.03.2023

Os cooperados não consideram a formação pessoal algo prioritário. Além disso, a falta de adaptabilidade por parte das políticas públicas às necessidades reais deste tipo de pessoas torna os mecanismos de ensino para jovens e adultos, como o programa EJA pouco práticos. O tipo de ensino do SEJA usa as mesmas práticas de ensino que uma escola para crianças, não está adaptado à realidade do mundo laboral ou às características de quem já trabalha, mas carece educação.

“O problema do EJA, é que ele tem um modelo parecido com o modelo da educação formal para criança. Você precisa de estar preocupada com questões, que ao meu ver... perdem um pouco, se não estão ligadas a essa questão da Geração de Trabalho e Renda. Se a gente conseguisse alinhar o EJA, a um programa de Geração de Trabalho e Renda... Poxa, isso ia dar uma alavancagem enorme nessas pessoas.” - Eliane, extensionista, professora universitária UFRJ, 23.03.2023

Curiosamente, há uma grande preocupação por parte dos cooperados em que os filhos tenham uma boa educação. Existe deste modo a consciência por parte das pessoas que a educação é importante e que apoia na mobilidade social, mas não para próprio usufruto.

“Nós decidimos que a escola tinha que ser num local de mais necessidade do território, porque é lá dentro da comunidade. Porque existe crianças lá dentro da comunidade, que por exemplo, hoje está chovendo... não tem transporte escolar e vem no sol, vem na chuva pra estudar... e aonde foram construir das escolas... sem a opinião da comunidade e aí isso tem uma importância muito grande, porque foi construído num lugar aonde realmente é necessário a existência desse espaço de educação.” – Dona Josenete, cooperada, cooperativa Cooper Jardim, 19.04.23

O papel da ITCP na capacitação e formação de cooperados passa por proporcionar acesso a algumas ferramentas, que mais do educar, informam os cooperados dos seus direitos – dos deveres do poder público, apoio no preenchimento de editais, ajuda a montar uma cooperativa e a compreender os procedimentos necessários para a manter etc. Por assim dizer, fomenta a vontade de um cooperado querer aprender mais e querer empoderar-se.

“A missão da incubadora não é só as cooperativas. É as cooperativas dentro de um recorte de trabalho. Mas com essas pessoas todo esse conhecimento é ampliado pra outros níveis da vida da pessoa. Essa que é a missão. E sempre foi... e aonde nós passamos eu te digo que as pessoas, a maioria das pessoas, quando nós

trabalhamos – as pessoas – estão muito mais empoderadas. Podem até estar escravizadas por uma estrutura, mas mentalmente elas sabem o que é que estão acontecendo.” - Sidney, extensionista, mediador comunitário, 20.03.2023

Existe então uma tentativa, por parte da ITCP, de promover uma visão a longo prazo dos objetivos dos cooperados, de ampliar a escala com que vivem o seu dia-a-dia e o seu trabalho na cooperativa.

6.6.5 Autonomia vs. Dependência

Para concluir, os cooperados ocupam uma condição de vida que os torna-os extremamente vulneráveis a ameaças externas. A formalização das cooperativas dá independência aos cooperados para poder concorrer a editais e dá-lhes, em parte, algum poder e proteção institucional, mas mesmo isso é bastante pouco visto, estarem dependente da vontade política e poder público.

A falta de capacidade de gestão torna-os dependentes das várias instituições ao longo da análise referida, incluso a ITCP.

“Então, o nível de empoderamento dessas pessoas — o nível de posicionamento delas — sabe? — com relação ao mundo, aos... aos demais seres humanos é impressionante. Olha, no último seminário que a gente fez... a gente discutindo ainda a pandemia porque foi logo que a universidade começou a retornar. Se você visse os depoimentos das pessoas aqui, do quanto aqueles catadores são necessitados, numa situação tão vulnerável, o quanto eles tinham contribuído pra melhorar a qualidade de vida de outros que estavam piores do que eles...” - Eliane, extensionista, professora universitária UFRJ, 23.03.2023

Acima de tudo, a percepção com que se fica é que as cooperativas de catadores apoiam a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos que a elas pertencem, apoiam as comunidades onde se inserem e a própria melhoria do ambiente do Estado do Rio de Janeiro. O seu grande desafio é que, apesar de todo o trabalho que realizam, permanecem invisíveis aos olhos dos demais. São um conjunto de pessoas estigmatizadas que permanecem à margem da sociedade, não por falta de contributo, mas por alimentarem o circuito vicioso que constrói sociedades estratificadas e desiguais.

Capítulo 7. Análise SWOT

Apresenta-se neste capítulo os resultados da análise realizada através da sobreposição de categorias que organizaram as narrativas de entrevista por segmentos de análise SWOT (Lima, 2015) e os resultados de inquéritos, construídos segundo a mesma lógica, aplicados a extensionistas.

7.1 Forças (Strenght)

Subcategorias: Participação – Outputs – Esfera de interesse

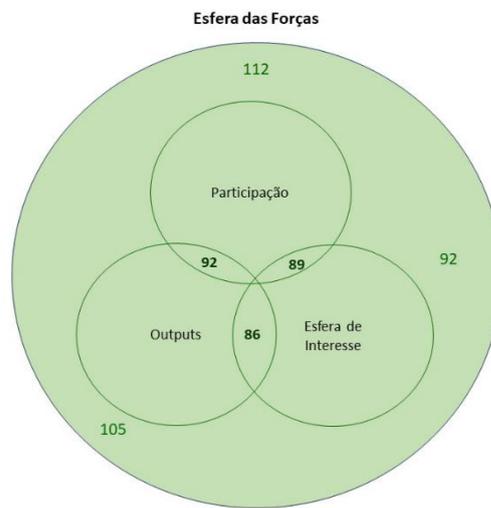


Figura 7.1 Esfera de Forças, análise SWOT. Fonte: autor

Durante a análise das entrevistas, as categorias “participação” dos cooperados (112 sobreposições), “outputs” da ITCP (105 sobreposições) e “esfera de interesse” da ITCP (92 sobreposições) foram os tópicos mais referidos para descrever as forças do projeto de extensão. Estes tópicos são, não apenas os mais referidos, como ainda aqueles que mais aparecem interligados em termos de forças. Os resultados (outputs) produzidos através das ações da ITCP, impactam nas condições de acesso e participação dos cooperados não apenas na esfera laboral, mas também política e social, materializada, desde logo na constituição de cooperativas e, neste sentido, produzem efeitos de melhoria da qualidade de vida dos catadores, simultaneamente, a nível social, económico, ambiental e político (o que corresponde à esfera de interesse da ITCP).

Nos inquéritos realizados aos extensionistas, quando convidados a refletir sobre as forças do projeto, os quatro tópicos mais abordados foram: 1. geração de trabalho e rendimento (mencionado por oito dos dezasseis inquiridos); 2. trabalho de incubação/ apoio à gestão de negócios (mencionada por

sete dos dezasseis inquiridos); 3. ações de cidadania (mencionado por seis dos dezasseis inquiridos); e 4. Trabalho com os estudantes (mencionado por 4 dos dezasseis inquiridos).

Estes resultados confirmam que as forças internas da ITCP são, igualmente, a capacitação dos cooperados na sua autorreferenciação enquanto sujeitos, cidadãos e trabalhadores. O seguinte trecho é ilustrativo:

“É porque aliás, nós não entendia de catar material, de separar, essas coisas de burocrático, a gente não sabia nada. Nós entramos aqui sem saber nada, então essa ajuda que nós tivemos da incubadora foi fundamental pra gente: canetinha pra anotar tudo – anotar, pesagem, preço dos materiais... aí vão controlar essa nossa produção. Catar? Catava lento, tinha um ferro velho... aqui separava, vinha aqui e vendia... a gente não tinha noção assim de quanto custava 1Kg de PET fora, só que no ferro velho - e eles punham preço que quisessem. A gente não sabia. Sabia só catar.” – Dona Márcia, cooperada, cooperativa Cootraser, 18.04.2023

7.2 Fraquezas (Weaknesses)

Subcategorias: Recursos – Desenvolvimento Sustentável económico – Contexto Organizacional

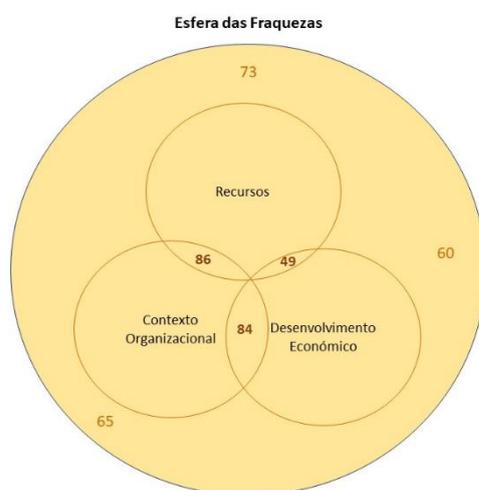


Figura 7.2 Esfera de Fraquezas, análise SWOT. Fonte: autor

Relativamente às fraquezas do projeto de extensão, as categorias “desenvolvimento económico” (60 sobreposições), “contexto organizacional” (65 sobreposições) e “recursos” da ITCP (73 sobreposições) foram os tópicos mais pronunciados (figura 7.2). Estes resultados sugerem a necessidade de haver uma mudança de paradigma relativamente quanto aos mecanismos que permitiriam assegurar a sustentabilidade financeira de empreendimentos solidários. O compromisso do programa é comprometido quando o próprio investimento por parte das instituições (quer da Universidade, quer dos fóruns de economia solidária) são bastante limitados. A incerteza que caracteriza os recursos

materiais e humanos afetos à ITCP é apenas um reflexo da falta de responsabilização por partes dessas mesmas entidades em assumir que os projetos de capacitação que promovem não estão a atingir os resultados prometidos: de melhoria da qualidade de vida e mobilidade social. A ideia, muito presente nos fóruns de economia solidária, de que a “boa vontade” e “solidariedade mútua” poderão ser uma solução alternativa ao capitalismo, impede o reconhecimento dos desafios estruturais ligados à incerteza financeira que caracteriza boa parte dos empreendimentos solidários – incluindo as cooperativas – contribuindo para manter o status quo e as desigualdades sociais.

“Eu não sei daqui pra frente como vai ser. Acho que a introdução do conceito de *popular* à incubadora, de que precisa ter financiamento nas universidades... isso aí eu acho que hoje é fato. Agora, se o objetivo disso é torná-lo cidadão ou um pobrezinho feliz é a discussão que ainda tá em construção, e o dominante é tornar um pobre feliz, alternativo, né? Pessoal não sabe nem o a origem da palavra alternativa, né? Alternativo quer dizer alter = outro + nativo = nascimento, é um outro nascimento. Alternativo é o renascer, não estar na condição que está.” – Gonçalo, extensionista, professor universitário UFRJ, 28.03.2023

Os resultados dos inquéritos reforçam que a falta de financiamento é o maior desafio ao projeto de extensão (sete dos dezasseis inquiridos abordaram este desafio) e a falta de recursos humanos (seis dos dezasseis inquiridos abordaram este desafio). Há ainda comentários quanto à dificuldade em transferir conhecimento para o público-alvo (três dos dezasseis inquiridos abordaram este desafio) e ainda a nível da disseminação dos projetos (dois de dezasseis inquiridos abordaram este desafio). Relativamente à falta de financiamento, é assinalado que por não haver dinheiro para continuar os projetos, muitas das atividades iniciadas não são concluídas, os limites temporais dos projetos impactam nos resultados a longo-prazo da capacitação e na própria sustentabilidade a médio prazo das cooperativas. Quanto ao tópico “recursos humanos”, os maiores desafios relacionam-se com a incerteza do financiamento resultante da atribuição de bolsas de estudo e ainda com a rotatividade de comprometimento de quem está a apoiar os projetos.

“A sustentabilidade Econômica da Instituição é o principal desafio. Muitos projetos e ações começam e não são concluídos, de uma maneira mais satisfatória por conta de fim de prazos que são curtos e, daí fica inviável economicamente se continuar.” – Inquirido, educador em projeto de formação com catadores, 10.07.2023

“(…) Tudo sou eu! Se eu não fizer a gente não participa. É impossível! Eu no final do ano estava tão cansada, que saiu o edital de iniciação científica e eu não concorri...! Eu falei: ‘eu não quero, eu não vou pegar outro bolsista, eu não estou dando conta de mim e do que eu já faço... ainda vou pegar bolsistas na iniciação científica?’. Não quero mais!” – Eliane, extensionista, professora universitária UFRJ, 23.03.2023

7.3 Oportunidades (Opportunities)

Subcategorias: Contexto político – representatividade/reconhecimento – Desenvolvimento Sustentável social

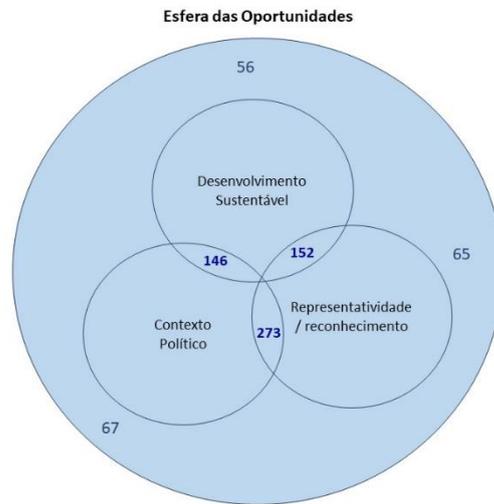


Figura 2.3 Esfera de Oportunidades, análise SWOT. Fonte: autor

Dentro da análise SWOT a categoria “oportunidades” foi a menos levantada. De alguma forma, as temáticas emergentes nesta dimensão sobrepõem-se, como veremos, à análise das ameaças. Mas aqui são enunciadas, não como aspetos já existentes, mas como perspectivas de “desejos para o futuro”. No contexto da dimensão oportunidades, a narrativa alude à possibilidade de que 1) caso os projetos de extensão venham a ser mais visíveis na sociedade, as cooperativas poderão ser mais bem recebidas; 2) caso o governo atual, na medida em que é sensível às causas sociais, venha a dedicar maior investimento a estas iniciativas, haverá mais apoio para os empreendimentos solidários; 3) se a ITCP conseguir formar mais parcerias, terá mais apoio financeiro... e assim sucessivamente. Ou seja, de facto, não surgiram muitas situações concretas que pudessem ser formuladas enquanto oportunidades para a continuidade da ITCP e dos seus projetos. Nos inquéritos, os tópicos mais abordados foram a necessidade de investimento financeiro por parte do governo (oito de dezasseis pessoas mencionaram este aspeto), a possível construção de parcerias com iniciativas privadas (cinco de dezasseis pessoas mencionaram este aspeto) e maior projeção e divulgação dos projetos (três pessoas mencionaram este aspeto).

Não obstante, nas entrevistas surge como catalisador de novas oportunidades a busca auto-organizada e em autogestão por parte dos cooperados no acesso a direitos e a ser reconhecidos como sujeitos coletivos pelo poder público. Essa militância, já protagonizada por um nicho de pessoas, tem tido um impacto direto no desenvolvimento social ao nível do indivíduo e da comunidade. As

entrevistas onde esse potencial mais se apresenta referem-se aos aspetos desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho do Jardim Gramacho e a autogestão dos seus membros para reivindicarem os seus direitos enquanto cidadãos e comunidade. A Dona Josenete, presidente do Fórum Comunitário do Jardim Gramacho, torna-se aqui uma *persona* dessa luta e dessa oportunidade. Não só procura respostas para a sua mobilidade pessoal (para se formar e informar), como também luta pelo acesso a serviços básicos dentro da comunidade (como o transporte e o ensino) e propaga a mensagem aos demais.

“Nós somos os responsáveis pelas lutas de busca de direitos (...) e aí quando a gente faz um quantitativo de crianças daqui a gente tem o “GT Educação” que a coordenadora é uma professora e pedagoga – ela vai nas escola, faz o levantamento, vê o déficit de vagas e a gente leva isso nas secretarias e cobra através de ofício, através de reuniões com os secretários, através de conselhos e a gente consegue provar. Aí esse é um processo construtivo que a gente faz com que o governo faça o seu trabalho. Isso é uma luta de todos os militantes do Brasil, né? (...) é importante, mais uma vez e repito, que as pessoas tomam consciência que o governo, ele só tem o poder que ele tem, quando nós as pessoas gerida por eles não reconhecemos os nossos direito e a nossa força de luta. É necessário que tenha essa força de luta, porque quem coloca é a gente e quem tem o poder de tirar somos nós também” – Dona Josenete, cooperada, cooperativa Cooper Jardim, 19.04.23

7.4 Ameaças (Threats)

Subcategorias: Contexto político – representatividade/ reconhecimento – Participação

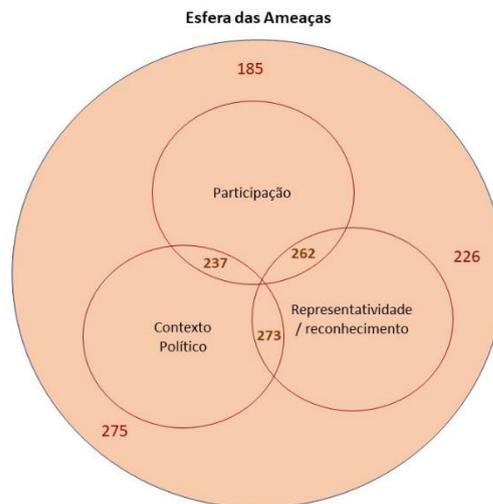


Figura 7.4 Esfera de Ameaças, análise SWOT. Fonte: autor

Por fim, a categoria predominante da análise SWOT relaciona-se com as ameaças encontradas, em particular, na triangulação “contexto político” (275), “representatividade/reconhecimento” (226) e

“participação” (185). Esta conjunção de fatores reforça que a ideia de que as políticas públicas não estão realmente adaptadas para atingir as pessoas certas e acabam por prejudicar a participação de quem supostamente estão a proteger. Como já analisado anteriormente, esta conjunção de fatores combina assim variados aspetos: desde os interesses políticos por parte das instituições públicas como a Comlurb, para manter a informalidade no sistema de catação; à falta de seleção de representantes das cooperativas; à participação ilegal de empresas no circuito da catação de material reciclado; à falta de fiscalização da implementação da lei; aos elevados custos que as cooperativas são obrigadas por lei para se manterem legais. Todos estes fatores formam a base dos problemas estruturais que impedem a real transformação social deste público-alvo.

“Existem lixões, além de Seropédica, que não existe um catador – não existe um catador. Tudo que vai pra lá é enterrado. Na verdade, materiais recicláveis está sendo enterrado. Aí eles compensam com outra forma... eh dão carro, eh dá uma ajudazinha de custo... mas não deixa catar no lixão, que nem no Jardim Gramado.” – Márcio, extensionista, mediador comunitário, 20.03.23

“Então ali naquela rua da Rede, se você continuar até o final é o lixão. Ao redor do lixão tem galpões enormes – enormes, que são de empresas que se colocam ali pra ser intermediário daquilo que os catadores catam, entendeu? Então elas compram as coisas, os resíduos que eles separam (um valor muito baixo), juntam pra fazer grandes quantidades, fardos e tudo mais... e vendem pra indústria, ganhando muito mais.” – Eliane, extensionista, professora universitária UFRJ, 23.03.2023

Os resultados obtidos através dos inquéritos acrescentam aspetos como o acesso ao local dos empreendimentos, que muitas vezes estão localizados em áreas com altos índices de violência (três de dezasseis extensionistas abordaram este aspeto), a dependência financeira tanto da ITCP como das cooperativas perante o Estado (cinco de dezasseis extensionistas abordaram este aspeto) e como consequência da falta de recursos, o distanciamento da ITCP em relação aos empreendimentos que a própria incubou (três de dezasseis extensionistas abordaram este aspeto).

Conclusão

O objetivo proposto nesta pesquisa teve como base compreender o contributo das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, enquanto extensão universitária, para a capacitação e transformação social. Para tal, realizou-se uma avaliação ex-post do projeto de extensão universitária ITCP, concebido com o objetivo de capacitação e transformação social (Guimarães, 2002, pp.9-10).

A análise realizada demonstra que, apesar da complexidade dos desafios presentes na incubação de empreendimentos solidários, a ITCP desempenha um papel importante a nível social, económico, ambiental e político na vida das pessoas cooperadas. Reflete-se que as ações de extensão cumprem a função de capacitar a transformação social, pois promovem a interação entre a universidade e grupos de pessoas vulneráveis (Forproex, 2012; Gadotti, 2017; Deus, 2020).

Os testemunhos de extensionistas, salientam orientações de atuação movidas pela procura de melhoria do bem-estar nos territórios, num contexto em que se assumem, fundamentalmente, no papel de facilitadores na operacionalização de apoios e oportunidades enquadradas a nível institucional nas políticas públicas (Mauritti et al., 2022, p. 18). Para estes extensionistas, a incubadora é, sobretudo, uma ferramenta de conhecimento e de apoio técnico para a formalização de coletivos populares em organizações cooperativas. Nas ações que promovem, procuram contribuir para que populações – sobretudo mulheres – até então “invisíveis”, esquecidas pelas instâncias públicas, fiquem mais bem capacitadas para colonizar, senão o futuro, pelo menos, um quotidiano pautado por grande incerteza material e relacional, e com isso possam ter melhor qualidade de vida (ver anexo C).

Através da análise dos testemunhos dos cooperados – seja por entrevista, seja nos resultados dos inquéritos por questionário –, podemos concluir que a organização cooperativa funciona como um centro de trabalho e de produção de rendimentos (Singer e de Souza, 2003). Mas nas experiências destas pessoas, estes aspetos são percecionados, no essencial, não como um fim em si mesmo, mas como um contexto de vida comunitária que lhes permite dar uma melhor resposta a desafios da vida pessoal e familiar (Laville e Gaiger, 2009) – em particular, assegurar a educação dos filhos, fazer parte de um coletivo e obter apoio emocional e, de forma mais geral, ter acesso a direitos (ver anexo D).

Assim, os resultados da pesquisa realizada demonstram que, apesar das desigualdades se perpetuarem, a organização cooperativa enquadrada pela ITCP permite a criação de um processo de mudança que oferece às pessoas visadas um lugar de pertença e uma identidade coletiva (Costa et al., 2015). Evidencia-se, igualmente, que os projetos da ITCP têm um impacto significativo ao nível dos recursos categoriais (por exemplo o reconhecimento do trabalho e papel das mulheres) e distributivos (acesso a apoios financeiros e rendimentos; melhoria das condições de educação dos filhos) (Stiglitz et

al., 2018). Com efeito, a organização cooperativa abre caminho para o reconhecimento das lideranças femininas, o que resulta em melhoria na qualidade de vida da comunidade como um todo. As mulheres catadoras, por estarem próximas da comunidade, tornam-se facilmente líderes comunitárias e promotoras de novas possibilidades de melhoria das condições de vida de outras mulheres, entre as quais a maioria tem sob sua responsabilidade crianças. É ainda possível estabelecer uma ligação no reconhecimento por parte dos cooperados do apoio da incubadora e da Universidade, para a construção de soluções que procuram ultrapassar barreiras administrativas e de acesso a apoios financeiros que, frequentemente, afetam esta atividade (Guimarães e Pereira, 2018).

Identificaram-se, também, aspetos estruturais que impedem a mobilidade social e a melhoria da qualidade de vida dos catadores, começando pelo facto de as políticas públicas não estarem realmente adaptadas para atingir o público-alvo. Parte do sistema persiste, exatamente, por ser muito difícil para as cooperativas cumprirem os deveres legais instituídos na Política Nacional de Cooperativismo Brasileira, que não só dissemina barreiras à legalização das cooperativas a nível dos custos financeiros e de recursos, como constrói um sistema compensatório para falsos representantes e presidentes de cooperativas perpetuadores do cargo. Adicionam-se a estes fatores interesses políticos que procuram favorecer a informalidade no sistema de catação, apoiando a participação ilegal de empresas no circuito da catação de material reciclado.

Em termos de perspetivas para o futuro, os desafios de sustentabilidade financeira e de recursos humanos que o projeto de extensão ITCP enfrenta, recentemente agravados com a crise COVID19 e ainda pela saída por reforma do seu principal promotor, não foram superados e, sem uma solução a longo prazo, não existem oportunidades para a sua continuidade. O facto de esta componente da missão da ação universitária não ter recursos humanos e dotações financeiras específicas, estando dependente de projetos e de parcerias e do protagonismo e voluntariedade dos que aderem ao programa, justifica em boa medida a sua implosão.

Dentro dos próprios empreendimentos tornou-se nítido que não há, por parte das instituições que deveriam promover iniciativas de economia solidária, um compromisso económico, social e político para de facto construir projetos financeiramente sustentáveis, que melhorem a qualidade de vida dos cooperados e promovam a transformação social. Uma mudança de paradigma relativamente ao financiamento dos empreendimentos é necessária para que se consiga atingir uma escala de trabalho capaz de competir com o mercado. A negação dos desafios que as cooperativas enfrentam leva a que os problemas estruturais que geram desigualdades se mantenham. Em vez de se construir um debate em torno da promoção da mobilidade social, discute-se a busca pela felicidade limitada a um contexto de pobreza existente.

Referências Bibliográficas

Adams, T. (2010). Educação e economia popular solidária: mediações pedagógicas do trabalho associado. Aparecida, SP: Ideias & Letras.

Alcântara, F. H. C. (2014). Políticas públicas municipais e economia solidária. *Interações (Campo Grande)*, 15, 135-145.

Aliança Cooperativa Internacional (ACI). (2016). O que é uma cooperativa? <https://www.ica.coop/en/cooperatives/what-is-a-cooperative> (outubro 2023)

Alvaredo, F., Chancel, L., Piketty, T., Saez, E., & Zucman, G. (2018). World Inequality Report 2018. WID.WORLD.

Arcanjo, M.A., & Oliveira, A.L. (2017). A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária: avanços e retrocessos.

Associação Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis (ANCAT). (n/a). ANCAT. ANCAT. <https://ancat.org.br/> (outubro, 2023)

Barreto, V. (1998). Paulo Freire para educadores. *Arte & Ciência*

Barros, J. D. A. (2011). Os falanstérios e a crítica da sociedade industrial: revisitando Charles Fourier. *Mediações - Revista De Ciências Sociais*, 16(1), 239–255. <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2011V16N1P239>

Bastos, V. P., & Magalhães, A. O. (2016). Lixão de Gramacho: Impactos do encerramento para os catadores. *Temporalis*, 16(31), 379-398.

Beaud, S. & Weber, F. (2007). “Observar” in Guia para pesquisa de campo. Produzir e analisar dados etnográficos, Rio de Janeiro: vozes, p. 95-112

Beck, U. (1992). *Risk Society: Towards a New Modernity*. Sage Publications.

Belcher, B., Claus, R., Davel, R., Jones, S., & Ramirez, L. (2019). Theory of Change: A Practical Tool for Planning and Evaluating Change Oriented Research. <https://researcheffectiveness.ca/wp-content/uploads/sites/7/2019/08/Theoryof-Change-Toolkit.pdf>

Belcher, B. M., Davel, R., & Claus, R. (2020). A refined method for theory-based evaluation of the societal impacts of research. *MethodsX*, 7, 100788.

Bergonzi, S. S. S., & Stoltz, T. (2014). Economia Social ou Economia Solidária? Sobre os Fundamentos do Movimento Cooperativo Popular no Brasil. *Cadernos Gestão Social*, 5(2), 356.

Bourdieu, P. (1979). *La Distinction: Critique Sociale du Jugement*. Paris: Les Éditions de Minuit

Bouvier, M., & Dias, S. (2021). Catadores de materiais recicláveis no Brasil: um perfil estatístico. *WIEGO Statistical Brief*, (29).

Brandão, C. R. (1986). *Educação Popular*. Instituto Paulo Freire.

Brasil. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 70 de 29 de março de 2012. Senado Federal. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/legislacao/constituicao-federal#/> (julho 2023)

Bryman, A. (2006). Integrating quantitative and qualitative research: how is it done?, *Qualitative Research*, 6 (1), 97-113.

Burgess, R. G. (1997). “Registrar e analisar informação de campo” in *A pesquisa de terreno. Uma introdução*. Oeiras: Celta Editora, p. 181-201

Cahill, H. (2018). Evaluation and the Theory of Change. In K. Freebody, M. Balfour, M. Finneran, & M. Anderson (Eds.), *Applied Theatre: Understanding Change. Landscapes: the Arts, Aesthetics, and Education*, vol 22 (pp. 173- 186). Berlim: Springer.

Cahn, R., & Cahn, P. (1990). Did Earth Day: Change the World?. *Environment: Science and Policy for Sustainable Development*, 32(7), 16-43.

Calado, A., Capucha, A. R., Alves, E., Gonçalves, E., Henriques, J., Nunes, N., & Estevão, P. (2023). *Modelo de Avaliação de Políticas Públicas – MAPP-CIES. Relatório Final*. [Científico]. Programa Operacional Assistência Técnica. Iscte, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES).

Campos, J. L. M. & ÁVILA, R. C. (2012). *The Social Economy in the European Union, Belgique: European Union*

Castles, S. (2001). Studying social transformation. *International Political Science Review*, 22(1), 13–32. <https://doi.org/10.1177/0192512101221002>

Castells, M. (2002). *A Sociedade em Rede*. In *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura* (Vol. I). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Camillus, J. C. (2008). Strategy as a wicked problem. *Harvard Business Review*. <https://hbr.org/2008/05/strategy-as-a-wicked-problem>

Cardoso, G., Costa, A. F. D., Conceição, C. P., & Gomes, M. C. (2005). *A Sociedade em Rede em Portugal*. Lisboa: Campo das Letras.

Chancel, L., & Piketty, T. (2021). Global income inequality, 1820–2020: the persistence and mutation of extreme inequality. *Journal of the European Economic Association*, 19(6), 3025-3062.

Coomer, J. C. (1981). Introduction: The Nature of the Quest for a Sustainable Society. In *Quest for a Sustainable Society* (pp. 1-9). Oxford: Pergamon.

Coop. (2015). Statement of Unity of the Alliance's Principles Committee - Charlie Hebdo. <https://www.ica.coop/en/media/news/statement-unityalliances-principles-committee-charlie-hebdo> (janeiro 2022)

Conselho Nacional de Educação. (2018). Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Ministério da Educação. https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf

Cordeiro, G. Í. (2003). A antropologia urbana entre a tradição e a prática. G, Cordeiro, L, Baptista e AF da Costa, *Etnografias Urbanas*, Oeiras: Celta Editora, 3-31

Costa, A. F. (1986). A pesquisa de terreno em sociologia. In Silva, A. S., & Pinto, J. M. (Eds.), *Metodologia das Ciências Sociais* (pp. 129-148). Porto: Afrontamento.

Costa, A. F. D. (2002). Identidades culturais urbanas em época de globalização. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17(48), 15-30.

Costa, A. F. D. (2012). Desigualdades globais. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 68, 9-32.

Costa, A. F., Mauritti, R., Martins, S. C., Nunes, N., & Romão, A.L. (2015). A constituição de um espaço europeu de desigualdades. *Observatório das Desigualdades e-Working Papers*, Nº1/2015. ISCTE-IUL, CIES-IUL. ISSN2183-4199. doi:10.15847/CIESODWP012015. <http://wp.me/P4h6tu-p3>

Costa, A. F. & Mauritti, R. (2018). Classes sociais e interseções de desigualdades: Portugal e a Europa. In: Carmo, R. M., Sebastião, J., Martins, S. C., Azevedo, J. & Costa, A. F. (Orgs.). *Desigualdades Sociais (Parte II: Recursos e Categorias, Mundos Sociais)*, 79-99.

Creswell, J. (2014). *Research Design. Qualitative, Quantitative and Mixed Methods Approaches*, London, Sage.

Cruickshank K, Chen H, Warren S (2012). Increasing international and domestic student interaction through group work: A case study from the humanities. *Higher Education Research and Development* 31(6): 797–810

Cruz, P., Rodrigues, A., Pereira, E., Araújo, R. & Alencar, I. C. (2018). *Vivências de extensão em educação popular no Brasil*. João Pessoa: Editora do CCTA.

Cunha, G. & Santos, A. (2011). “Economia solidária e pesquisa em ciência sociais: Desafios epistemológicos e metodológicos”, in Pedro Hespanha; Aline Mendonça dos Santos (orgs.), *Economia Solidária: questões teóricas e epistemológicas*. Coimbra: Almedina, 15-56

Defourny, J. (2000). “Resocialiser l'économie?”, *Revue internationale de l'économie sociale*, vol. 275, pp. 184-192

Deus, S. (2020). *Extensão universitária: trajetórias e desafios*.

Dias, S. (2010). *Overview of the legal framework for social inclusion in solid waste management in Brazil*. Cambridge, USA: WIEGO.

DN - Diário de Notícias / Lusa. (2023, setembro 18). Guterres pede plano de resgate global. <https://www.dn.pt/internacional/guterres-pede-plano-de-resgate-global-17044087.html> (setembro, 2023)

Dorling, D. (2017). *The Equality Effect: improving life for everyone*. Oxford: New Internationalist Publications.

Du Pisani, J. A. (2006). Sustainable development—historical roots of the concept. *Environmental sciences*, 3(2), 83-96.

eCycle. (2021). Anuário da reciclagem 2021 retrata a realidade dos catadores de materiais recicláveis e de suas organizações no Brasil. <https://www.ecycle.com.br/anuario-da-reciclagem-2021-retrata-a-realidade-dos-catadores-de-materiais-reciclaveis-e-de-suas-organizacaoes-no-brasil/> (outubro 2023)

Emas, R. (2015). The concept of sustainable development: definition and defining principles. Brief for GSDR. Retrieved from https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5839GSDR%202015_SD_concept_definito_n_rev.pdf

Forproex, Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. (1994). VIII Encontro de Pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras. Vitória - ES. Disponível em: <http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1994-VIII-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf> (julho 2023)

Forproex, Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu/MEC. (2001). *Plano Nacional de Extensão Universitária, Edição Atualizada*. Brasil

Forproex, Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. (2012). *Política Nacional de Extensão Universitária*. Manaus: 2012. Disponível em: <http://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf> (julho 2023)

França Filho, G. C. D. (2002). *Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais*.

Freire, P. (1983). *Extensão ou comunicação?*. Editora: Paz e Terra, 8.ed

Freiberger, R. M. A. S. (2021). Integrar para não entregar”: a atuação das juventudes no Projeto Rondon (1967-1969). XXIX Simpósio Nacional de História, Contra os preconceitos: História e Democracia, https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548953097_e1081fcbcd124df211151c5206bd0748.pdf

Gadotti, M. (2017). *Extensão universitária: para quê*. Instituto Paulo Freire, volume15, pp. 1-18.

Gaiger, L. I. (2009). “Antecedentes e expressões atuais da economia solidária”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, vol. LXXXIV, pp. 81-99

Giddens, A. (1994, 1997). *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras: Celta Editora

Giddens, A. (1998). *As Consequências da Modernidade*. Oeiras: Celta Editora.

Gohn, M. G. (1997). *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*, São Paulo: Loyola

Goldman, L. (1995). *University Reform and National Culture: The Origins of Oxford University Extension*. Em L. Goldman (Ed.), *Dons and Workers: Oxford and Adult Education since 1850* (p. 0). Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780198205753.003.0002>

Gomez, S. D. R. M. , Dalla Corte, M. G. & Rosso, G. P.(2018).A Reforma de Córdoba e a educação superior: institucionalização da extensão universitária no Brasil. *Revista internacional de educação superior*, 5, e019020-e019020.

Gonzales, M. C., Jain-Chandra, M. S., Kochhar, M. K., Newiak, M. M. & Zeinullayev, M. T. (2015). *Catalyst for change: empowering women and tackling income inequality*. International Monetary Fund.

Gore, A. (2006). *An Inconvenient Truth, The Crisis of Global Warming*. Penguin Putnam Inc.

Guimarães, G. (2002). Sensibilidade e vontade política. in Guimarães, Gonçalo (Ed.), *Ossos do ofício: cooperativas populares em cena aberta* (pp.9-10). Rio de janeiro: ITCP/COPPE/UFRJ

Guimarães, G., & Pereira, E. R. (2018) *Inovação Social nos Processos de Gestão de Incubadoras e Empreendimentos Populares de Economia Solidária*, 187.

Guimarães, G., & Pereira, E. R. (2020). *Manual de Implantação do Modelo CERNE em Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares* (Faperj nº 290.099/2018, Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e a Iclusão Social no Estado do Rio de Janeiro). Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Handl, G. (2012). Declaration of the United Nations conference on the human environment (Stockholm Declaration), 1972 and the Rio Declaration on Environment and Development, 1992. United Nations Audiovisual Library of International Law, 11(6).

Hanson, L. L. (2019). Wicked Problems and Sustainable Development. In W. Leal Filho (Ed.), *Encyclopedia of Sustainability in Higher Education* (pp. 1-5). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-319-63951-2_522-1

Hardoon, D., Fuentes-Nieva, R., & Ayele, S. (2016). *An Economy For the 1%: How privilege and power in the economy drive extreme inequality and how this can be stopped*. Oxfam International.

Hickel, J. (2015, Setembro 23). Five reasons to think twice about the UN's Sustainable Development Goals [Blog post]. Africa at LSE. <https://blogs.lse.ac.uk/africaatlse/2015/09/23/five-reasons-to-think-twice-about-the-uns-sustainable-development-goals/> (Março 2023)

Hollander, S., & Heinemans, P. (2013, setembro 27). An unfinished symphony [Blog post]. The Broker. <https://www.thebrokeronline.eu/an-unfinished-symphony-d13/> (outubro 2023)

Hosseini, C.S., & Pearson, M. (2023). Black Feminists in the Third Sector: Here Is Why We Choose to use the term Solidarity Economy. *The Review of Black Political Economy*, 50, 222 - 248.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2021). IBGE divulga o rendimento domiciliar per capita 2020. https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Renda_domiciliar_per_capita/Renda_domiciliar_per_capita_2020.pdf

ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa. (n/a). Mestrado em Estudos de Desenvolvimento. <https://www.iscte-iul.pt/curso/86/mestrado-estudos-de-desenvolvimento> (outubro, 2023)

Jorge, M. A. P. (2008). Sustentabilidade e desenvolvimento local: estudo de projeto na formação da ecovila viver simples em Itamonte – MG. [Dissertação de Mestrado, Fundação Getúlio Vargas], Rio de Janeiro.

Kenny, M. (1994). Ecologism. In R. Eccleshall (Ed.), *Political ideologies: an introduction* (2nd ed., pp. 218–251). London: Routledge.

Keynes, J. M. (1983). *Teoria geral do Emprego, do juro e da moeda*. 2ª edição. São Paulo: Abril Cultural.

Laraia, R.B. (2002). *Cultura – um conceito antropológico* (15th ed.). Jorge Zahar.

Laville, J-L. (2009). “A economia solidária: um movimento internacional”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, vol. XLIV, pp. 7-47.

Laville, J-L. & Gaiger L. I. (2009). Economia Solidária. In Cattani, A. D., Laville, J. L., Inácio Gaiger, L., & Hespanha, P. (Eds). *Dicionário internacional da outra economia* (pp.162-168)

Lechat, N. M. P. (2002). As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. *Economia Solidária Volume*, 4.

Lee, K., Holland, A., & McNeill, D. (2021). *Global sustainable development in the twenty-first century*. Edinburgh University Press.

Lechat, N. M. P. (2002). As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. *Economia Solidária Volume*, 4.

Lima, A. B. de. (2015). Análise SWOT: um planejamento estratégico para criar estratégias eficazes para a empresa. Repositório UFPE. <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/36029/1/LIMA%2C%20Allan%20Barboza%20de.pdf>

Lewis, M., & Swinney, D. (2007). Social economy? Solidarity economy?: Exploring the implications of conceptual nuance for acting in a volatile world (p. 13). Canadian Centre for Community Renewal (CCCR).

Lofland, J., & Lofland, L. H. (1995). "Starting Where you Are". In *Analyzing social setting* (pp.11-15).

Maia, J. A. F. (2008). Metodologia para avaliação ex ante e ex post da relevância social de políticas públicas. *Sitientibus*, (38), 9-24.

Magalhães, A. de O. (2016). Estudo dos impactos socioeconômicos e ambientais na vida dos catadores de materiais recicláveis pós-encerramento do lixão de gramacho (Dissertação de Mestrado)1. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. [27776.PDF \(puc-rio.br\)](#)

Magnani, J. G. C. (2002). De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista brasileira de ciências sociais*, 17, 11-29.

Malassise, R. L. S., & Alves, R. (2011). Princípios Cooperativistas: Uma reflexão sobre oportunidades e desafios no contexto da economia solidária. XXVI Semana do Economista. Maringá/PR.

Marconi, M. A. & Lakatos, E. (2002). *Técnicas de Pesquisa*. 5.ed., São Paulo.

Markham, A. (1994). *A Brief History of Pollution*. London: Earthscan.

Martins, S. C., Mauritti, R., Nunes, N., Costa, A. F., e Romão, A. L. (2016). A educação ainda é importante para a mobilidade social? Uma perspectiva das desigualdades educacionais da Europa do Sul no contexto europeu. *Revista Portuguesa de Educação*, 29(2), 261-285.

Mason, M. (1997). A look behind trend data in industrialization: The role of transnational corporations and environmental impacts. *Global Environmental Change*, 7(2), 113–127. [https://doi.org/10.1016/S0959-3780\(96\)00038-6](https://doi.org/10.1016/S0959-3780(96)00038-6)

Mauritti, R., Craveiro, D., Cabrita, L., do Carmo Botelho, M., Nunes, N., & da Silva, S. F. (2018). Territórios de Bem-Estar: Assimetrias nos municípios portugueses. *Planning*, 21(2), 149-166.

Mauritti, R., Craveiro, D., Cabrita, L., & do Carmo, M. (2022). Territórios de Bem-Estar: Assimetrias nos municípios portugueses. *Fundação Francisco Manuel dos Santos*.

Mazzucato, M. (2021). *Mission Economy*. HarperCollins Publishers.

Meadows, D. H., Meadows, D. L., Randers, J., & Behrens, W. W. (1972). *The limits to growth*. Routledge.

de Melo Neto, J. F. (2002). *Extensão universitária: diálogos populares*. Editora Universitária.

Milanovic, B. (2016). *Global Inequality: A New Approach for the Age of Globalization*. Harvard University Press.

Milanovic, B. (2021, December 10). Can Xi Jinping defeat three stubborn modern inequalities? [Blog post]. Social Europe. <https://www.socialeurope.eu/can-xi-jinping-defeat-three-stubborn-modern-inequalities> (outubro 2023)

Ministério do Trabalho e Emprego (2002). *Classificação Brasileira de Ocupações - CBO. Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis*. <https://www.mncr.org.br/biblioteca/legislacao/classificacao-brasileira-de-ocupacoes-cbo>

Mitcham, C. (1995). The concept of sustainable development: its origins and ambivalence. *Technol Soc*, 17(4), 311–326.

Morgan, D. L. (2013). *Integrating qualitative and quantitative methods: A pragmatic approach*. Sage publications.

Namorado, R. (2009). Cooperativismo. In Cattani, A. D., Laville, J. L., Inácio Gaiger, L., & Hespanha, P. (Eds). *Dicionário internacional da outra economia* (pp.96-102)

Neri, M. (2021). *Mapa da Nova Pobreza*. FGV Social. https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace:commtdocumennity-listity-litomm/bitstream/handle/10438/32408/Texto-MapaNovaPobreza_Marcelo_Neri_FGV_Social.pdf?sequence=1

Neto, A. V. M. (2021). *Mudanças Institucionais na Economia Solidária: Análise das mudanças ocorridas em âmbito federal no período de 2003 a 2020* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC]. <https://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/000084/000084fd.pdf>

Nino, F. S. (2015). *Sustainable Development Goals—United Nations*. United Nations Sustainable Development, (2).

OCDE. (2013). *New Approaches to Economic Challenges: Interim Report*. [https://www.oecd.org/mcm/C-MIN\(2013\)2-ENG.pdf](https://www.oecd.org/mcm/C-MIN(2013)2-ENG.pdf) (outubro, 2023)

OCDE. (2018). *A Broken Social Elevator? How to Promote Social Mobility*, OECD Publishing. Paris. <https://doi.org/10.1787/9789264301085-en>

OCDE. (2020). *How's Life?2020: Measuring Well-being*, OECD Publishing. Paris. <https://doi.org/10.1787/9870c393-en>

Oliveira, F. D., Dowbor, L., Bava, S. C., Spink, P., Levy, E., Cruz, M. D. C. M., & Paulics, V. (2002). *Novos contornos da gestão local: conceitos em construção*. In *Novos contornos da gestão local: conceitos em construção* (pp. 335-335).

Onwuegbuzie, A. & Collins, K. (2007). A Typology of Mixed Methods Sampling Designs in Social Science Research, *The Qualitative Report*, 12 (2), June 2007, 281-316.

Paludo, C. (2015). Educação popular como resistência e emancipação humana. *Cadernos Cedes*, 35, 219-238.

Paxton, L. (1993). *Enviro Facts 3: Sustainable development*. Howick, South Africa: Environmental Education Association of Southern Africa.

Peterson, J. L. (2020, setembro 8). Darkening Day: Air Pollution films and Environmental Awareness, 1960–1972 [Blog post]. *Medicine on Screen*. <https://medicineonscreen.nlm.nih.gov/2020/09/08/darkening-day-air-pollution-films-and-environmental-awareness-1960-1972/> (agosto 2023)

Petridis, A. (2021, outubro 28). The greatest songs about the climate crisis – ranked! *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/music/2021/oct/28/the-greatest-songs-about-the-climate-crisis-ranked> (agosto 2023)

Piketty, T., & Saez, E. (2014). Inequality in the long run. *Science*, 344(6186), 838-843.

Pires, M. L. L. (2002). *Cooperativas & Mercado de Trabalho*. II Encontro Sobre Cooperativismo, Recife, Brasil

Polanyi, K. (1944). *The great Transformation. The Politic and Economic Origins of Our Time*. 2nd ed. Foreword by Joseph E. Stiglitz; introduction by Fred Block. Boston: Beacon Press.

Pravato, C. M. (2011). *Projeto Rondon e Ensino no Brasil: construção de uma aliança entre o conhecimento empírico e científico* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Juiz de Fora]. Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil.

Ranabahu, N. (2020). ‘Wicked’ solutions for ‘wicked’ problems: Responsible innovations in social enterprises for sustainable development. *Journal of Management & Organization*, 26(6), 995-1013. <https://doi.org/10.1017/jmo.2020.20>

Redclift, M. (2005). An oxymoron comes of age. *Sustain. Dev.*, 13(4), 212–227.

Redclift, M. (2014). Sustainable Development. In V. Desai & R. Potter (Eds.), *The Companion to Development Studies* (pp. 481-485). Routledge.

Pereira, E. R. (2021, julho). *r Economia Social e Solidária, Economia Pública e Cooperativismo, no Brasil e na América Latina*. Comunicação apresentado no Congresso Brasileiro de Economia Social, Solidária e Cooperativismo, Rio de Janeiro, Brasil

Rodrigues, M. J. N. (2010). *Na terra de ninguém: Os outros protagonistas* [Dissertação de mestrado, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/4245>

Roubaud, F., Razafindrakoto, M., Saboia, J., Neto, J. H., Botelho, L. (2020). Conceitos, definições e mensuração do trabalho informal no Brasil [Discussion Paper 031]. IE-UFRJ. https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2020/TD_IE_031_2020_ROUBAUD_et%20al.pdf

Rodrigues, A., Albernaz, E., Sento-Sé, J., Willadina, R., del Río, A., Octaviano, D., Marinho, L., Pompeu, J. M. & Gomes, T. (2022). Violência Política na Baixada Fluminense e na Baía da Ilha Grande. Observatório de Favelas. https://br.boell.org/sites/default/files/2022-09/pesquisa_violencia_politica_baixada_ilha_grande.pdf

Rostoldo, J. P. (2003). Movimentos populares e sociais: a sociedade brasileira em ação na década de 1980. Simpósio Nacional De História, (22).

Ruggerio, C. A. (2021). Sustainability and sustainable development: A review of principles and definitions. *Science of the Total Environment*, 786, 147481.

Ruquoy, Dominique (1997). Situação de entrevista e estratégia do entrevistador. In Albarello, Luc; Digneffe, Françoise; Hiernaux, Jean-Pierre; Maroy, Christian; Ruquoy, Danielle; Saint Georges, Pierre de (Eds.), *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais* (pp. 84-116). Lisboa: Edições Gradiva.

Sandel, M. J. (2020). Success Ethics. In Sandel, M. J. (2020). *The tyranny of merit: What's become of the common good?*. Penguin UK.

Schoenfeld, A. C., Meier, R. F., & Griffin, R. J. (1979). Constructing a Social Problem: The Press and the Environment*. *Social Problems*, 27(1), 38–61. <https://doi.org/10.2307/800015>

Sexsmith, K., & McMichael, P. (2015). Formulating the SDGs: Reproducing or reimagining state-centered development?. *Globalizations*, 12(4), 581-596.

Shi, L., Han, L., Yang, F., & Gao, L. (2019). The evolution of sustainable development theory: Types, goals, and research prospects. *Sustainability*, 11(24), 7158.

Silva, R. R. (2020). Teorias de mudança: lógica, processo e uso. *Revista Aval*, 4(18), 88-113. <https://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/58751>

Singer, P. (2002). *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Perseu Abramo.

Singer, P. (2003). Economia solidária. In A. D. Cattani (Org.), *A outra economia* (pp. 15-30). Porto Alegre: Veraz Editores.

Singer, P., & de Souza, A. R. (Eds.). (2003). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego* (p 123-133). Editora Contexto.

Singer, P. (2005). A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In B. S. Santos (Org.), *Produzir para viver: Os caminhos da produção não capitalista. Reinventar a emancipação social: para novos manifestos; 2* (pp. 81-129). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Slowey, M. (2010). University Adult Continuing Education: The Extra-Mural Tradition Revisited. In Peterson, Penelope; Baker, Eva; McGaw, Barry (Eds.), *International Encyclopedia of Education* (Third Edition) (pp. 183–190). Elsevier. <https://doi.org/10.1016/B978-0-08-044894-7.00027-0>

Sousa, A. L. L. (2000). *A História da Extensão Universitária*. Campinas, SP: Alínea.

Souza, D. G.de; Miranda, J. C.; Souza, F. dos S. (2019). Breve histórico acerca da criação das universidades no Brasil. *Revista Educação Pública*, v.19, nº5.

Spaiser V., Ranganathan S., Swain R.B., and Sumpter D.J.T. (2017). The sustainable development oxymoron: quantifying and modelling the incompatibility of sustainable development goals. *International Journal of Sustainable Development & World Ecology* 24(6):457–470

Stiglitz, J. E. (1998, outubro). *Towards a new paradigm for development*. Geneva: United Nations Conference on Trade and Development.

Stiglitz, J. E., Sen, A., & Fitoussi, J. P. (2009). Report by the commission on the measurement of economic performance and social progress.

Stiglitz, J., Fitoussi, J. & Durand, M. (2018). *Beyond GDP: Measuring What Counts for Economic and Social Performance*. OECD Publishing. Paris. <https://doi.org/10.1787/9789264307292-en>

Tarlock, A. D. (2001). Ideas without institutions: The paradox of sustainable development. *Ind. J. Global Legal Stud.*, 9(1), 35-60.

Teklu, T. W. (2018). Should Ethiopia and least developed countries exit from the Paris climate accord?—Geopolitical, development, and energy policy perspectives. *Energy Policy*, 120, 402-417.

Tilly, C. (2005). Historical perspectives on inequality. In M. Romero & E. Margolis (Eds.), *The Blackwell companion to social inequalities* (pp. 15-30). Blackwell Publishing.

United Nations. (1973). Report of Report of the United Nations Conference on the Human Environment. Stockholm, 5-16 June, 1972 (A/CONF.48/14/Rev.1). <https://wedocs.unep.org/handle/20.500.11822/30829> (agosto, 2023)

United Nations. (1993). Report of the United Nations Conference on Environment and Development. Rio de Janeiro, 3-14 June, 1992. Resolutions adopted by the Conference (A/CONF.151/26/Rev.I Vol. I). <https://digitallibrary.un.org/record/160453> (agosto, 2023)

United Nations Environment Programme (UNEP). (2022). Beyond GDP: Making nature count in the shift to sustainability [Blog post]. UNEP. <https://www.unep.org/news-and-stories/story/beyond-gdp-making-nature-count-shift-sustainability> (agosto 2023)

Vasconcelos, E.M., & Cruz, P.J.S.C.(Orgs.). (2011). *Educação popular na formação universitária: reflexões com base em uma experiência*. HUCITEC Editora, Editora da UFPB.

Vega Natividad, R. (2009). Necesidades Emergentes Y Responsabilidad Social Universitaria. *Revista Alternativas. Cuadernos de Trabajo Social*, 16, 65-76.

Vieira, N. D. S., Parente, C., & Barbosa, A. C. Q. (2017). Terceiro setor, economia social e economia solidária: laboratório por excelência de inovação social.

Wackernagel, M., Hanscom, L., & Lin, D. (2017). Making the sustainable development goals consistent with sustainability. *Frontiers in Energy Research*, 5(18).

Weber, H. (2017). Politics of 'leaving no one behind': contesting the 2030 Sustainable Development Goals agenda. *Globalizations*, 14(3), 399-414.

Webering, S. I. (2019). Economia social, non-profit sector, terceiro setor ou economia solidária: sentidos, diferenças e similaridades. *P2P E INOVAÇÃO*, 5(2), 62–82.
<https://doi.org/10.21721/P2P.2019V5N2.P62-82>

World Commission on Environment and Development (WCDE). (1987). *Our Common Future*. Oxford University Press.

Yusuf, S. (Ed.). (1999). *Entering the 21st Century: World Development Report, 1999/2000 (Vol.22)*. World Bank Publications.

Anexo A – 43 assassinatos de atores políticos na Baixada Fluminense

CIDADE	ANO DO FATO						TOTAL
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
NOVA IGUAÇU		3			3	2	8
SEROPÉDICA	2	2	1	2	1		8
DUQUE DE CAXIAS		4	1		1		6
MAGÉ		2		1	1	2	6
SÃO JOÃO DE MERITI	1					3	4
NILÓPOLIS	1	1			1		3
GUAPIMIRIM		2					2
BELFORD ROXO		1			1		2
QUEIMADOS			1	1			2
JAPERI					1		1
PARACAMBI	1						1
TOTAL	5	15	3	4	9	7	43

Figura anexo A Assassinatos da atores políticos na Baixada Fluminense. Fonte: Rodrigues et al., 2022

Anexo B – Renda familiar antes e depois do fecho do lixão



Figura anexo B Renda familiar antes e depois do fecho do lixão. Fonte: Bastos e Magalhães, 2016

Anexo D – Top 30 palavras mais referidas nas entrevistas dos cooperados



Figura anexo D Top 30 palavras mais referidas nas entrevistas dos cooperados. Fonte: autor

Anexo E – Consentimento Informado

Estamos a desenvolver um estudo com fins académicos sobre a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFRJ/COPPE. A realização do estudo tem é apoiada na aplicação de um questionário a pessoas que participaram em alguma ação com a ITCP. O estudo visa contribuir para o conhecimento das condições de acolhimento e apoio promovidas pela ITCP.

Neste sentido, pedimos a sua colaboração na resposta ao questionário. O inquérito é anónimo, e os dados recolhidos serão tratados com total respeito pelas informações e opiniões das pessoas que generosamente nos ajudam, nos termos do art. 13º do RGPD, e têm como finalidade exclusiva a concretização de um trabalho no âmbito do Mestrado em Estudos de Desenvolvimento, no ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Será possível ainda a recolha de dados não realizada junto dos participantes, como informação de inquéritos e formulários já recolhidas previamente pela ITCP/UFRJ, incluindo detalhes de idade, morada, situação escolar e económica e ainda poderemos recolher informação acessível no IBJE, nos termos do art. 14º do RGPD.

O Iscte é o responsável pelo tratamento dos seus dados pessoais, recolhidos e tratados exclusivamente para as finalidades do estudo, tendo como base legal o seu consentimento do art. 6º, nº1, alínea a) e/ou art. 9º, nº2, alínea a) do Regulamento Geral de Proteção de Dados, consoante o caso aplicável.

O estudo é realizado por Catarina Mauritti Granjo, email catarina_granjo@iscte-iul.pt, que poderá contactar caso pretenda esclarecer uma dúvida, partilhar algum comentário ou exercer os seus direitos relativos ao tratamento dos seus dados pessoais. Poderá utilizar o contacto indicado para solicitar o acesso, a retificação, o apagamento ou a limitação do tratamento dos seus dados pessoais.

A participação neste estudo é **confidencial**. Os seus dados pessoais serão sempre tratados por pessoal autorizado vinculado ao dever de sigilo e confidencialidade. O Iscte garante a utilização das técnicas, medidas organizativas e de segurança adequadas para proteger as informações pessoais. É exigido a todos os investigadores que mantenham os dados pessoais confidenciais.

Além de confidencial, a participação no estudo é estritamente **voluntária**: pode escolher livremente participar ou não participar. Se tiver escolhido participar, pode interromper a participação e retirar o consentimento para o tratamento dos seus dados pessoais em qualquer momento, sem ter de prestar qualquer justificação. A retirada de consentimento não afeta a legalidade dos tratamentos anteriormente efetuados com base no consentimento prestado.

O seus dados pessoais serão conservados por 3 anos, após o qual serão destruídos ou anonimizados, garantindo-se o seu anonimato nos resultados do estudo, apenas divulgados para efeitos estatísticos, de ensino, comunicação em encontros ou publicações científicas.

Não existem riscos significativos expectáveis associados à participação no estudo.

O Iscte não divulga ou partilha com terceiros a informação relativa aos seus dados pessoais. Em alguns casos, a equipa de investigação pode partilhar dados com outras equipas de investigação, ou ainda prestadores de serviços a agir sob nossa orientação e responsabilidade. Neste estudo, são divulgados dados pessoais à seguintes:

Iscte- Instituto Universitário de Lisboa e UFRJ

O Iscte tem um Encarregado de Proteção de Dados, contactável através do email dpo@iscte-iul.pt. Caso considere necessário tem ainda o direito de apresentar reclamação à autoridade de controlo competente – Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Declaro ter compreendido os objetivos de quanto me foi proposto e explicado pelo/a investigador/a, ter-me sido dada oportunidade de fazer todas as perguntas sobre o presente estudo e para todas elas ter obtido resposta esclarecedora. **Aceito** participar no estudo e consinto que os meus dados pessoais sejam utilizados de acordo com a informações que me foram disponibilizadas.

Sim Não

_____ (local), ____/____/____ (data)

Nome: _____

Assinatura: _____

Anexo F – Guião de entrevista Extensionistas

Caracterização do Projeto

1. Há quantos anos colabora com a ITCP?
2. O que é para si estar envolvido em projetos com a ITCP?
3. Como descreveria a missão central da ITCP? Quais são os principais objetivos que se pretendem atingir?
4. Existem outros objetivos ou resultados que pretendem atingir através desta ação (vacinas, programas sociais, etc....)?
5. Quais são as principais características do tipo de trabalho e métodos de programa da ITCP?
6. Como é que os objetivos têm vindo a ser construídos?
7. De alguma forma pode-se dizer que as atividades desenvolvidas vão-se ajustando às características dos incubados?
8. Para além dos próprios beneficiários, quem são as outras entidades que fazem parte do trabalho em rede durante os projetos?
9. Qual é o papel dos municípios? Qual o papel do...?

Público-alvo

1. Como é que descreveria os incubados? A pessoa target destes projetos?
2. Identifica semelhanças nos vários participantes dos projetos ao longo dos anos?
3. Especificamente pensando no seu trabalho em colaboração com a ITCP, consegue descrever quais são as principais tarefas que tem vindo a realizar?
4. Essas tarefas estão dirigidas a algum dos objetivos que referiu anteriormente? Como assim?
5. Como é que o seu papel se complementa com o dos outros agentes envolvidos incluindo os próprios beneficiários?

Avaliação

1. Fazendo um balanço numa escala de 0 a 10, em que 0 significa que tudo correu mal e 10 que tudo correu muitíssimo bem, qual o valor que atribui aos resultados até agora obtidos? Porquê?
2. O que é que para si correu melhor? Porquê?
3. O que é que poderia ser melhorado?
4. Tem ideia de que uma parte dos empreendedores acabam por desistir?
5. Quais são as principais razões para a descontinuidade dos projetos?
6. Se tivesse capacidade de decisão e recursos para o fazer, o que mudaria no trabalho colaborativo que é realizado com a ITCP?
7. A ITCP é uma extensão da UFRJ, como é que a UFRJ poderia contribuir para melhorar o trabalho colaborativo realizado?
8. Se eu fizesse estas perguntas aos incubados o que achas que eles responderiam?

Anexo G – Guião de entrevista cooperados

Caracterização

1. Nome:
2. Idade:
3. Qual é o seu bairro?
4. Com quem vive?
5. Qual o seu trabalho? tem vários trabalhos?
6. Na sua família tem mais pessoa catador?
7. Os filhos andam na escola? E trabalham?
8. E o senhor? Qual o grau de escolaridade mais elevado que completou?
9. A família tem bolsa família?

Vida de Cooperativa / Projeto ITCP

10. Há quanto tempo está ligado à cooperativa?
11. Como é que a cooperativa começou? Quem é que o levou para lá?
12. Porque pensa que a cooperativa dura há tempo?
13. Tem familiares envolvidos?
14. A ITCP, o Gonçalo, a Eliane, o Márcio... foram importantes para sua vida? Porquê?
15. Está contente com o desenvolvimento da cooperativa? Porquê?
16. Diria que este trabalho com a ITCP, etc. ajudou a sua vida? Porquê?
17. Se você pudesse pedir alguma coisa para melhorar a situação, o que seria?
18. Você acha que o suporte tem sido suficiente? Podia melhorar?
19. Como foi sua vida no tempo do covid?

Qual a situação financeira da sua família?

- vive com dificuldade, por vezes o dinheiro não chega para a comida
- vive com alguma dificuldade, o dinheiro chega para a comida, mas falta para outras coisas importantes para o dia-a-dia, como remédios ou roupa?
- vive com um pouco de conforto, tem dinheiro para comida, remédios e roupa quando precisa?
- vive com conforto, por vezes pode jantar fora com família ou ir ao forró?